



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

O FAROL DE JOANA PRETA: HETEROTOPIA EM OLIVEDOS-PB (1940-1970)

ROZEANE PORTO DINIZ

**ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Susel Oliveira da Rosa
LINHA DE PESQUISA: História Regional**

**JOÃO PESSOA-PB
FEVEREIRO/2016**

O FAROL DE JOANA PRETA: HETEROTOPIA EM OLIVEDOS-PB (1940-1970)

ROZEANE PORTO DINIZ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Paraíba, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em História, na Linha de Pesquisa: História Regional.

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Susel Oliveira da Rosa
LINHA DE PESQUISA: História Regional

JOÃO PESSOA-PB
FEVEREIRO/2016

D585f Diniz, Rozeane Porto.
 O Farol de Joana Preta: heterotopia em Olivedos-PB (1940-1970) / Rozeane Porto Diniz.- João Pessoa, 2016.
 122f. : il.
 Orientadora: Susel Oliveira da Rosa
 Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA
 1. História regional. 2. Memórias. 3. Espaço heterotópico.
 4. Farol de Joana Preta. 5. História das mulheres - Olivedos-PB.

UFPB/BC

CDU: 981.422(043)

O FAROL DE JOANA PRETA: HETEROTOPIA EM OLIVEDOS-PB (1940-1970)

ROZEANE PORTO DINIZ

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Susel Oliveira da Rosa

**Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Presidenta/Orientadora**

Prof^a. Dr^a. Kyara Maria de Almeida Vieira

**Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande
Examinadora Externa**

Prof. Dr. Elio Chaves Flores

**Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno**

Prof^a. Dr^a. Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega

**Programa de Pós Graduação em Literatura e Interculturalidade – Universidade
Estadual da Paraíba
Suplente Externa**

Prof^a. Dr^a. Solange Pereira da Rocha

**Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Suplente Interna**

**JOÃO PESSOA-PB
FEVEREIRO/2016**

Dedicatória

A Deus, pelo dom da vida; aos meus pais, pelas força e ensinamentos; a meus irmãos, pelo carinho; aos amigos, pelas angústias universitárias compartilhadas; aos meus professores de todas as fases da minha vida escolar e acadêmica; a meu marido, pelo amor dedicado; a todos que tiveram paciência em suportar a minha ausência em detrimento desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Ao tecer fios no meu métier de historiadora, como no “meio de uma conversa que já começou” (RICOEUR, 1986, p. 58), sinto necessidade de compartilhar este sonho com inúmeras pessoas que me sustentaram nas dificuldades e se alegraram com os fragmentos de minhas conquistas. Ora enfrentava dificuldades, ora sorria ou chorava diante delas. Foi diante dessa caminhada pelo mundo acadêmico, de confluências, conflitos, perseguições, revoltas, injustiças, olhares tortuosos, que me encontrei com inúmeros sujeitos. Alguns passaram por mim sem me ver, outros queriam me atropelar. Muitos me marcaram intensamente, levantaram-me quando caí, deram-me a mão, outros deram nós nos meus fios, dificultaram minha caminhada, mas não a impediram de acontecer.

Na minha oficina de historiadora, os desencantos foram múltiplos, mas me inventei, reinventei, utilizei das “táticas,” da arte da “trampolinagem,” pulei então as estratégias ou simplesmente as subverti, como se estivesse pulando de saltimbanco, driblando “contratos sociais,” (CERTEAU, 1994, p. 79) convenções, estabelecendo meu lugar no mundo, na academia, no Mestrado de História da Universidade Federal da Paraíba.

Estes foram só alguns dos problemas que enfrentei, pois houve uma inquietação diante das entrevistas dos sujeitos da pesquisa, das teorias. Transitando entre a Literatura e a História, vivi conflitos, crises cada vez mais intensas com a efervescência de conceitos, multiplicidade de autores, problematizações, brigas com os teóricos e suas acepções e até crises existenciais. Limitações diante da operação historiográfica, angústias, noites mal dormidas ou noites sem dormir, “agoniada” diante das escolhas: trabalhar, fazer viagens longas e cansativas de Nazaré de Pocinhos no interior da Paraíba para João Pessoa durante a madrugada, problemas de saúde de familiares, mortes de parentes e/ou amigos queridos que faziam pensar sobre as ausências em detrimento da pesquisa. Vivi de escolhas o tempo todo, mas aprendi a anunciar minhas verdades, a impor algumas das minhas vontades. Aprendi, com Gandhi, que “a arte da vida consiste em fazer da vida uma obra de arte.”

Lembrando Fernando Pessoa, “tudo vale a pena se a alma não é pequena.” De fato, tudo valeu à pena, dos dias e noites solitárias que eram acompanhadas apenas pelas teorias. Mas consegui: fiz leituras, análises, problematizações, extraí sentidos, “viajei” passeando por “Terra Sonâmbula,” voltei, coloquei os pés no chão, me choquei, me frustrei, descobri coisas novas também. Mas não acabou, não está pronto, continuará sendo tecido e retalhado. Porque eu fabrico o meu métier, sem esperar que concordem, “Eu não espero pelo dia /Em que todos

/Os homens concordem /Apenas sei de diversas Harmonias bonitas /Possíveis sem juízo final (CAETANO VELOSO).

Agradeço aos funcionários do PPGH: Pollyana, pela educação e prestatividade, bem como a Hugo, Beatriz e Geraldo. A todos os professores da UFPB, aos quais fui agraciada pelo contato, em especial a Carla Mary, pelo esforço em socializar seu saber de forma intensa; a Cláudia Cury, pelas rigorosas operações historiográficas; a Telma, pelas contribuições na Teoria da História; a Barroso, pelas problematizações teóricas mais enigmáticas, porém saborosas, por vezes divertidas e extremamente intelectuais e elegantes, e a todos os professores do Programa que, mesmo não tendo sido agraciada pelo contato, fazem o PPGH na UFPB acontecer.

A Kyara Vieira, pessoa a quem preciso dizer algumas palavras: meu métier não teria sido fabricado sem essa grande historiadora, grande influência, a costura de todos os meus retalhos, a tessitura de todos os meus fios como historiadora, as palavras não dão conta para te agradecer, pois você excede a elas. Como se não bastassem todos os ensinamentos na graduação, nos encontramos de novo na Qualificação desse Mestrado, que foi muito marcante, e a considereei como uma experiência. De acordo com Bomdía (2002, p. 21), “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca.” Naquele momento, dia 27 de março de 2015, estava exausta pelos inúmeros atropelos e desencontros que sofri durante o Mestrado e me encontrava desanimada e desistente da possibilidade de fazer uma boa pesquisa. Ali, eu apenas queria terminar a Pós-Graduação, sem grandes preocupações com uma suposta qualidade do texto que entregava. No entanto, aquela experiência me tocou, deixou marcas profundas, pude parar, refletir e, novamente, me apaixonar milhares de vezes pelo que pesquisava, querer mais e melhor, mas não foi apenas pela qualificação em si e sim pelas palavras, críticas e sugestões que recebi daquela banca. Kyara, mais uma vez, fazendo parte dessa experiência na minha vida. Sua intelectualidade dispensa meus comentários, mas a maturidade, a serenidade que nunca havia percebido nela, por ser muito intensa, me levaram a ser naquele momento um “sujeito da experiência,” “o sujeito da experiência seria algo como um território de passagem, algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos” (BOMDÍA, 2002, p. 24). Era tudo que eu precisava naquele momento, mas eu não sabia que precisava tanto, aprendi mais uma vez, estou cheia de vestígios, de efeitos, de afetos que naquele momento estavam apagados. Obrigada mais uma vez, Kyara, pessoa que mora no meu coração, na minha memória.

Ao professor Elio Flores, professor modelo, humilde, intelectual, aquele que fabrica bem seu ofício, que faz da vida a arte de viver. Faltam-me palavras para lhe agradecer, como coordenador do Programa e também membro da banca, muito obrigada pela humanidade, pela sensibilidade com que me tratou, me compreendeu, facilitou o que para mim seria muito difícil e fez isso sem atropelos. O senhor conseguiu, num momento que me sentia amarga, perfumar a minha vida com sua bondade. Existem momentos que, segundo Adélia Prado, “De vez em quando Deus me tira a poesia. Olho pedra, vejo pedra mesmo.” Era assim que me sentia, porém o senhor, não apenas pelos atos e decisões diante das minhas necessidades no Programa, mas pela forma como conduziu tudo e pela Qualificação, trouxe poesia novamente para minha vida, deixei de ver apenas pedra.

À professora Susel Oliveira, que o bom Deus colocou no meu caminho, pessoa tão rara, tanto quanto Kyara e Élio. Minha orientadora, que me ensinou maneiras e maneiras de como tecer fios no meu métier de historiadora, mas também de como não tecer que, com doçura, demonstrou sinceridade, responsabilidade, ética, mas fez isto de forma tão elegante que tive medo de, ao discordar, parecer grosseira, por isso nunca vou conseguir agradecer a possibilidade de conviver com alguém que transmite tanta paz. Com ela aprendi não só a trilhar caminhos da minha pesquisa, como os da vida e, com isso, acabei por tentar fazer deste trabalho em vez de fardo uma verdadeira obra de arte. Uma pessoa serena, que me transmitiu tanta luz quando me sentia no escuro e mesmo depois dessa orientanda ter sido tão amarga, meio grossa, acelerada demais, ela ainda conseguia me elogiar como orientanda. Como pode um ser humano tão precioso, que me fez suavizar os passos, me sentir em paz e assim tentar construir uma pesquisa com mais qualidade. Você é uma pessoa de luz, de muito brilho e essa luz me contagiou muito, me tocou, trouxe poesia para minha vida, me afetou, me mudou, me fez melhor. Como diz Fernando Pessoa: “O valor das coisas não está no tempo em que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.” Sem mais, pois foste inexplicável, incomparável, meus sinceros agradecimentos por ter sido minha orientadora. Este trabalho e o Mestrado só foram tecidos por sua causa, sua intervenção, suas colocações, discussões. Desculpe minhas deselegâncias, minha ansiedade, mas era o desejo incessante de construir esta pesquisa.

Aos meus colegas do Mestrado, a quem devo parte dos sorrisos, discussões teóricas e palavras de carinho em momentos de angústia e de necessidade. Nunca esquecerei essa turma, pois os laços de solidariedade foram diferentes, únicos e singulares, como se fosse a continuação de uma existência anterior.

Agradeço pela compreensão e pelos ensinamentos de quem muito me ajudou, os amigos: Ana Nery, uma querida que comunga das dificuldades de minha caminhada e me apoia em qualquer momento; A Antônio de Pádua, pela paciência, pela amizade e pelas dicas. Pela animação de José Lamartinho; À tia Maricélia e Euzinha, pelo otimismo em mim depositado; A meus sogros, cunhadas e cunhados, que, de forma sutil, me ajudaram; e ainda a meus ex-alunos amados e queridos da Escola Castro Alves, que, com sorrisos sinceros e vociferadas vozes, alavancaram os meus dias tristes.

A minha mãe, Vera Lúcia, pelo apoio incondicional, pelo carinho, pelo amor sem limites, pelas orações, pela energia positiva, pelos cheiros, pelos abraços e pelo conforto que sempre me deste, te amo. Ao meu pai, Raimundo Aurélio, pela força, perseverança e amor, não existe outro igual, foi minha sustentação para cursar esse Mestrado, minha porta de entrada e de saída, te amo. Aos meus irmãos: Rozália, Rozineide e Romário, pela cooperação, carinho e amor. Ao meu marido, Adevar Pereira, pela confiança depositada em mim, pelo amor paciente, pelas palavras de conforto, os “dengos” feitos em momentos de angústia, o companheirismo quando eu precisava só de um amigo, o amor ardente quando eu precisei de seu aconchego.

Por fim, agradeço, com uma sensação de alívio, pela pressão sorrateira que este trabalho impõe a um ser que dispensa qualquer decodificação, pois não lhe cabem as palavras, elas não lhe dão conta, tudo isto só foi possível graças a Deus com a ratificação de minha fé, com sua presença onipresente, onisciente se fez presente nas minhas noites e dias traiçoeiros, diante de minhas caminhadas pelo mundo acadêmico. A Ele toda honra e toda glória.

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo perscrutar as memórias referentes ao “Farol e a Joana Preta,” em Olivedos - PB, (1940-1970). Espaço de trocas comerciais e sexuais, entendi o “Farol” dentre outras configurações, como um lugar praticado e como um espaço heterotópico do desvio, a partir de teóricos como Foucault (2001) e Certeau (1994). Fiz uso do método da oralidade e a partir daí entrevistei onze pessoas selecionadas de acordo com a idade e o conhecimento dos fatos históricos de Olivedos atrelados ao Farol e a Joana Preta. Para fundamentação da discussão de memória me embasei em teóricos como Candau (2011), com suas classificações da memória e Montenegro (2007), para a discussão de oralidade. O olhar da pesquisa se orientou, no primeiro capítulo para a discussão de Joana Preta enquanto protagonista do Farol, historicizando o termo “preta” e suas representações para compreender de que forma o nome de Joana passou a ser acompanhado do termo no sentido de sobrenome. No segundo capítulo problematizei as configurações identitárias de Joana Francelino de Lima, compreendendo a partir de Hall (2000, p. 108), que as identidades são “fragmentadas e fraturadas,” múltiplas. Ainda nesse capítulo, apresentei as táticas de Joana Preta para encontros com parceiros sexuais e seu encontro com a igreja católica. No terceiro capítulo, analisei o Farol e suas representações para Olivedos como “lugar praticado,” múltiplo e nomeado de acordo com a configuração atribuída pelos populares. No quarto capítulo, analisei as tramas históricas que levaram a desativação do Farol em detrimento do processo de urbanização do Município. Assim a operação historiográfica aqui tecida ocorre a partir da discussão de espaço, bem como das identidades de Joana enquanto protagonista do Farol e representação da História das Mulheres em Olivedos-PB. Dessa forma, essas e outras histórias sobre Joana e o Farol serão aqui encontradas a partir do que fabrica o historiador e serão representações da História da Paraíba.

PALAVRAS CHAVE: Memórias. Espaço Heterotópico. Farol de Joana Preta. História das Mulheres. Olivedos-PB.

ABSTRACT

The research aimed to scrutinize the memories relating to "Lighthouse and Joan Black," in Olivedos - PB (1940-1970). Space and commercial sexual exchanges, understand the "Lighthouse" among other settings, as a place and practiced as a heterotopic space deviation from theorists such as Foucault (2001) and Certeau (1994). I made use of the oral method and from there I interviewed eleven people selected according to age and knowledge of the historical facts of Olivedos linked to the Lighthouse and Joan Black. For reasons of memory discussion embased me in theoretical as Candau (2011), with their ratings of memory and Montenegro (2007), for discussion of orality. The look of the research was guided, in the first chapter to Joan Black discussion as protagonist Lighthouse, historicizing the term "black" and their representations to understand how the name of Joan began to be accompanied by the term in the sense surname. In the second chapter problematizei the identity configurations Joan Francelino Lima, comprising from Hall (2000, p. 108), that identities are "fragmented and fractured," multiple. Also in this chapter, I presented the Joan Black tactics for meeting sexual partners and their encounter with the Catholic Church. In the third chapter, I analyzed the Lighthouse and its representations to Olivedos as "practiced place," multiple and named according to the configuration assigned by popular. In the fourth chapter, I analyzed the historical plot that led to deactivation of the lighthouse at the expense of the Municipality of urbanization process. So the historiographical operation here is woven from the space for discussion, as well as Joan identities as protagonist Lighthouse and representation of the History of Women in Olivedos-PB. Thus, these and other stories about Joan and the Lighthouse will be found here from what makes the historian and will be representations of Paraiba history.

KEYWORDS: Memories. Heterotopic space. Joan Black Lighthouse. History of Women. Olivedos-PB.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – NÃO EXISTE FAROL SEM JOANA, NÃO EXISTE JOANA SEM FAROL	22
1.1 Joana Preta: protagonista do Farol	23
CAPÍTULO II – DE UMA EXISTÊNCIA MULTIFACETADA, ENTRE A DIFERENÇA E A EXCLUSÃO: AS MÚLTIPLAS IDENTIDADES DE JOANA PRETA	41
2.1 A prostituta, a mulher da vida	42
2.2 A Joana mãe e comerciante	48
2.3 A Joana eleitora, transgressora política	52
2.4 As táticas de Joana para burlar convenções em encontros com parceiros sexuais	54
2.5 Entre confluências e conflitos: a relação de Joana Preta com a Igreja Católica	62
CAPÍTULO III – O FAROL DE JOANA PRETA: ESPAÇO DE HETEROTOPIAS E MEMÓRIAS	65
3.1 O Farol enquanto lugar praticado	68
3.2 O Farol enquanto Cabaré	72
3.3 Cabaré no centro da cidade? Não era cartão de visita	80
CAPÍTULO IV – AS TESSITURAS DE UM FIM: A DESATIVAÇÃO DO FAROL	86
4.1 A urbanização de Olivedos-PB e suas tramas políticas	87
4.2 A desativação do Farol como ato de “moralidade pública”	92
4.3 O que restou? Retalhos e fissuras nas memórias do Farol	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
FONTES	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
ANEXOS	117

INTRODUÇÃO

Procurava, insistentemente, por um objeto de estudo que ainda não houvesse sido tomado pela operação historiográfica, quando, estando em minha casa, o pensamento fixo em busca de algo que me viesse inspirado pelo cotidiano, ao me dedicar em alguns afazeres domésticos, um *insight* me chega: era a emergência de uma pesquisa, de algo que me parecia ser possível construir uma história. Foi quando escutei uma vizinha resmungar: “Isto é um Cabaré de Joana Preta!” Ela fazia menção às inúmeras atividades domésticas que lhe esperavam, e eu tinha ali inúmeras atividades acadêmicas a minha espera.

Neste sentido, logo atinei para questionamentos do tipo: O que foi o “Cabaré de Joana Preta”? O que representava para a população de Olivedos-PB aquele espaço? Quem era “Joana Preta”? Por que “Joana Preta”? Por que um espaço com o nome de “Cabaré”? Que práticas eram realizadas dentro desse espaço? Por que não existe mais?

Baseando-se em tais questões, a pesquisa passou a ser construída e transformou-se num Trabalho Acadêmico Orientado, apresentado para conclusão da graduação em História, pela Universidade Estadual da Paraíba, em 2010.¹ Naquele instante, acabei me prendendo ao fascínio de Joana Preta, inspirada nas escritas de si. Busquei os fios da vida de Joana Preta dentro e fora do Farol, estabelecendo Joana Preta como sujeito e objeto do conhecimento histórico e, como tal, foi meu principal foco na pesquisa.

No entanto, muitas histórias ficaram para serem contadas, muitas memórias apresentadas por entrevistados sobre o Farol que não foram naquele momento discutidas, bem como novos questionamentos, novas inquietações sobre o funcionamento daquele espaço, suas minúcias, as outras mulheres. Havia uma multiplicidade de caminhos que ainda precisavam ser traçados. Foi então que a pesquisa teve continuidade com o título desta dissertação: “O Farol de Joana Preta: *heterotopia* em Olivedos-PB (1940-1970),” encontrando em teóricos como Foucault (1988), Priore (1998), Rago (1985, 1991), Swain (2004), Albuquerque Junior (1998, 2007, 2008), Candau (2011), dentre outros, embasamento para a problematização e análise da temática em questão, para as discussões sobre sexualidade, mulheres, gênero e memória.

Dentre as novas questões, pergunto quem, além de Joana Preta, morou no Farol? Qual a relação do Farol com a denominação de “Cabaré”? O que foi o Farol?

¹ DINIZ, Rozeane Porto. **Encontros e Desencontros de Joana Francelino de Lima: As identidades, as práticas da sexualidade e o poder em Olivedos – PB.** (Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual da Paraíba, em 2009).

Assim, escolhi trabalhar com o conceito de *Heterotopia*, que é de fundamental importância para a compreensão do Farol de Joana Preta. Segundo Foucault, (2001, p. 426), “as heterotopias assumem (...) formas que são muito variadas,” como a *Heterotopia do desvio* (FOUCAULT, 2001, p. 416), que está relacionada aos espaços marginalizados, segregados socialmente, por fugirem às convenções da sociedade.

Considero o Farol enquanto *Heterotopia* do desvio, pois “cada heterotopia tem um funcionamento preciso e determinado no interior da sociedade, e a mesma *heterotopia* pode, segundo a sincronia da cultura na qual ela se encontra, ter um funcionamento ou um outro.” Percebi que o Farol contou com diversas funcionalidades, justapondo espaços. “A heterotopia tem o poder de justapor em um só lugar real vários espaços” (FOUCAULT, 2001, p. 417-418). Em um lugar supostamente real, múltiplas são as funcionalidades, o que seria um dos princípios da *heterotopia*. É, portanto, nessa perspectiva do desvio que está o Farol, o fora de ordem, desorganizado.

Problematizando o conceito de *Heterotopia* a partir da etimologia, percebe-se que ele é formado por aglutinação das palavras “hetero,” que significa o outro, e “topia,” que significa espaço, portanto, outro espaço, o lugar do suposto diferente, onde as alteridades acontecem. No dicionário *Novo Aurélio do século XXI*, a definição está relacionada ao espaço enquanto diferente, pois enfatiza que é a “posição ou localização diferente da normal ou usual” (HOLANDA, 1999, p. 1040). O conceito é mutável, de acordo com as representações possíveis, no entanto, me aproprio aqui da elaboração da *Heterotopia* a partir de Foucault e de suas atribuições e classificações. Dessa forma, o autor constrói o conceito de *Heterotopia* como presente em qualquer civilização e em qualquer contexto cultural:

Lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contraposicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. Esses lugares, por serem absolutamente diferentes de todos os posicionamentos que eles refletem e dos quais eles falam, eu os chamarei, em oposição às utopias, de heterotopias. (FOUCAULT, 2001, p. 415)

Evidente que a protagonista, a senhora Joana Preta, não poderia ficar à margem, uma vez que foi figura central na representação do Farol. Nessa pesquisa, a discussão passa pela problematização do conceito de identidade trazido por Hall (2006, p.13), que compreende “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente [como] uma fantasia” e que

“nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas” (HALL, 2006, p.13), portanto, compreendo que Joana pode ter passado por esses deslocamentos.

Logo, problematizo a existência de Joana Preta e do Farol e sua tensão com os códigos morais de Olivedos-PB. O recorte temporal foi delimitado considerando o início do funcionamento do estabelecimento, sua efervescência e, conseqüentemente, seu fim. No entanto, sem pretensão de contar toda a história do Farol, pois considera-se inviável, mas sim de anunciar um discurso possível entre tantos outros sobre o espaço protagonizado por Joana e sua existência para Olivedos-PB, considerando o Farol como espaço de representação para o município e como tal portador de diversidade simbólica, discursiva e presente nos retalhos de memórias de frequentadores e/ou observadores.

Fiz uso do método da oralidade, uma vez que trata-se de um objeto de estudo que não existe mais enquanto estrutura material, mas sobrevive nas memórias das pessoas de Olivedos de forma rizomática, sem identidade, raiz única, sem discurso homogêneo ou coeso. A história oral como fonte e com intuito de manter com a experiência passada uma discussão se abre ao universo das novas linguagens, que se dimensionam a ampliar as pesquisas historiográficas. Utilizo, como embasamento para o método da oralidade, autores como: Meihy (2002), Alberti (2005), Freitas (2002) e Montenegro (2007), dentre outros. Segundo Pereira Neto et al (2006, p.118):

O relato oral de memória, ao se constituir como reconstrução ou releitura (de marcas, experiências, imagens, acontecimentos), a partir do presente, possibilita muitas vezes estudar como o passado adquire novas significações. As experiências sociais, políticas, culturais do presente produzem deslocamentos nas pessoas, nos grupos e nas classes sociais e, por extensão, outras formas de significar e compreender a história.

Penso o passado através dessas marcas e experiências. Nesse sentido, foi a partir do presente das falas que se fez possível a construção de um objeto ou de objetos de estudo, pois quando as fontes escritas sobre tais objetos são inexistentes, ou mesmo quando se trata de uma escolha metodológica, é necessário recorrer à oralidade.

É, então, através dos relatos orais que esta pesquisa é realizada. Foram feitas entrevistas com 11 pessoas, dentre elas, Joana Francelino de Lima (Joana Preta), hoje com 89 anos de idade, a protagonista do espaço conhecido na cidade como “Farol de Joana Preta,” onde ocorriam práticas comerciais e sexuais. As entrevistas com a protagonista aconteceram na casa de minha mãe, em Olivedos, a pedido da própria Joana Preta, que queria falar num ambiente onde não estivessem presentes seus familiares. Foram duas entrevistas, uma

realizada no dia 01 de agosto de 2009 com duração de vinte e um minutos e quarenta segundos e a outra no dia 14 de agosto de 2009 com cinco minutos e trinta e dois segundos.

Foram feitas entrevistas com a filha de Joana Preta, a senhora Maria Selma de Lima Santos (Selma), hoje com 44 anos de idade, que presenciou algumas das práticas concernentes ao Farol. Hoje é Selma quem cuida de Joana Preta em seu envelhecimento, segundo entrevista concedida na casa da própria Selma e na presença dos filhos no dia 01 de agosto de 2009, com duração de seis minutos e dez segundos.

Outra entrevistada foi a senhora Iracema Borges que nasceu no dia primeiro de abril de 1927 (Iracema), que faleceu aos 87 anos de idade, e que era considerada, por Joana Preta, uma grande amiga, pois eram confidentes. Foi a própria Iracema quem narrou as relações amorosas entre seu pai e Joana Preta. Trata-se de uma senhora que, em vida, dispôs de uma boa condição financeira e foi dona de uma pensão, onde até seus últimos dias os turistas se hospedavam. Tinha convivência amistosa com parte da população de Olivedos, por ser dona dessa pensão, que era a única que existia no município. Essa entrevista aconteceu no dia 01 de agosto de 2009 e teve duração de cinco minutos e trinta e cinco segundos.

Outra entrevistada foi Marizete de Souto Oliveira Albuquerque (Marizete), nascida em 25 de agosto de 1945, primeira dama do município nos idos de 1978, quando se deu o processo de urbanização de Olivedos - PB e o fim do Farol. Essa entrevista aconteceu na casa de Marizete, na presença de seu marido, o senhor Genézio Gonçalves de Albuquerque, que era o prefeito de Olivedos em 1978, mas que, por orientação de sua esposa, ficou em silêncio e apenas ouviu Marizete narrar os fatos. Trata-se de uma senhora alfabetizada, mãe de vários filhos, casada com o senhor Genézio no civil e no religioso e que é oriunda de uma família também muito conhecida em Olivedos. Seu pai já havia sido prefeito de Olivedos, além de ser considerado como pessoa influente politicamente no lugar, se chamava Araújo, que era amigo de Joana, foi inclusive seu Araújo e sua esposa Luzia que auxiliaram Joana Preta no batizado das filhas. A entrevista aconteceu no dia 16 de agosto de 2009 e teve duração de oito minutos e vinte e três segundos.

Entrevistei também o senhor Luiz José de Albuquerque Melo, conhecido por “Doutor Lulu,” por boa parte das pessoas do local, pelo fato de ser advogado. Nascido no ano de 1935, Doutor Lulu era frequentador do estabelecimento comercial, mas não morava regularmente na cidade, vinha apenas a passeio, para sua fazenda, no Sítio Algodão de Olivedos. A entrevista aconteceu em sua residência, no Sítio Algodão, quando passava férias, uma vez que o mesmo reside em João Pessoa-PB. Frequentador do estabelecimento de Joana Preta, foi quem a defendeu no momento de desativação do Farol, para que Joana Preta fosse indenizada. Doutor

Lulu é um personagem muito conhecido em Olivedos, apesar de não residir no lugar, mas por ser irmão de Evilázio de Albuquerque, que também foi prefeito de Olivedos, tendo, portanto, um reconhecimento da população enquanto personagem influente. A entrevista foi realizada no dia 22 de junho de 2009 e teve duração de nove minutos e dezoito segundos.

Mais uma entrevistada, Maria de Fátima Costa Gomes, nascida em 28 de fevereiro de 1953, amiga de Joana Preta, é uma senhora de família conhecida, porém sem envolvimento político/partidário, dedicada entre outras tarefas aos afazeres domésticos. Era frequentadora do espaço para encontros amorosos com seu namorado, na época, que depois se sagrou marido. Hoje, viúva, mãe de três filhos, mora sozinha em Olivedos. Essa entrevista aconteceu em 29 de julho de 2014 e teve a duração de quatorze minutos e vinte e cinco segundos.

“Mariazinha,” nascida em 20 de setembro de 1938, amiga de Joana Preta e frequentadora do espaço para encontros amorosos. Essa entrevista eu realizei em sua residência no dia 10 de fevereiro de 2015 e teve a duração de nove minutos e trinta e nove segundos. Viúva por três vezes, sem filhos, com muita alegria narra as vezes que frequentou o Farol, inclusive quando residia num sítio do município de Olivedos. É considerada uma senhora da elite² de Olivedos, por ter sido casada com um senhor de muita influência político/partidária que auxiliou candidatos em financiamento de campanhas, chegando a receber em uma de suas fazendas candidatos ao governo do Estado, como Ronaldo e Cássio Cunha Lima, acontecimentos registrados em fotografias estampadas na casa da viúva.

Maria do Socorro Vasconcelos Moraes, nascida em 13 de maio de 1943, que morou com Joana Preta por algum tempo e vivenciou algumas práticas no Farol. A entrevista foi realizada em sua residência, na presença de um filho. Trata-se de uma senhora muito conhecida, por ser “figura folclórica,” tendo em vista que reza pessoas com problemas específicos e retira ciscos dos olhos das pessoas através de uma tática criada por Maria e que consiste em revirar os olhos. Tem condição financeira baixa, se nomeia como agricultora e

² Levando em consideração a historicidade da categoria “elite,” bem como as significações, controvérsias e critérios utilizados pelos mais diversos pesquisadores para caracterizar o que se chama de elite, corroboro, pois, com Duma (2003, p. 101), quando configura a elite a partir de indicadores, como: “o nível de fortuna, o peso da genealogia, as funções ocupadas, a questão da identidade de um grupo e a maneira pela qual ela vai se definir através de um culto da distinção e da aparência”. Em Olivedos, o que chamo de elite está representada pela fortuna, ou seja, o poder financeiro, a genealogia, identificada por aqueles que são descendentes de família que têm alguma tradição político/partidária ou de uma família abastada financeiramente (essa fortuna estava representada em bens materiais, como terra, televisão, o que na década de 1970, em Olivedos, era uma novidade, em imóveis e automóveis). Talvez a identidade de um grupo não esteja representada, pois não trata-se de uma elite coesa, ou mesmo representada por um grupo específico, mas essa elite tentou se diferenciar pela aparência, com roupas e acessórios sofisticados, cultuando alguma distinção.

trabalha numa pequena extensão de terra que possui. Essa entrevista aconteceu no dia 10 de fevereiro de 2015 e teve a duração de quatorze minutos e cinquenta segundos.

Maria de Lourdes Limeira Eufrazio, nascida em 07 de agosto de 1950, também era frequentadora do espaço. Parente do poeta Manoel Tomas de Assis, conhecido como “Manoel Limão,” era vizinha do Farol, quando ainda era solteira e morava na casa dos pais. Hoje é viúva, convive com seus filhos e netos, sendo funcionária pública do município e costureira nas horas vagas, é conhecida por todos. A entrevista foi realizada na casa de sua mãe, portanto, próxima à localização do espaço onde ficava o Farol de Joana Preta. Essa entrevista aconteceu no dia 27 de julho de 2014 e teve a duração de quatro minutos e cinquenta segundos.

Entrevistei o senhor “José,” nascido em 19 de março de 1942, agricultor, que morou grande parte de sua vida na Zona Rural, mas que agora, na velhice, doente e debilitado, decidiu morar na cidade. Trabalhou e se aposentou como agricultor, é pai de muitos filhos, convive atualmente com alguns desses filhos, netos e bisnetos. Foi um frequentador do “Cabaré” para relações amorosas e deleite das bebidas e comidas vendidas pela protagonista do Farol. É um personagem tido por alguns como “falastrão” por ser transparente demais com a vida que teve e pela forma como narra sua vida com alegria e muitos palavrões. Essa entrevista foi realizada tendo como testemunha várias pessoas da família, entre esposa, filhos/as, netos/netas, um casal de amigos e demais pessoas que estavam no momento em sua residência, inclusive permitindo uma fotografia para registro da entrevista. Essa entrevista aconteceu no dia 10 de fevereiro de 2015 e teve a duração de nove minutos e trinta e quatro segundos.

E, por fim, entrevistei, em sua residência, o senhor Geraldo Borges no dia 14 de agosto de 2009 com duração de três minutos e vinte segundos. Nascido em 06 de junho de 1935, amigo de Joana Preta e frequentador do Farol. Irmão de Iracema Borges, uma das entrevistadas, e também de João Borges, foi um dos possíveis namorados de Joana Preta. A entrevista aconteceu apenas na presença do entrevistado. Trata-se de um senhor da elite e de boa posição social, muito conhecido na cidade, pois sua família é envolvida com a política partidária, além disso, conta com algumas de suas filhas ocupando cargos importantes na educação e na ala executiva da Prefeitura Municipal de Olivedos.

Algumas entrevistas foram transcritas tal qual foram relatadas, sem correções gramaticais, outras foram citadas de forma indireta e, portanto, com correções gramaticais. Alguns entrevistados foram identificados, uma vez que todos autorizaram, por escrito, a divulgação de suas falas na pesquisa, porém, alguns nomes citados pelos entrevistados serão

preservados, assim como algumas falas. Alguns sujeitos não serão identificados porque compreendo que suas falas podem comprometê-los ou resultar em problemas jurídicos por suas afirmações, que envolvem outras pessoas de uma forma geral. Esses indivíduos são os identificados como “Mariazinha” e “José.”

Dessa forma, tentei construir um objeto de estudo pautado na relatividade de discursos e do próprio saber histórico, analisando as memórias que fazem o emaranhado de uma história entre muitas outras possíveis sobre o “Farol de Joana Preta.” Tentei destacar contradições e subjetividades nos discursos e memórias, pensando, com Albuquerque Jr. (2007, p. 61), que:

Pensamos, hoje, o passado como uma invenção, de que fizeram parte sucessivas camadas de discursos e práticas. Percebemos o passado como um abismo que não se para de cavar; quanto mais queremos nos aproximar dele, mais nos afastamos. Damo-nos conta de que a história não está a serviço da memória, de sua salvação, mas está, sim, a serviço do esquecimento.

Pois o passado não é algo dado, pronto e acabado, mas construído a partir dos discursos que compõem histórias entrelaçadas entre a memória e o esquecimento, que não se resgata, porém se representa a partir das invenções contidas nesses discursos.

Assim, restam as vozes, oriundas de testemunhas que, de alguma forma, vivenciaram ou conviveram observando ou contribuindo para a existência do “Farol de Joana Preta,” uma vez que, no local, hoje, encontra-se uma loja de material de construção, o que me leva a configurá-lo como um lugar de memória:

Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração. (NORA, 1998, p. 21)

O Farol pertenceu a dois domínios, assim como conceitua Nora, com experiências históricas complexas, até elaborações mais abstratas, do simples ponto comercial coordenado por Joana, passando por um processo de desapropriação complexo, para se tornar bem público numa tentativa de apagamento de sua configuração anterior. Não foi um processo natural mas, sim, artificial ou interessado, envolvido em tramas políticas e relações de poder específicas, que conheceremos melhor quando da discussão do terceiro capítulo. No entanto, interessa é que ele se sobressaiu e talvez não a partir de uma elaboração abstrata, mas de uma experiência, não exatamente sensível, mas, de uma experiência histórica, aquela que é:

material, simbólica e funcional (...). É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número, uma maioria que deles não participou. (NORA, 1998, p. 21-22)

É o que tento fazer na representação de memórias sobre o Farol, a produção de lembranças a partir dos entrevistados, “as lembranças manifestadas não se confundem com as lembranças tais como são conservadas (e cujo conteúdo resta incerto, inclusive para os primeiros interessados) e são apenas a expressão parcial entre outras tantas possíveis” (CANDAU, 2011, p. 33). Porém, a categoria de simbólico é mais intensa na representação do Farol, só que são representadas por pessoas que o vivenciaram ao contrário da definição de Nora, o que acredito ser mais uma possibilidade de representação dos lugares de memória.

Assim, esse objeto de estudo foi tecido a partir de uma operação historiográfica representada pelas memórias das pessoas entrevistadas, pois, segundo Ricoeur (2007, p. 40), “não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu”, mesmo quando não se dispõe de lugares materiais de representação das memórias. No entanto, cada entrevistado será visto como representante de uma memória individual e seletiva, mas, que:

[...] é formada pela coexistência, tensional e nem sempre pacífica, de várias memórias (...), em permanente construção devido à incessante mudança do presente em passado e às consequentes alterações ocorridas no campo das representações do pretérito. (...) a memória seja sempre selectiva (...). Por conseguinte, ela não é um armazém que, por acumulação, recolha todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo, um mero *registro*; mas é retenção efetiva e “quente” do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo. (CATROGA, 2001, p. 16)

Ou seja, as memórias se apresentam de forma conflituosa, pois a representação do passado é afetada pela condição do sujeito no presente e aí cria-se a tensão diante desse embate entre presente e passado, considerando, pois, que, nessas condições, cada entrevistado seleciona as memórias a serem narradas.

Nesse sentido, ocorre o entrecruzamento daquilo que Candau chamou de três níveis da memória: a protomemória, a memória propriamente dita e a metamemória. Em relação à protomemória “é nela que enquadrámos aquilo que, no âmbito do indivíduo, constitui os saberes e as experiências mais resistentes e mais bem compartilhadas pelos membros de uma sociedade,” esse nível da memória é chamado, por Candau, de “memória de baixo nível,” pois nos é incorporada sem percepção clara, como se fôssemos tomados por ela sem percebermos, “ocorre sem tomada de consciência” (CANDAU, 2011, p. 21,23).

A “memória propriamente dita,” Candau chama de “alto nível” que está na tessitura da recordação e do esquecimento e que por vezes é involuntária. E, por fim, a metamemória, “que é, por um lado, a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela e, de outro, o que diz dela” (CANDAU, 2011, p. 21,23).

Partindo do fato que estou falando em representação das memórias, é preciso compreender que a “representação” provém da forma latina ‘repraesentare’ – fazer presente ou apresentar de novo. Fazer presente alguém ou alguma coisa ausente, inclusive uma ideia, por intermédio da presença de um objeto” (MAKOWIECKY, 2003, p. 3). Trata-se de um conceito mutável, pois as épocas elegem suas necessidades: num primeiro momento, estabeleceu-se uma ideia de similitude, que perdurou até o desenvolvimento da ciência moderna cartesiana, quando o objeto já não era mais necessário, uma vez que a imagem o substituiria, discussão, esta, que está imbuída da ressignificação do que vem a ser o real ou a realidade.

Dentre os inúmeros teóricos que discutem o conceito, corroboro, pois, com as acepções de Foucault (2000) que considera que a linguagem não é a representação do real, pois o signo verbal é arbitrário em relação aos objetos a que ele se refere. A representação, por assim dizer, ultrapassaria a identificação apenas com a realidade, pois ela não seria cópia deste real, mas seria semelhança e diferença no mesmo espaço. “Portanto, a representação seria composta pela repetição – que quando repete acaba por criar algo novo – e pela criação de algo novo por meio da não semelhança com o real” (COELHO, 2011, p. 94). Nesse sentido, a representação evoca a ausência que traz visibilidade ao que é representado, sugerindo, assim, presença, envolvendo também, neste processo, uma determinada prática simbólica.

As várias maneiras de representar e de fazer uso da linguagem levam a um distanciamento da objetividade que caminham para a valorização do sujeito. Logo, a ampla liberdade na representação de si e do outro só se fez possível a partir do século XVII. O real se separa de sua representação, já não são mais a mesma coisa. Por isso, representar na arte, em geral, na literatura e na história se torna algo distanciado do real. A representação não se pretende enraizar no mundo, mas abre-lhe um espaço que é seu, “cuja nervura interna dá lugar ao sentido” (FOUCAULT, 2000, p. 108); a distância que a própria representação estabelece é preenchida pela linguagem, pelo discurso aberto.

Utilizo também, como fonte para esta pesquisa, um folheto de Literatura de Cordel, produzido por volta da década de 1970, por um poeta que era vizinho do Farol e um observador dos costumes em Olivedos, que se chamava Manoel Tomas de Assis. Nesse

folheto, intitulado “O mundo está sem dono porém o dono aparece” (ASSIS, s/d), temos as configurações da emancipação da mulher em Olivedos, representadas pela mudança na forma de se vestir, de namorar e a movimentação feminina na praça durante a noite. Seus folhetos são muito bem aceitos pela população do local, que diz que ele preza pela “moral do mundo que hoje está desmoralizado.”³ Entendo o cordel em questão “como um documento – monumento, lugar de produção de sentido e rearticulação das temporalidades” (CIPRIANO, 2008, p. 179).

Sendo assim, a pesquisa foi escrita em quatro capítulos. No primeiro, NÃO EXISTE FAROL SEM JOANA, NÃO EXISTE JOANA SEM FAROL, parto do pressuposto de que a existência do Farol, bem como de Joana Preta passa por um processo de visibilidade e invisibilidade diante das relações de poder que configuram Joana Preta como personagem central do Farol.

No segundo, intitulado DE UMA EXISTÊNCIA MULTIFACETADA, ENTRE A DIFERENÇA E A EXCLUSÃO: AS MÚLTIPLAS IDENTIDADES DE JOANA PRETA, problematizo as várias identidades atribuídas para/por Joana Preta diante de sua protagonização no Farol, bem como suas táticas diante das relações sexuais com alguns parceiros e, por fim, seu encontro conflituoso com a Igreja Católica.

No terceiro capítulo, O FAROL DE JOANA PRETA: ESPAÇO DE HETEROTOPIAS E MEMÓRIAS, represento o Farol enquanto lugar praticado a partir da concepção de espaço de Certeau (1994). Porém, compreendendo que, como espaço de desvio da suposta norma, trata-se também de uma *Heterotopia*, (FOUCAULT, 2001), bem como, faço uma operação historiográfica do Farol e das memórias recolhidas a partir da oralidade.

O quarto e último capítulo foi intitulado “AS TESSITURAS DE UM FIM: A DESATIVAÇÃO DO FAROL.” Nele, tentei narrar o fim do Farol e de Joana Preta e é onde apresento as tramas construídas para a desativação do Farol em detrimento do processo de urbanização do município de Olivedos-PB, na década de 1970.

As narrativas que se seguem resultam dos encontros de Joana Preta com os poderes, sendo vista como infame, mulher de má fama ou mal falada, aquela que transgride as linhas da normalidade. Neste sentido, convido o leitor para trilhar a caminhada pelas histórias que aqui serão narradas, no intuito de produzir outras histórias.

³ A frase representa uma expressão popular usada para identificar o desfacelamento da família tradicional em Olivedos.

CAPÍTULO I

NÃO EXISTE FAROL SEM JOANA, NÃO EXISTE JOANA SEM FAROL

Vidas que são como se não tivessem existido, vidas que não sobrevivem senão do choque com um poder que mais não quis que aniquilá-las, ou pelo menos, apagá-las, vidas que a nós não tornam a não ser pelo efeito de múltiplos acasos. (FOUCAULT, 2003, p. 210)

Homens e mulheres tidos como infames⁴ têm sua existência esquecida/silenciada e só a partir de seu encontro e/ou desencontro com poderes instituídos é que os percebemos por vezes compondo histórias. Nesse capítulo, discuto a representação do Farol enquanto espaço protagonizado por Joana Preta. Compreendendo que sua existência, assim como a existência de Joana Preta, passa por um processo de visibilidade e/ou invisibilidade que envolve as tramas e relações dentro do espaço que tinha o nome de Farol e, portanto, que a existência social de ambos se dá a partir do momento que o espaço é configurado de “Cabaré ou Farol de Joana Preta.”

Quando falo de visibilidade e invisibilidade, penso primeiro na definição mais superficial que está no *Dicionário Aurélio Buarque de Holanda* (1999, p. 2079): “visibilidade” significa “caráter do que é visível,” aspecto reiterado pelo *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa* (1994, p. 825), a mesma é significada como “ver” e, conseqüentemente, no mesmo dicionário, o significado de “ver” é “conhecer ou perceber pela visão” (1994, p. 815), delimitando um pouco a ideia de visibilidade ao que é percebido e observado a partir da visão, porém, não especificando se está tratando de algo visto subjetiva ou objetivamente. De acordo com Albuquerque Júnior (1999, p. 24):

quando falamos em visibilidade e dizibilidade, falamos da emergência de novos conceitos, novos temas, novos objetos, figuras, imagens, que permitem ver e falar de forma diferenciada (...) que colocam novos problemas, que, por sua vez, (...) iluminam novas dimensões da trama histórica, da rede de relações que compõem a trama do espaço.

⁴Entendo por infame o estereótipo destinado a todos aqueles que fogem à norma, às regras sociais e culturais de conduta, a exemplo das mulheres que tratam sua sexualidade com insubmissão e que têm sua existência obscurecida ou desventurada, mas que ao se chocar com o poder, é possível perceber seu fugidio trajeto, uma vez que comportar-se como anormal é transgressão que fere um poder instituído por um dispositivo. (FOUCAULT, 1988, 207-211)

Assim sendo, não é só a fala dos sujeitos históricos desta pesquisa, mas a própria atitude da protagonista do Farol que constroem novos fios de histórias que permitem, assim como assinala Albuquerque Junior (1999, p. 24), “falar de forma diferenciada” através de uma dupla visibilidade: a representada na fala de Joana Preta e nas falas dos demais entrevistados.

Foucault fala da visibilidade e invisibilidade como dois aspectos do poder. A visibilidade estaria para as instituições tradicionais e hegemônicas, a disposição das máquinas do poder, como formas de controle usadas a partir de estratégias, como o “dispositivo.” Dispositivo que fica invisível no interior do qual circulam novas intensidades de poder, ou seja, é o conjunto formado por discursos e práticas coercitivas, que são subjetivadas cotidianamente, que sem perceber nos enredamos (FOUCAULT, 1988) e construímos nossas identificações.

Aproprio-me desses discursos e/ou definições para compreender como o adjetivo “preta” passou a compor o nome Joana de forma a lhe conferir *status* de sobrenome, bem como problematizo esse sobrenome “preta” enquanto marca de anormalidade para a sociedade olivedense.

1.1 Joana Preta: protagonista do Farol

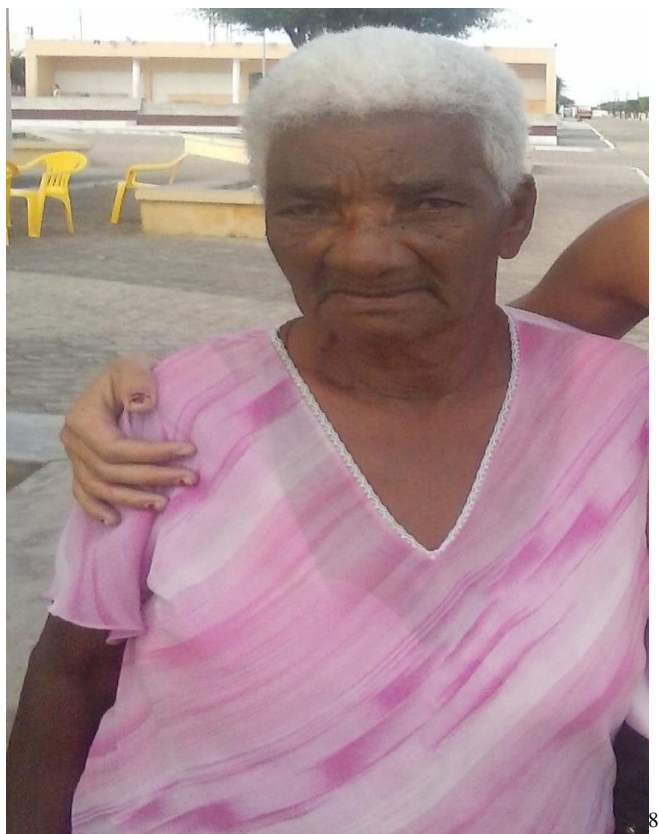
O que é a história, finalmente, senão uma imensa lacuna, uma interrogação sem fim, um silêncio sem limites, cujas margens possíveis encontram-se no ruído do tempo, alcançado apenas através de algumas páginas em rascunho, algumas inscrições veladas, inapreensíveis traços do humano? (SWAIN, 1996, p. 130)

Quebrando algumas lacunas, rompendo com alguns silêncios, narrando traços de uma história inapreensível, apresento Joana Francelino de Lima, nascida aos vinte e três de maio de 1926,⁵ no povoado de São Francisco, hoje município de Olivedos-PB, viveu grande parte de sua vida com dificuldades financeiras e, junto com sua mãe “Maria Loiceira,⁶” que

⁵ Essa é a data de nascimento que consta em seu documento de identidade, porém, sua filha acredita que, pelos sinais físicos e mentais, Joana Preta pode ter nascido alguns anos antes de 1926, levando em consideração que naquele tempo, nas pequenas cidades da Paraíba, as pessoas demoravam anos para registrar seus filhos, muitas vezes subtraindo alguns anos do nascimento da criança, fato que pode ter ocorrido com Joana Preta.

⁶ Maria Louceira, mãe de Joana, recebeu este apelido em função das panelas de barro que fabricava artesanalmente e que eram conhecidas popularmente por louças. Apesar de não ter conseguido maiores informações sobre a origem negra de Joana, bem como de sua mãe, é provável que sua mãe tenha vindo do Quilombo Serra do Talhado, que fica localizado em Santa Luzia-PB, pois alguns negros daquele Quilombo se dispersaram e alguns familiares de Joana Preta encontram-se na cidade de Soledade, que fica vizinha a Olivedos. Esses familiares não têm contato com Joana Preta e não sabem informar sua origem, porém afirmam serem oriundos desse quilombo. No entanto, os descendentes do Quilombo Serra do Talhado até a década de 1960 se destacavam pela produção de cerâmica e panelas de barros, como assinala o documentário Aruanda, de

era mãe solteira, Joana Preta sobrevivia de fazer panelas de barro para sustento de uma família de muitos filhos, tendo de ajudar a mãe a criar os quatro irmãos. Chegou às vias escolares, mas apenas de passagem; não sendo completamente alfabetizada, teve de conciliar, por pouco tempo, a escola e a venda de mercadorias de forma ambulante, rodeando toda a região de São Francisco,⁷ entre zona rural e urbana.



Até os 18 anos de idade, Joana Preta era apenas uma vendedora ambulante que trabalhava com intuito de ajudar sua família e morava na casa de sua mãe. A partir deste momento, ela decidiu trilhar o caminho da independência, quando dirigiu-se a Campina Grande-PB para falar com Marinheira Colaço, a proprietária de alguns casarões e casas velhas abandonadas que estavam localizados onde hoje é o centro do município de Olivedos-PB. Ao encontrar a senhora Colaço, pediu para comprar o casario que teria o nome de Farol. Colaço

Linduarte Noronha, lançado em 1960. Cultura que também fazia parte da vida de Maria louceira. No documento oficial de identidade de Joana Preta, consta o nome oficial de sua mãe como Maria da Conceição Alexandrino, porém, não há identificação do pai de Joana, o que configura que Joana não foi reconhecida oficialmente por seu pai, sendo criada por sua mãe, ou simplesmente não foi registrada com a identificação do nome do pai.

⁷ Nome do município de Olivedos quando ainda era Distrito.

⁸ Joana Francelino de Lima – Fotografada em Novembro de 2014 por Rozeane Porto Diniz.

acabou doando, e não vendendo a Joana Preta, o Farol. Num outro momento, Joana Preta afirmou que a própria Marinheira Colaço lhe havia oferecido o tal local, denominado de Farol. Independente dos trâmites a partir deste momento, Joana Preta passou a ser dona do estabelecimento, organizando um ponto comercial, deixando a vida de vendedora ambulante. Contava com os mais variados tipos de lanches e com práticas sexuais oferecidas aos clientes, como afirmam alguns entrevistados.

Em determinado momento da vida, Joana passou a se inscrever e ser inscrita enquanto Joana Preta, o que é representativo e firma uma identidade, não sei se sensual, como “Otilia-Gabriela,”⁹ mas transgressora. Compreendo que “a identidade negra [e qualquer outra identidade] é atravessada por outras identidades, inclusive de gênero” (HALL, 2003, p.12), que está na fala dos entrevistados, sendo sempre associada a Joana Preta como “mulher da vida.” Compreendo ainda que essa identidade é firmada por Joana Preta e por outros que a inscrevem enquanto “Joana Preta,” uma vez que todos os entrevistados a nomeiam assim, sem conhecimento de seu nome de registro. Não é um processo centrado, mas descentrado em relação ao processo de identificação, uma vez que outras identidades lhe foram atribuídas em vários momentos pelos entrevistados: “comerciante,” “mulher da vida,” “Joana Preta,” dentre outras, que não significam essência, mas “uma costura de posição e de contexto,” “um lugar que se assume” (HALL, 2003, p. 15-16).

É interessante ainda enfatizar que Joana Preta se utilizou dessa identificação como uma arte da trampolinagem, que em determinados momentos lhe foi útil e de muita ousadia, como no caso do “Baile dos Mateus,” baile com dança, música e bebida que acontecia em Olivedos, entre as décadas de 1960 e 1970, e que era frequentado apenas por pessoas negras ou por aqueles que, na entrada do baile, se identificassem como pretos e que Joana Preta frequentava e ajudava a organizar. Entendo trampolinagem a partir de Certeau, (1994, p. 79):

define-se como trampolinagem, palavra que um jogo de palavras associa à acrobacia do saltimbanco e à sua arte de pular do trampolim, e como trapaçaria, astúcia e esperteza no modo de utilizar ou de driblar os termos dos contratos sociais. Mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro.

Ou seja, no momento que lhe foi conveniente se inscrever enquanto Preta, Joana o fez, compreendendo que, dessa forma, estava driblando contratos sociais, como no caso do baile, já que era uma festividade onde os “pretos” é que mandavam, diante das poucas situações e/ou momentos onde os pretos dominavam o cenário em Olivedos. Joana Preta relata uma das

⁹ Prostituta profissional, a qual Rago faz uma escrita de si, no livro *A Aventura de Contar-se* (2013).

vezes que o senhor Cícero Mateus, o promotor do baile, pediu que ela “tomasse conta” do forró, demonstrando de socialização entre os negros do lugar, já que questionada sobre sua relação com Cícero, Joana Preta afirmou “era nadinha,” ou seja, que não havia nenhuma relação de parentesco:

[...] era o bale dos Mateus, aí minha fia, ele dizia: “num deixe ninguém entrar, Dona Joana!”. Eu dizia pode ir, eu num deixo não! Aí quando defê, chegava uns galegão todo arrumado, todo cheroso: “Dona, a senhora deixa eu entrar?”. Eu digo: o senhor já comprou a ficha? Apoi o senhor se aguarde aí que o moreno foi ali e disse que já vinha, quele num mim tregou a ficha e o senhor espere aí um pouco. Quando defê, tava uma fila, tudo galego pá entrar.¹⁰

Nessa fala, percebo uma sensação de contentamento de Joana Preta ao retratar que as pessoas brancas, as quais ela chama aqui de “galegão,” ficavam esperando Cícero Mateus voltar para ordenar a entrada ou não do indivíduo e, em pouco tempo, a fila se formava, demonstrando que era uma festividade por muitos desejada, inclusive, segundo Joana Preta, pelos brancos, que queriam frequentar, mesmo sabendo que teriam de se assumir enquanto pretos.

Outra entrevistada, a senhora Maria de Lourdes, relata que o forró também era conhecido como “Forró dos nego”¹¹ e que quem quisesse, por ventura, frequentar, sabia que “tinha que ser nego também.”¹² Porém, no forró, conhecido como “Forró dos brancos,” a entrada de negros não era democrática. Segundo Lourdes, apenas o tocador, conhecido como Manoel Tambor, e um amigo de Anchieta, que era dono do forró, é que frequentavam-no, mesmo sendo negros. Havia uma segregação forte que impedia a socialização entre brancos e negros naquele espaço.

A senhora Maria do Socorro, que morou com Joana Preta logo após a morte de seu pai, complementa sobre o “Baile dos Mateus,” dizendo que, naquele momento, ainda não havia energia: “era com umas lamparinas de gás, num tinha energia, era um lampiaoção bem grande, um bucado de lampião, iluminado por lampião. E o da gente, que era dos branco, era lá em Geraldo Borges, quem fazia era Anchieta mais o finado Thiago.”¹³ Ao ser questionada se os negros podiam entrar, ela diz que “não, só branco mesmo.” Ao falar sobre a relação entre brancos e negros, ela diz que “era muito reservado, ninguém nem teimava pra ir, num já tinha... os morenos ia lá pro seu canto e os branco ia lá pro outro.”

¹⁰ Joana Francelino de Lima. Entrevista à autora em 01/08/2009.

¹¹ Maria de Lourdes Limeira Eufrazio. Entrevista à autora em 27/07/2014.

¹² Idem.

¹³ Maria do Socorro Vasconcelos Morais. Entrevista à autora em 10/02/2015.

Maria do Socorro diz ter frequentado o “Forró de Anchieta,” como ficou conhecido o “Forró dos brancos,” e também chegou a frequentar, uma única vez, o “Forró dos Mateus,” acompanhada por uma amiga negra. Na fala de Maria do Socorro vislumbro que havia uma segregação na convivência entre brancos e negros, mas vale ressaltar que essas festividades só ocorriam no mês de janeiro, quando era comemorada a festa do padroeiro São Sebastião, no município de Olivedos, e que os “bailes,” como muitos chamavam, ocorriam no principal dia de festividades ao padroeiro, que geralmente era no dia 20 de janeiro em alguns anos, porque era sempre no sábado mais próximo do dia 20, que é o dia relegado ao Santo, pela Igreja Católica.

Outra entrevistada, que prefiro não identificar, a qual chamei de “Mariazinha,” se refere à situação de segregação racial provocada pela existência dos dois forrós: “Era uma coisa muito séria, antigamente as coisa era, tinha moral, era! Pra vista de hoje, tinha moral, era um respeito danado.”¹⁴ Essa fala legitima a segregação das duas festividades. A entrevistada relata que, como era branca, frequentava o “Forró de Anchieta” e chegou a dançar lá muitas vezes, inclusive com o marido. Trata-se de um casal da alta sociedade, que compreende que, de fato, negros e brancos não deviam se misturar, desvelando de forma clara o preconceito. Ao ser questionada sobre Joana Preta ter sofrido preconceito, a entrevistada diz que não tinha conhecimento. No entanto, relata que seus pais nunca souberam que ela frequentava aquele espaço, uma vez que não aceitariam. Ou seja, seus frequentadores e frequentadoras viviam na surdina, com medo dos olhos atentos e preconceituosos dos pais, familiares e da sociedade.

O senhor “José” disse ter frequentado os dois forrós, o “Baile dos Mateus” e o “Forró de Anchieta” e traz uma versão interessante e um tanto diferente sobre a vivência da festividade:

[...] forró dos nego, branco num entrava lá, não, que o nego vei, o dono do forró, butava tudo prá fora. Ele danava o grito: eita meu Deus do céu, quem pode mais do que Jesus, só Nossa Senhora. Branco aqui num entra, branco vai caçar pra lá, vai lá João Borges, aqui é só dos negos, que nego é da parte do Diabo.¹⁵

Uma parte da família de sobrenome Borges, a exemplo de Geraldo Borges, um dos entrevistados nesta pesquisa, morava próximo ao “Forró de Anchieta,” na rua que hoje recebe o nome de Oscar Costa, por isso ele cita que o senhor Cícero Mateus mandava que os brancos

¹⁴ “Mariazinha”. Entrevista à autora em 10/02/2015.

¹⁵ “José”. Entrevista à autora em 10/02/2015.

fossem naquela direção. No discurso de “José,” há bordões, ele cita um deles acima, que compara o negro ao Diabo, aquela imagem eurocêntrica do Diabo e do inferno que representa o preto, a escuridão, que é representada pelo cinema, inclusive no que tange aos filmes bíblicos, nas novelas e até em desenhos animados e que só é quebrada por filmes como o *Alto da Compadecida*, em que Jesus aparece representado por um negro e Nossa Senhora de Aparecida, branca.

Há um imaginário popular, que foi construído e está presente na tradição ocidental, que associa o diabo ao negro, ou que associa tudo que for considerado ruim ao negro. Durand afirma que “a negrura é sempre valorizada negativamente. O diabo, retrato do mal, é quase sempre negro ou contém algum negror” (DURAND, 1997, p. 92). Portanto, a associação de Cícero Mateus do negro com o diabo é usada para firmar um lugar de autoridade do negro, que é histórica e trouxe consequências quase sempre negativas para a vivência dos negros em sociedade.

Posso compreender que Cícero Mateus, segundo a fala de “José,” se utilizou desse discurso como uma arte da trampolinagem ou mesmo como uma atualização e introspecção de um discurso do preconceito que os próprios negros de Olivedos acabaram legitimando, com intuito de firmar um espaço. Ainda de acordo com o entrevistado, para entrar no forró, não bastava, como disseram outros entrevistados, apenas se identificar enquanto preto, mas havia uma espécie de vistoria, que era a seguinte:

[...] sendo branco, num entrava, não. Ele dizia o seguinte: eu só digo que é nego se tirar o sapato prá eu vê o calcanhar. Quando o caba tirava o sapato, o calcanhar dele era de lado assim, aí ele disse: todo nego têm o calcanhar pra trás que nem jumento ruim, aqui não, vai dançar lá no outo baile.¹⁶

Neste outro bordão que, segundo o entrevistado “José,” o senhor Cícero Mateus se utilizava para deixar que alguém entrasse no forró, estabelece uma espécie de estereótipo para o negro, que o configura como animal “jumento ruim.” O que aqui pode atribuir inúmeros significados, porém, na história do Brasil, foi dessa forma maniqueísta que o negro foi visto em relação ao branco. Essa situação é evidenciada se pensarmos na construção da chamada Identidade Nacional, que historicamente foi marcada, quando não pelo apagamento do negro, mas pela sua apresentação sempre como subserviente, eis o mito da “democracia racial,” já que o negro não é percebido como sujeito histórico e sim como objeto, mercadoria ou na

¹⁶ “José”. Entrevista à autora em 10/02/2015.

situação de passividade. Isso porque, antes que a “democracia racial” fosse percebida como mito, foi um discurso de verdade por muito tempo.

Compreendo que Freyre, em sua obra *Casa Grande e Senzala*, acaba por operacionalizar com o conceito de democracia racial que se forma depois e que não é criado por ele, mas que estabelece um peso em sua escrita e sua concepção do negro e da escravidão no Brasil, estabelecendo certa flexibilidade na relação entre escravos e senhores de engenho, inclusive quando defende os portugueses em detrimento de outros opressores, dizendo que são “o menos cruel na relação com os escravos” (FREYRE, 2003, p. 265), afirmação difícil de ser deglutida entre os negros ou mesmo aqueles que leem as atrocidades sofridas por negros e negras no Brasil colonial. É o mesmo que aceitar o racismo como anátema. Numa outra obra, quando Freyre já defendia sua interpretação do conceito de democracia racial de forma mais intensa, ele vai dizer que:

O que venho sugerindo é ter sido quase sempre, e continuar a ser, esse preconceito[,] mínimo entre portugueses [...] e brasileiros, quando comparado com as suas formas cruas em vigor entre europeus e entre outros grupos. O que daria ao Brasil o direito de considerar-se democracia étnica como a Suíça. (FREYRE, apud RIBEIRO, 1956, p. 21-22)

Tal afirmação de “democracia étnica” levou à suavização da escravização do negro no Brasil, camuflando as mais cruéis formas de dominação, exclusão e castigos corporais. E ainda comparando tal democracia a Suíça, quando não temos nesse país uma relação colonial semelhante a que ocorreu no Brasil. O conceito acabou por criar, de forma naturalizada, estereótipos sobre o negro e a negra e que são tidos como oriundos do que Hasenbalg (1996, p. 237, n 4) chama de “mito,” considerando a democracia racial como algo quase impossível na relação entre negros escravizados e europeus.

Toda essa construção histórica foi reproduzida nas escolas, tanto no ensino de História, com os livros didáticos, quanto também na literatura infantil, dentre outras que reproduziam e/ou reproduzem esse discurso que vem sendo problematizado no ensino de História, mais efetivamente a partir da Lei 10.639 de 2003.¹⁷

¹⁷ Com a Lei 10.639 de 2003, mesmo em detrimento de algumas controvérsias, temos algumas mudanças, primeiro que a própria Lei é uma conquista, oriunda de lutas da sociedade civil e de movimentos negros. Segundo, quando traz a obrigatoriedade do estudo de “História e Cultura Afro-Brasileira” para as escolas, representando de alguma forma o negro, já que: “Ainda persiste em nosso país um imaginário étnico-racial que privilegia a brancura e valoriza principalmente as raízes europeias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática” (MEC, 2004, p. 5). Mesmo percebendo a existência dessa bipolarização ou ainda de uma tentativa de coesão ou de homogeneização da lei em relação ao que ela configura como identidade negra, é a partir dela que passamos a discutir de forma mais efetiva o negro, a negra e sua trajetória histórica de atuação em sociedade, percebendo a pluralidade de suas identidades.

Como se percebe, Joana Preta fazia parte de um universo onde o negro carregava estigmas que eram autorizados e inscritos pelos próprios negros. Sobre isso, afirma Gonzáles (1979, p. 19):

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações mentais sociais que se reforçam e reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra, em particular, desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa.

Ou seja, a participação de Joana Preta no “Baile dos Mateus,” como assinalou o senhor “José,” era tida como natural, já que eram os espaços reservados às pessoas negras e por ser próxima ao dono do Forró, ela ajudava o senhor Cícero Mateus sempre que necessário, além do que era uma festividade que se localizava perto do Farol.

Percebe-se, na fala do senhor “José,” bem como do que ele narra sobre Cícero Mateus e Joana Preta, que o lugar dessa mulher negra é naturalizado, como se, de fato, para Joana Preta, só restasse essa saída, a da segregação, da marginalização, como negra, como prostituta, ocupar os lugares mais desvalorizados, quando Joana Preta burlava essa segregação e ocupava outros espaços. Segundo o senhor “José,” “Joana ia viver de quê”?¹⁸ [se não de seu estabelecimento comercial]

Alguns negros e brancos conseguiram, com alguma artimanha, burlar algum desses forrós que contrariavam sua entrada. Porém, segundo o senhor “José,” isso acontecia de forma rápida, em função do preconceito, pois ele relata ter entrado no “Forró de Anchieta:” “eu frequentava pouco, porque eu era meio orgulhoso. Quando eu via o caba com recha porque era preto, isso aqui, aquilo outro, eu num gostava de entrar para não dá liberdade.”¹⁹ Segundo ele, havia muita discriminação. Havia um orgulho dos negros para só frequentar seu forró. A existência do “Baile dos Mateus” possibilitou a vivência dos negros frente aos brancos, de forma a mostrar-lhes que eles não precisavam do espaço ocupado pelos brancos, pois, mesmo na curiosidade de conhecer o “Forró de Anchieta,” eles preferiam não fazê-lo para não dar espaço para o preconceito, como se a segregação fosse uma blindagem [e era], ou simplesmente uma naturalização do lugar de desvalorização relegado ao negro em Olivedos. Percebo assim que o “Baile dos Mateus” se configura como uma *heterotopia*, o lugar do desvio, do outro, aquele considerado diferente.

¹⁸ “José”. Entrevista à autora em 10/02/2015.

¹⁹ Idem.

Sendo assim, não é difícil compreender por que o nome de Joana passou a ser dito acompanhado do adjetivo usado no sentido de sobrenome: Joana Preta, como se sua cor da pele fosse um indicativo de suas práticas, apresentando aqui mais um marcador de “anormalidade,” de “infâmia.” Segundo Ramos (1954, p. 191), “a cor da pele do negro parece constituir o obstáculo, a anormalidade a sanar. Dir-se-ia que, na cultura brasileira, o branco é o ideal, a norma, o valor, por excelência.”

Joana Preta é então narrada como anormal, primeiro por ser negra, e depois por suas práticas da sexualidade. Segundo Foucault (2001, 397), “o indivíduo dito anormal” é construído pelo Estado a partir de tudo que pode ser “desviante (...) no comportamento ou no corpo.” No caso de Joana Preta, vários são os indicadores de sua anormalidade, de seu desvio: “mãe solteira,” “prostituta,” “comerciante,” pois, na década de 1940, momento no qual Joana Preta inicia seu comércio, não era comum a independência financeira para as mulheres. Mas é sua adjetivação como Preta que lhe constitui enquanto sobrenome, já que ser Preta é uma condição objetiva mas, que se configura socialmente como anormalidade.

Contextualizando, o termo “preto,” surgido por volta do século X, designava pessoas de pele escura, originárias da África. Entretanto, com a escravidão, no século XV, a palavra “negro” passa a ser adotada pelos portugueses” (ROCHA, 2010, p. 901). A identificação do negro com a escravidão passa a produzir um discurso pejorativo que associa o negro a tudo que é considerado ruim e que vai ser marcante em muitos séculos de nossa história. Só com os movimentos de militância negra é que vamos ter uma desconstrução dessas definições pejorativas e uma redefinição do termo de forma positiva, assumindo as contribuições dos negros para a história do Brasil.

No entanto, houve muitas implicações negativas antes desses movimentos de afirmação, que acompanharam os negros no período de pós-abolição, como é o caso de Joana Preta, as alternativas de sobrevivência diante da negatividade impregnada ao negro foram poucas. Segundo Fernandes (2008, p. 44):

Diante do negro e do mulato se abrem duas escolhas irremediáveis, sem alternativas. Vedado o caminho da classificação econômica e social, pela proletarianização, restava-lhes aceitar a incorporação gradual à escória do operariado urbano em crescimento ou se abater penosamente, procurando no ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita meios para salvar as aparências e a dignidade de “homem livre”.

Como em Olivedos não contamos com operários e nem com fábricas, essas possibilidades se restringiam ainda mais e, no caso das mulheres, as alternativas eram ainda

mais escassas. Assim, Joana Preta salvou sua dignidade de mulher livre, não sendo submissa em nenhuma atividade que lhe prendesse, como “empregada doméstica” ou peoa em alguma fazenda da região, já que essas eram suas alternativas que lhe transformariam em escória da sociedade olivedense. Porém, Joana além de Preta é tida como prostituta, por alguns, o que acaba por acentuar seu estereótipo de mulher preta e disponível para o sexo, como outrora as escravas assim foram consideradas.

Esse estereótipo, construído a partir da anormalidade de forma naturalizada se anuncia na fala do senhor “José,” ao relatar sobre as relações amorosas que presenciou no Farol com Joana Preta. Ele diz serem públicas, pois as mulheres não tinham ciúmes:

[...] qual era a mulher que ia ter ciúme de Joana Preta, sabendo que ela era uma nega veia? Ninguém ia atrás dela, e os cabas butano chifres nas muie com ela. Ninguém dava por ela, e a nega era descente e limpa, (...) minha fia, me pedoe que eu tô na sua presença, se for pecado, Jesus tome conta: eu num dava uma nega veia daquela por uma mulher branca; a nega era fogosa e era boa.²⁰

O senhor “José” fala sobre a percepção que as mulheres, esposas, tinham de Joana Preta. Segundo o senhor “José,” as mulheres a subestimavam, não acreditando ser possível que seus maridos tivessem relações amorosas e/ou sexuais com uma mulher negra, com tantos estigmas: mãe solteira, tida por muitos como “mulher da vida.” O próprio “José” a coloca de forma negativizada, chamando-a de “nega veia,” como se estivesse falando de um objeto de uso qualquer, mas esse discurso resulta de uma sociedade patriarcal²¹ de dominação e exploração do homem branco sobre a mulher negra, bem como demonstra o quanto isso é resultado do mito da democracia racial tradicionalmente enraizado nessa concepção preconceituosa sobre a mulher negra.

Essa sociedade patriarcal é herança colonial e segundo Teruya

foi tomada como 'civilizadora', ao impor sua ordem e sua solidariedade a uma ordem social que seria, de outra maneira, desorganizada e anômica, sendo as outras organizações familiares possíveis, “apêndices” e complementos daquela estrutura patriarcal. Esta ideia acabou ocupando também, todos os espaços possíveis de compreensão da sociedade brasileira

²⁰ “José”. Entrevista à autora em 10/02/2015.

²¹ Compreendo o patriarcalismo a partir da concepção problematizada por Badinter de que “Afim, seja qual for o modelo imaginado para pensar os sexos – semelhança ou diferença - o homem se apresenta sempre como exemplar mais bem-acabado da humanidade, o absoluto a partir do qual a mulher se situa. (BADINTER, 1993, p. 9)

Qualquer organização familiar que fugisse a lógica patriarcal seria tida como desordem, descompasso de toda uma sociedade, embora outros modelos de família tenham se formado elas foram obscurecidas ou silenciadas pelo patriarcalismo. Mesmo na sociedade moderna quando temos outras organizações familiares erigidas em outras perspectivas, numa sociedade não mais rural como na colônia brasileira, mas numa sociedade urbana teremos segundo Teruya a manutenção de alguns valores patriarcais no século XX.

Compreendo que “José” está imbuído desses valores patriarcais de dominação masculina quando fala da mulher negra como objeto sexual e despreocupação das mulheres/esposas em relação a Joana Preta.

De acordo com os estudos de Cândido citados por Teruya, no século XX,

Manteve-se porém, a moral patriarcal como medida: o tabu da virgindade para as mulheres e o da virilidade para os homens e a dupla estrutura familiar, herança de uma sociedade escravista (uma legal, representada pelo núcleo conjugal e seus filhos, e outra assentada sobre a violação dos direitos dos menos afortunados).

Nesse contexto “José” faz questão de demonstrar sua virilidade e a dupla estrutura familiar, uma representada pela esposa e outra configurada nas relações extraconjugais ocorridas no Farol de Joana Preta. Compreendendo que a virilidade faz parte da construção da masculinidade e, portanto, da construção do que é ser homem. (BADINTER, 1993)

Essa forma negativizada a qual “José” usa para falar de Joana Preta lembra aquilo que Priore (2006, p. 60) já discutia sobre o fato de que “a linguagem mais chula era reservada a negras escravas e forras ou mulatas; às brancas se reservavam galanteios e palavras amorosas,” pois a expressão utilizada por “José” se faz chula para demonstrar a despreocupação das mulheres em relação a Joana Preta, embora essa fala não seja das mulheres, e sim de “José,” um homem que fala de um lugar no qual representa a partir de sua masculinidade e superioridade estabelecida pela cultura patriarcal, elitista ou não, tentando justificar a dominação masculina sobre as esposas que eram relegadas ao silêncio do seu espaço privado, o lar.

Conforme Souza (2004, p. 213), “além da discriminação de gênero, existe a discriminação de raça. Nesse sentido, a mulher negra é duplamente vítima de discriminação.” Foi o que aconteceu com Joana Preta e é possível falar, inclusive, em tripla discriminação, pois, no caso dela, o fato de ser negra, mulher tida como prostituta e pobre explica, embora não justifique, os estereótipos e preconceitos sofridos por Joana Preta.

Ainda sobre o que disse “José,” ao falar de suas relações sexuais com Joana Preta, ele me pede perdão na entrevista, considerando o fato de que poderia ser pecado preferir uma mulher negra a uma mulher branca. Faz-se importante lembrar que à mulher negra é atribuída a “cor de pecado,” inclusive foi produzida uma música que fala desse estereótipo sensual atribuído à negra. A música foi feita pelo compositor Bororó, lançada em 2004 e cantada por Luciana Melo filha de Jair Rodrigues, e foi tema de uma novela global, protagonizada por Thaís Araújo, a primeira novela da Globo que trazia uma protagonista negra mas que centralizava a sexualidade da mulher negra, inclusive na abertura da novela.

A letra da música enfatiza: “Esse corpo moreno/Cheiroso e gostoso/Que você tem/É um corpo delgado/Da cor do pecado/Que faz tão bem.” Trata-se da representação do corpo da negra enquanto cor de pecado, ou seja, na música, temos a introjeção da negra sensual e numa outra parte da música diz que “revela a maldade da raça” (FARIA e FERNANDES, 2007, p. 7). Essa maldade estaria atrelada à “capacidade de seduzir e de perverter a ordem” (FARIA, FERNANDES, 2007, p. 7). Essa concepção está presente no imaginário racista brasileiro e não é uma novidade, pois já em *Casa Grande e Senzala* podemos perceber a apresentação da negra como passiva, sexuada e pervertida. Apesar dos saltos cronológicos entre a produção da música, o discurso de “José” e as narrativas de Freyre, a perspectiva é a mesma, a representação da negra de forma sensual e disposta para o sexo com configuração pervertida.

Freyre (2003, p. 456) afirma que “o que a negra da senzala fez foi facilitar a depravação com a sua docilidade de escrava, abrindo as pernas ao primeiro desejo do sinhô-moço. Desejo, não: ordem.” Essa afirmação ressoa por gerações e em contextos históricos diferentes, mas construindo e confirmando estereótipos, representando a negra enquanto submissa, “fogosa,” como disse “José” ao falar de suas relações sexuais com Joana Preta e ainda apresentando a negra como disposta para o homem branco. Quando foi ela obrigada por sua condição de escrava na colônia a ter sua sexualidade violada, a se submeter a relações sexuais que não desejava, porém sob o julgo do chicote, não lhe restava saída.

Na linguagem do senhor “José,” a comparação entre a mulher negra e a branca, estabelecendo ser Joana Preta supostamente melhor, está relacionada à questão sexual, portanto, “a mulata superexcitada.” Como afirma Freyre (apud GIACOMINI, 2006, p. 90):

O bom senso popular e a sabedoria folclórica continuam a acreditar na mulata diabólica, superexcitada por natureza [...]. Por essa superexcitação, verdadeira ou não, do sexo, a mulata é procurada pelos que desejam colher do amor físico os extremos do gozo, e não apenas o comum.

Trata-se de uma identidade que faz menção à cor de sua pele e que acabou se construindo como um estereótipo para lhe codificar, enquanto mulher negra e, como tal, mulher marginal, embora, segundo Rago (1997, p. 62), “o discurso da sexualidade [assuma importância] na leitura que os brasileiros fazem de suas origens.” A autora se refere a inúmeras obras da Literatura e da Sociologia brasileira que deram grande ênfase à sexualidade na formação do povo brasileiro. De acordo com Rago (1997, p. 62), Paulo Prado diz ser o povo brasileiro sensual, como consequência da nudez de índias e da sensualidade das negras, demonstrando, pois, que, desde o início da configuração da identidade nacional, já havia “a construção de um campo discursivo que, de ordem biológica, reforça a estigmatização do outro [que acabou por] ser percebido como desvio, monstruosidade, diferença” (RAGO, 1997, p. 66), não sendo, pois, especificidade da mulher negra ser apresentada de forma a representar objeto sexual, porém outros estigmas lhe são associados com maior eficácia.

Mas, mesmo que “ser mulata não tenha nada a ver com prostituição” (GIACOMINI, 2006, p. 97), o que se observa é que há uma reatualização da forma como as negras eram vistas e quão eram sempre associadas aos desejos sexuais mais libidinosos, mulheres tidas como alvo de desejo. Segundo a própria Joana Preta, um de seus relacionamentos acabou porque o rapaz queria casar-se com outra mulher e ela não aceitou continuar os encontros amorosos. Joana se refere ao seu relacionamento com João Borges quando ele veio lhe contar que “noivou com Divone e disse: Joana Preta, eu vou noivar. Eu disse graças a Deus, você é muito feliz se você casar com Divone você é muito feliz”²²

Possivelmente, para João Borges, não havia constrangimento em deixar a mulher negra para casar-se com uma mulher branca, “a misoginia racista da sociedade colonial [que persiste no imaginário popular até hoje] as classificava como mulheres fáceis, alvos naturais de investidas sexuais, com quem se podia ir direto ao assunto sem causar melindres” (PRIORE, 2006, p. 60). Ou seja, para as mulheres negras era reservado o espaço para a sexualidade, não para o casamento, o que ocorria de forma naturalizada, como se percebeu no discurso de Joana Preta sobre João Borges. Assim, ao mesmo tempo em que as mulheres negras são “degradadas” são também “desejadas” (PRIORE, 2006, p. 60). São expurgadas no momento de consolidar convenções sociais, mas são desejadas, inclusive para manter convenções sociais intactas.

Outra entrevistada traz outra versão para as relações que ocorriam no Farol: “Mariazinha,” que se considera amiga de Joana Preta, diz que ia todo mundo no Farol, “moça,

²² Joana Francelino de Lima. Entrevista à autora em 01/08/2009.

rapaz”²³ e só reconhece o estabelecimento enquanto Farol, dizendo que “tinham raiva dela e dizia que era o “Cabaré” de Joana.”²⁴ Ou seja, havia uma insatisfação e também um reconhecimento das práticas concernentes ao estabelecimento. Talvez as mulheres não a subestimassem tanto, mas possivelmente não a reconheciam como um perigo para a existência dos casamentos monogâmicos e nucleares cristãos, talvez como um motivo das infidelidades, mas acreditavam que seus namorados e/ou maridos sempre voltariam para o lar, para a esposa, pois, de acordo como senhor Geraldo Borges, havia relações sexuais tanto com homens solteiros como com homens casados.²⁵

Segundo Rago (1991, p. 230), muitos desses homens estavam à procura das “fantasias [que] só poderiam ser compartilhadas por mulheres de posição social inferior, que não evocam as imagens familiares da esposa, irmã ou mãe, e que eram (...) próximas (...) das perversões.” Possivelmente, essas são possibilidades presentes no imaginário dos homens que frequentaram o Farol, já que o senhor “José” falou sobre Joana Preta ser “fogosa,” ou seja, disposta para as relações sexuais.

Joana Preta me permitiu tecer uma colcha de retalhos sobre suas memórias relacionadas ao Farol, sempre de forma seletiva, incompleta, às vezes contraditória. Contou com sagacidade desde as astúcias para burlar poderes instituídos, aos momentos em que revelava, com sorrisos, o prazer do que viveu ou, com semblante fechado, os dissabores do que não viveu ou dos estigmas que ganhou. Joana Preta se inscreve com culpa em alguns momentos, outras vezes parece ter vergonha do que conta, apenas não querendo ser ela a publicizar diretamente suas histórias.

Lembrando Foucault (2010, p. 85), “por definição a culpa como ação ruim é indefinidamente repetível; é uma forma de ação possível e a repetitividade da culpa está inscrita ela mesma no funcionamento da lei.” Assim, a culpa transita nos mais diversos espaços e é institucionalizada, além de estar presente no cristianismo, a partir da fundamentação bíblica, quando temos o “pecado carnal” entre Adão e Eva.

Assim, Joana Preta não demarca o momento de início da vida de prostituta, mas marca o fim: “eu saí da vida do mundo e mim confessei com Frei Damião.”²⁶ Nesse sentido, ela se coloca como confessa, logo se inscreve como marginalizada. Demarcando mais uma configuração como infame, “todas essas vidas [infames] destinadas a passar por baixo de

²³ “Mariazinha”. Entrevista à autora em 10/02/2015.

²⁴ Idem.

²⁵ Geraldo Borges. Entrevista à autora em 14/08/2009.

²⁶ Joana Francelino de Lima. Entrevista à autora em 01/08/2009.

qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder” (FOUCAULT, 2003, p. 208), compondo histórias.

Joana Preta era sim protagonista do Farol e, segundo “José,” ela não cobrava pelas relações sexuais que tinha ou que outras mulheres tinham no estabelecimento, pois era uma forma de atrair consumidores para a venda de suas bebidas e quitutes e, assim, lucrar com seu comércio. Questionado sobre haver ou não o pagamento, ele responde que “o pagamento que a gente tinha lá era que ela agradava muito a gente, aquela fofoca que todos nós tinha lá, nós homem, ela era quem organizava, que era prá gente gastar dinheiro pra ela poder sobreviver, viver e vender os trocinhos dela, senão não tinha outro meio para ela.”²⁷

O entrevistado ainda fala de uma tocadora que ia para o Farol para animar o espaço, mas que também se envolvia sexualmente com os homens. Ao ser questionado sobre essa tocadora, se ela apenas tocava músicas, ele diz: “dançava, tocava e oferecia muita coisa.” Fala isso em tom de animação, insinuando ser essa “muita coisa” as relações sexuais. Por questões de preservação do entrevistado e da pesquisa, não identificarei nominalmente a tocadora, a quem vou apenas chamar aqui de “tocadora X.” Trata-se de uma mulher que tocava instrumentos musicais, tinha um forró em sua casa e também tocava em outros estabelecimentos, como no Farol.

A entrevistada “Mariazinha” diz ter frequentado o Farol e, com alegria e muitas risadas, ao ser questionada sobre o seu conhecimento do estabelecimento, ela diz que acontecia “muita coisa boa, muita farra, dança, bebida, comida, tudo tinha lá dentro, (...) era uma farra muito gostosa da casa do Farol de Joana.”²⁸ Ainda segundo “Mariazinha:” “frequentei muito, minha fia, lá toda mulher frequentava e toda moça, numa tinha essa história não.”²⁹ Ainda de acordo com a entrevistada: ia lá para “namorar, minha fia.”³⁰

“Mariazinha” ainda fala sobre um namorado, com quem se encontrava lá: “as galinhada que nós demo, os abraços, os arrochos, era bom demais.”³¹ E acrescenta: “lá era o ponto que ia todo mundo (...), se era uma nega que era direita aquela era uma, ela respeitava toda senhora, toda moça e todo senhor.”³² O discurso da entrevistada isenta Joana Preta do estigma de “mulher da vida,” apresentando apenas como uma “mulher direita,” embora socialmente ela não fosse assim tratada por todos.

²⁷ “José”. Entrevista à autora em 10/02/2015.

²⁸ “Mariazinha”. Entrevista à autora em 10/02/2015.

²⁹ Idem.

³⁰ “Mariazinha”. Entrevista à autora em 10/02/2015.

³¹ Idem.

³² “Mariazinha”. Entrevista à autora em 10/02/2015.

Evidente que se resguarda aqui uma posição social de *status*, a participação nesse espaço não acontecia aos olhos públicos de Olivedos, pois a mesma entrevistada vai dizer que seus pais nunca souberam que ela frequentava o “Cabaré” de Joana Preta: “pai e mãe nunca soube, mãe tinha um ciúme da gente de se cumer, nem sonhar. Aí, vinha um portador: fulano tá te esperando lá para conversar.”³³ Assim, segundo “Mariazinha,” Joana Preta vinha trazer o recado de que determinado paquera estava no Farol a lhe esperar para conversar e ela dava um jeito de ir escondido dos pais frequentar o espaço. Aqui, o Farol é narrado como desejado, refutado pelos pais, proibido para as moças. No entanto, essas moças burlavam regras, conseguindo usufruir do Farol para encontros amorosos com seus namorados, tornando-se um lugar da transgressão, da fuga, do convívio livre entre mulheres e homens.

A entrevistada narra Joana Preta enquanto “mulher direita,” artimanha, provavelmente, de alguém que tenciona se preservar, porém fala que seus pais nem poderiam sonhar de sua vivência no espaço chamado de “Cabaré de Joana Preta.” Como afirma Rago (1991, p. 41), a prostituição e/ou a prostituta eram vistas como fantasmas “A construção da prostituição como um fantasma atingia alguns alvos estratégicos precisos: instituíam as fronteiras simbólicas que não deveriam ser ultrapassadas pelas moças respeitáveis.” Nessa perspectiva, moças que frequentassem aquele espaço poderiam se tornar infames, sendo necessário se resguardar de tal estereótipo.

Essas mulheres, amigas de Joana Preta, temiam ser estigmatizadas tanto quanto Joana Preta o era, pois era com o preconceito que a sociedade reagia com “as mulheres [que] passem a pensarem-se com autonomia (...), recusando-se a girar, como auxiliares ou sombras, em torno dos homens” (RAGO, 2001, p. 4). Mas se permitindo a liberdade, o direito ao corpo e também a sua sexualidade, como fizeram as feministas que figuraram na História das mulheres, sobretudo a partir da década de 1970, caminhou Joana Preta, em busca de liberdade em relação ao seu corpo e sua sexualidade.

No entanto, conforme Rago (2001, p. 8), existe “o medo provocado pela ideia da liberdade feminina,” Joana Preta representava essa liberdade e o fato dos pais não permitirem a participação de suas filhas no Farol demonstra que esse medo fazia parte do imaginário de algumas famílias em Olivedos. O medo que suas filhas compreendessem essa liberdade e dela também quisessem usufruir. De acordo com Rago (2001, p. 8), as mulheres, ao protagonizarem suas histórias a partir da construção de um lugar de autonomia e liberdade:

³³ Idem.

ao lado da crescente entrada das mulheres no mundo público questionou categorias de significação e explicação sociais amplamente aceitas, mostrando sua dimensão falocêntrica e provocou uma profunda desestabilização das referências sexuais e culturais, ao longo do século 20, em várias partes do mundo.

Ou seja, em Olivedos durante o século XX, houve também certa desestabilização das referências sexuais e Joana Preta pode ser considerada enquanto um acontecimento nesse movimento histórico que provocou essa desestabilização, enquanto mulher infame que protagoniza suas histórias a partir de sua autonomia e liberdade com o corpo. As reações dos pais, que proibiam as filhas de frequentarem o Farol, é um exemplo de que ela provocou avanços no feminino em Olivedos.

Joana Preta rompeu, assim, com as fronteiras entre o público relegado ao masculino e o privado relegado ao feminino, enveredando por caminhos que muitas mulheres, inclusive feministas, seguiram entre as décadas de 1970 e 1980, no Brasil, quando, de acordo com Oliveira (1990, p. 108), “as mulheres constroem outros espaços.” É nesses espaços que, segundo Rago (2001, p. 17), situações e acontecimentos que ocorriam na esfera privada vão ser levados ao âmbito público, como a sexualidade das mulheres em Olivedos, o lugar do feminino, que só foi marginalizado, silenciado, porque a partir de Joana Preta se tornou público, provocando o medo do feminino. Mulheres como Joana Preta:

Foram expulsas da história, não porque estivessem dela ausentes, mas porque o discurso histórico as tornou invisíveis, modelou-as inexoravelmente como seres inferiores, imobilizadas em papéis subordinados, dominadas, mesmo onde os indícios clamam à diferença. (SWAIN, 1996, p.153)

Joana Preta pode ter sido imobilizada por discursos tradicionais e dominantes, mesmo não estando ausente de sua posição enquanto sujeito histórico ativo, mas os seus indícios, aqueles que clamam a diferença de que fala Swain (1996, p. 130) e mesmo os silêncios sobre suas histórias me fizeram “interrogar os sentidos (...) que emergem [e que emergiram no presente] dos discursos emitidos no passado e sobre o passado (...), nas veredas do tempo,” (SWAIN, 1996, p. 130) para compreender as multiplicidades que construíram Joana Preta enquanto representação da história das mulheres³⁴ em Olivedos.

³⁴ Esta história que vem tratar de mulheres ou mesmo das “mulheres infames” só foi possível graças às transformações na historiografia brasileira, que, a partir do século XX, apresenta mudanças significativas, com a presença de novos sujeitos, adensando-se a isto novos conceitos, outras abordagens. Desta forma, foram ampliadas as possibilidades de como ver e dizer a mulher: em detrimento do essencialismo, elas passaram a ser vistas em suas múltiplas subjetividades. Durante muito tempo as mulheres não foram consideradas sujeitos da história e, portanto, ficaram por vezes excluídas das narrativas dos historiadores. Nesse sentido, é preciso salientar que o interesse pela história das mulheres no Brasil só terá seus primeiros sopros, segundo Del Priore (1998, p. 226), no final dos anos 1970.

Diante da protagonização de Joana Preta no Farol, bem como de sua vivência social como Joana Preta, identidades lhe foram atribuídas, algumas estereotipadas e/ou performáticas, por vezes identificadas por ela, outras vezes negadas. Essas identidades conheceremos melhor no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

DE UMA EXISTÊNCIA MULTIFACETADA, ENTRE A DIFERENÇA E A EXCLUSÃO: AS MÚLTIPLAS IDENTIDADES DE JOANA PRETA

O conceito de identidade aqui desenvolvido, não é, portanto, um conceito essencialista, mas um conceito estratégico e posicional. (...) Esta concepção de identidade não assinala aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história. Esta concepção não tem como referência aquele segmento do eu que permanece, sempre e já, “o mesmo”, idêntico a si mesmo ao longo do tempo. (HALL, 2000, p. 108)

Pensando a vivência imbuída de identidades numa existência múltipla de pontos estratégicos e posicionais, como aponta Hall (2006), elenco, neste capítulo, as inúmeras imagens inventadas ou inventariadas para/por Joana Preta, suas táticas para encontros com parceiros sexuais e seu encontro com a Igreja Católica de Olivedos, diante de sua configuração como “mulher da vida”, não querendo, pois, tolher Joana Preta a uma suposta essência, prefiro, então, chamar sua multiplicidade de viver de identidades, compreendendo que “elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica” (HALL, 2000, p. 109). Assim, compreendo que as identidades de Joana Preta são costuradas a partir de marcadores de diferença e muitas vezes da exclusão, da marginalização.

Dessa forma, vou operar com o conceito de identidade trazido por Hall, considerando que as imagens atribuídas a Joana Preta estão o tempo todo em transformação, em mudança, não sendo nunca unificadas, algumas querendo lhe produzir sensação de pertencimento, porém logo sendo fissuradas, rompidas por circunstâncias históricas que as fragmentam demonstrando serem suas identificações fluídas, sem lugares fixos ou permanentes.

Joana Preta, em suas diversas identidades, representa apenas o viver, algumas vezes de forma fluída, outras estigmatizadas, se apropriando do que inventam para ela, outras vezes inventariando outras imagens. Invenções que se configuram enquanto identificação que não são singulares por serem operadas “ao longo de discursos, práticas e posições” (HALL, 2000, p. 108), um dia é a Joana mãe, no outro alcoólatra, no outro “mulher da vida.”

2.1 A prostituta, a mulher da vida

Uma das identidades atribuídas a Joana Preta foi a de prostituta, mulher da vida. Essa imagem lhe advém logo depois do momento de posse do Farol, e está atrelada às suas práticas cotidianas de vida dentro daquele espaço. Ao sair da casa de sua mãe e decidir morar sozinha, “saí de casa para ajudar minha mãe,”³⁵ enquanto mulher e ainda solteira, foi logo estigmatizada como prostituta. Vale salientar que Joana Preta não necessitaria sair de sua casa para poder ajudar financeiramente sua mãe. Mas, sair da casa de sua mãe significava emancipar-se, se desamarrar das teias que poderiam o “lar” lhe envolver.

Os valores imbricados em Olivedos fazem parte também do que, segundo Foucault (1988), nasceu no século XVIII: à incitação política e até econômica em falar do sexo, não exatamente para reprimir, mas para instaurar formas hegemônicas de sexualidades, seja na conduta ou nos prazeres, com intuito de normatizar determinados atos e/ou expressões em detrimento de outros. Não querendo anacronicamente comparar com igualdade uma sociedade descrita por Foucault no século XVIII com Olivedos no século XX, mas percebendo vestígios da incitação em falar do sexo que o filósofo considera ter se iniciado no século XVIII, mas que, acredito, perdura até os dias atuais.

Joana Preta então transgride as regras da dita moral, não só por morar sozinha, mas agora pelo fato de ser mãe solteira. Moral, essa, imposta pela cultura judaico-cristã que perdurou até a modernidade, mas vem sendo rompida durante a contemporaneidade. Joana Preta é tida então como uma imoral, aquela que rompe com a moral ora estabelecida.

Posso dizer que, atualmente, esse discurso, esses supostos valores estão sendo rompidos, só agora no início do século XXI, em Olivedos, inclusive na prática das mulheres ditas emancipadas. Para isso, vamos pensar nas transformações de comportamento ocorridas na Paraíba, quando os principais cabarés vão desaparecer, por volta de 1950, a exemplo do Cassino Eldorado, que foi um cassino/cabaré em Campina Grande na Paraíba que funcionou entre os anos de 1930 e 1950.³⁶ É nesse momento que, segundo Nascimento (2008, p. 89), em Campina Grande, vem “a necessidade de se transferir àquelas mulheres para um local mais afastado, onde suas ‘vestes porcas e imundas’ não incomodassem a visão e o olfato de homens e mulheres que queriam respirar e sentir ‘ares modernos.’”

³⁵ Joana Francelino de Lima. Entrevista à autora em 01/08/2009.

³⁶ NÓBREGA JÚNIOR, Cloves Fernandes. **Cassino Eldorado**. Campina Grande: UEPB, 2000.

Guardadas as devidas proporções de uma cidade pequena no Curimatau Ocidental da Paraíba, como Olivedos, o fato é que essa concepção de limpeza chegou ao lugar e a transferência dessas mulheres acabou acontecendo também com um discurso próximo ao dos higienistas. Em Olivedos, o suposto fim do “Cabaré” de Joana Preta vai ocorrer por volta da década de 1970. Assim, a existência de dois modelos de mulher eram visíveis naquela cidade e com locais demarcados. “Ao estabelecer nítidas diferenciações entre as duas figuras femininas, polarizando-as, a sociedade burguesa [mesmo não tendo em Olivedos uma configuração de burguesia, mas tinha uma elite que representava valores semelhantes ao que foi defendido pela burguesia no Brasil] encontrou meios para defender-se da ameaça representada pela prostituta, mulher imaginariamente livre, descontrolada e irracional” (RAGO, 1991, p.40). Ou seja, uma mulher dona de si, sem essência, sem territorialização fixa, “a prostituta explora seus órgãos, num nomadismo orgânico que descarta qualquer possibilidade de capturá-la na prisão de uma identidade” (RAGO, 1991, p.41). Talvez em alguns momentos por convenção social elas se deixem capturar, pois estão o tempo todo dialogando com essas convenções, mesmo quando rompem com elas.

O discurso presente em silêncios, em risadas, em ironias e gestos dos entrevistados é aquele que demonstra Joana Preta enquanto prostituta ou ex-prostituta, como se tivesse havido um divórcio entre a Joana Preta antes e depois do Farol, ou de algum outro marco religioso que lhe conferisse transformação. Quase todos os entrevistados dizem que Joana Preta recebia homens no Farol, que lá era badalado ou que ela namorava com homens casados e solteiros, sem de fato citarem a palavra prostituta, uma ou outra vez citam “mulher da vida.” O não-dito traz indícios e signos atrelados à prática da prostituição sem que ela seja reconhecida a partir do significativo. Fazem questão de falar em Joana Preta como confessa, discurso que Joana Preta também “autoriza” a partir do momento que se inscreve como tal, imagem que discutirei no quarto capítulo.

Vale salientar que existe um grande “poder simbólico”³⁷ exercido pela Igreja Católica, única instituição religiosa naquele momento em Olivedos e que, perceptivelmente, tem seu discurso anunciado de um suposto lugar de autoridade e, portanto, acaba por ser legitimado não só por Joana Preta, mas por muitas pessoas do local. Como ela narra: “Pa/(para) saí da vida do mundo, me confessei com Frei Damião, acabou festa. Durante esse tempo que eu era da vida do mundo, eu nunca entrei na igreja, **porque a igreja é a casa de respeito!**”³⁸ O que Joana Preta chama aqui como “vida do mundo” é uma concepção

³⁷ Ver Bourdieu, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989, p. 107-127.

³⁸ Joana Francelino de Lima. Entrevista à autora em 01/08/2009.

propagada pela Igreja e por alguns textos bíblicos, que usam a expressão como metáfora para dizer que uma pessoa assim está desgarrada do “rebanho das boas ovelhas.”³⁹ Joana Preta retoma este discurso, autorizando-o como verdadeiro. Isso nos lembra Rago (1985, p.79), quando afirma que “Aquele que não preenchesse os requisitos estipulados pela natureza, inscrevia-se no campo sombrio da anormalidade, do pecado e do crime.”

Era assim que a referida protagonista do Farol demonstrava por vezes se sentir, em pecado, justamente porque não se sentia dentro de uma normalidade, até porque seu estigma de “mulher da vida” para alguns não a deixava fugir da percepção de que ela estava contra toda uma ordenação que era tida como natural, logo, normal para uma mulher. O discurso subjetivado pela própria Joana Preta é próximo ao do cristianismo, unidos aos médicos, sanitaristas e da antropologia criminal, que tentaram regulamentar a prostituição, e/ou considerar a prostituta como “degenerada nata.”⁴⁰ Para Rago (1991, p. 158), “Lombroso constrói a natureza da ‘mulher’ em função da sexualidade, que por sua vez é submetida ao sentimento materno.” É em função dessa mesma sexualidade que Joana Preta se considera em pecado, como anormal.

Apesar de, por vezes, Joana Preta fazer menção ao momento de confissão religiosa, como o nascimento de um novo ser que se apegava à doutrina católica, antes que este fato ocorresse, Joana Preta negou por muito tempo o modelo de mulher que lhe era imposto pela sociedade da qual fazia parte. Lembrando Foucault (1988, p. 10):

No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas, utilitário e fecundo (...) Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos, (...) e se mostrar demasiadamente, vira anormal: receberá este status e deverá pagar as sanções.

Ou seja, Joana Preta não se consagrou a essa sexualidade reconhecida, da qual fala Foucault, inclusive delimitada num espaço social com caráter familiar. Ela rompeu com esse lugar e com essa sexualidade, sendo pública e sofrendo as consequências, as sanções por não se encobrir, como as privações em entrar na Igreja. A sua sexualidade estendeu-se a seu estabelecimento comercial ou qualquer lugar que lhe fosse propício para o prazer e não para a procriação, sendo, por isto, proibida de entrar na igreja e excluída do centro da cidade no momento da urbanização do município de Olivedos. Era considerada, dessa forma, o avesso

³⁹ Expressão bíblica que identifica os bons fiéis. Cf. Lucas 15, 1-32.

⁴⁰ RAGO, Maragreth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 157.

da mulher “normal” e, como tal, marginalizada, lembrada como “mulher da vida” ou a dona do “Cabaré,” mas também como confessa, imagem atribuída até os dias atuais.

Foi mais uma imagem atribuída a Joana Preta, pois há uma necessidade de parte dos entrevistados de relatar que Joana Preta, depois da vida tida como “devassa,” se confessou, ou que pediu perdão, que se arrependeu de práticas de sua vida passada. Iracema Borges,⁴¹ amiga da dona do Farol, narra o relacionamento de Joana Preta com José Borges, seu pai: “Aí, quando tava perto de pai morrer, ela chegou lá, pegou na mão de pai e disse: eu vim lhe pedir perdão das bestera que aconteceu. Aí ele disse: “de que? De uma pisa que eu te dei?”⁴² Pelo tom da conversa e da forma como Iracema narra, com risadas, compreendi que a expressão “De uma pisa que eu te dei” foi uma forma de José ironizar o pedido de perdão de Joana Preta, dizendo, dessa forma, que ela não tinha motivos para pedir perdão.

Joana Preta, no discurso de Iracema, se culpa pelas relações amorosas que teve com seu José. Culpas como a descrita por Iracema em relação a Joana Preta fazem parte do imaginário popular subjetivado a partir do cristianismo e institucionalizada socialmente por médicos e sanitaristas que fizeram a sociedade acreditar em relação à prostituição, através de um discurso que coloca a prostituta como responsável por supostos vícios e o adultério:

Definiu-se a prostituta como “mulher anormal”, “delinquente nata”, proveniente das classes populares e deslumbrada com as atrações do mundo moderno. Sua debilidade psíquica, associada a uma constituição orgânica deficitária, explicaria em primeiro plano a existência da prática da comercialização sexual do corpo. Assim, as teorias científicas sobre a condição feminina, marcadamente biologizantes, culpabilizaram a mulher pela existência da prostituição. (RAGO, 1991, p. 141)

É assim que Joana Preta parece se sentir, com culpa, pela prostituição e pelas relações extraconjugais. Ela subjetivou um discurso que já havia sido construído, no intuito de fabricarem nas prostitutas uma culpa, mas também uma vitimização que é construída a partir de seu lugar de origem e entrada na prostituição, oriunda de uma condição financeira baixa, negra, mãe solteira e, portanto, considerada como “mulher anormal.”

Iracema, hoje já falecida, tinha por sobrenome Borges, família extensa e influente no município. Era uma senhora que dispunha de boa condição financeira. Ela fala também sobre a confissão religiosa de Joana Preta: “Ela se converteu com Frei Pascoal, eu era solteira e eu tava com 18 anos, eu carregava Frei Pascoal. Eu e ela carregava de cadeirinha para a igreja.”⁴³ Aqui, Iracema faz menção ao momento em que ela diz ter ocorrido a confissão de Joana Preta,

⁴¹ Iracema Borges. Entrevista à autora em 14/08/2009.

⁴² Idem.

⁴³ Iracema Borges. Entrevista à autora em 14/08/2009.

o que é pouco provável, já que era, na verdade, o momento de auge do Farol, pois quando Iracema estava com 18 anos, Joana Preta estava começando a vida no Farol. Joana Preta havia falado que sua vida mudou depois do encontro com Frei Damião e Iracema diz que, na verdade, o encontro religioso aconteceu com Frei Pascoal. Sua confissão só aconteceu mais tarde, depois do nascimento de sua segunda filha, Selma, “foi quando eu saí eu me entreguei comecei a frequentar a igreja, Selma tava com 5 anos,”⁴⁴ embora a própria Selma apresente acontecimentos referentes a Joana Preta e à efervescência do Farol quando tinha seis ou sete anos de idade [Selma tinha sete anos de idade quando houve a desativação do Farol], demonstrando que tal confissão aconteceu um pouco mais tarde. Não importa o momento exato do encontro de Joana Preta com os religiosos, porém marcou sua vida, fazendo com que ela se inscrevesse de forma diferente.

No entanto, a própria Joana Preta fez questão de ressaltar que, no momento em que o Frei Damião havia passado pelo município, ela teria mudado de vida: “acabou tudo (...) quando eu saí da vida do mundo e mim confessei com Frei Damião.”⁴⁵ Joana Preta diz ter se confessado com Frei Damião e não Frei Pascoal. No momento de sua confissão Frei Pascoal não realizava mais as missões no município.⁴⁶ Nesse caso, é latente que Joana Preta atualiza mais uma escrita de si, agora como confessa. “A verdade, não mais unitária, mas sem prejuízo de solidez, passa a ser pensada em sentido plural, como são plurais as vidas individuais, como é plural e diferenciada a memória que registra os acontecimentos da vida” (GOMES, 2004, p. 14). Assim, temos Joana Preta com essa pluralidade identitária a partir de vivências também plurais.

A imagem de Joana Preta depois da confissão nos leva a outra questão trazida pelos antirregulamentaristas ou abolicionistas, de que a prostituição tinha suas causas que poderiam ser identificadas, como: “a falta de orientação de âmbito religioso e não só aquela atrelada às condições financeiras” (NASCIMENTO, 2008, p. 46), considerando que Joana Preta estabelece identificações diferentes para sua vida antes e depois da confissão.

No entanto antes de confessa Joana Preta era tida como “mulher da vida,” o senhor “José” traz uma narrativa minuciosa das relações sexuais que aconteciam no Farol e a configuração de Joana Preta em suas relações sexuais, as quais a levaram a ser considerada prostituta e/ou “mulher da vida” quando, segundo o entrevistado, tanto frequentou o

⁴⁴ Joana Francelino de Lima. Entrevista à autora em 01/08/2009.

⁴⁵ Joana Francelino de Lima. Entrevista à autora em 01/08/2009.

⁴⁶ Não consegui informações exatas sobre o momento das missões de Frei Damião e Frei Pascoal, em Olivedos, porém alguns relatam que Frei Damião teria visitado Olivedos na década de 1960 e Frei Pascoal teria vindo anos ou décadas antes de Frei Damião.

estabelecimento como teve relações sexuais com a protagonista do Farol. Com a sagacidade e a masculinidade exacerbada, “José” narra os acontecimentos, ao ser questionado sobre o motivo de frequentar Farol: “pra beber, prá comer e fazer severgonhesa, pra tudo.”⁴⁷

Ao ser questionado então com quais mulheres as relações aconteciam, ele diz: “começava dela, tinha Joana, Alzira.”⁴⁸ Alzira seria uma irmã de Joana Preta que, possivelmente, morou por um tempo com Joana Preta. Aqui, “José” autoriza o discurso da igreja, de médicos e sanitaristas que, no Brasil, consideravam a prostituta e a prostituição como atos de imoralidade, identificados pela expressão “severgonhesa.” Mas ele traz uma fala por muitos silenciada e/ou não vivenciada, que é a das relações sexuais com a própria Joana Preta dentro do Farol, bem como da presença de outras mulheres. Porém, não se pode esquecer que havia “a moral extremamente rígida da época, que fazia do sexo pecado e doença ao mesmo tempo, inibia a ação a própria fala de muitos homens” (RAGO, 1991, p. 39). Acrescentaria que inibia principalmente a fala das mulheres.

Não quero aqui estabelecer uma unilateralidade em relação aos discursos dos entrevistados, pois não posso esquecer que, diante da prostituição em Olivedos, já se identificava uma fluidez de espaços na vivência das prostitutas:

O desejo de fuga da meretriz irritava os médicos do passado, obsessivamente empenhados em definir seu caráter, esquadrihar seu corpo, confiná-la em categorias fixas. Seu nomadismo impedia a classificação que os doutores desejavam: “clandestinas”, “ocasionais”, “incidentais”, tantas nomenclaturas categoriais não davam conta da fluidez de seu modo de vida. (RAGO, 1991, p. 199)

Assim, o nomadismo não só de Joana Preta, mas de suas companheiras dentro do Farol foi percebido também em outros bordéis e casas de prostituição no Brasil, quer em relação a suas práticas da sexualidade, quer em relação a suas vivências dentro do Farol, uma vez que diversos entrevistados não tiveram ou não relataram ter conhecido outras mulheres naquele espaço, ou mesmo uns conheceram mulheres que não foram conhecidas por outros, por serem tão nômades. É o caso de Alzira, citada apenas por “José;” da tocadora “X,” citada por alguns, das filhas de Mocinha que vai ser citada por Selma no próximo capítulo, mas que, já na fala de “José,” não são citadas, pois ao ser questionado sobre a presença das filhas de Mocinha, ele diz: “não é do meu tempo, não tenho conhecimento.”⁴⁹ Exatamente porque elas não se fixavam no Farol, embora tivessem participado dele.

⁴⁷ “José”. Entrevista à autora em 10/02/2015.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ “José”. Entrevista à autora em 10/02/2015.

A identidade de Joana Preta enquanto “mulher da vida” parece ter se sobreposto sobre as demais, já que, mesmo o Farol tendo sido extinto há mais de 30 anos, boa parte da população do local, ao se referir à rua na qual localizava-se o estabelecimento, não usava o nome dado posteriormente (Largo Teodósio de Oliveira Ledo), mas sempre se referem à rua como “a rua do Cabaré de Joana Preta.” Isso leva a compreender o quão intensa é a memória associada a Joana Preta e ao Farol, que conseguiu ser narrada várias vezes e se faz presente no imaginário das pessoas, representadas aqui pelos entrevistados. Entendo que Joana Preta e o Farol representam lugar e sujeito de incitação do desejo, que marcaram um lugar de memória que nem mesmo sua destruição material ou a confissão de Joana Preta os fizeram ser esquecidos.

O povoado, que até mesmo nos dias atuais dispõe de convenções muito rígidas, acabou por classificar Joana Preta como “mulher da vida,” impura, o que justificou privações sociais e mesmo religiosas, já que Joana Preta transgrediu algo que a sociedade daquele momento não aceitava: a sexualidade exercida de forma livre e fora dos laços do matrimônio.

Rago (1985, p. 61) chama de a “colonização da mulher,” quando ocorre o abandono do lar, entendendo lar como o espaço formado pelo modelo monogâmico de família: sexo para procriar apenas, dentro de um casamento que contemple exigências morais, quais sejam a virgindade e o papel de homem e da mulher muito bem definidos, ao passo que estar aquém ou além desse estereótipo seria não ter um lar ou não conviver em um lar.

Assim, Joana Preta se colonizou ao romper com os modelos de lar e de mulher que lhe eram culturalmente impostos, pois ela não rompeu só com os ideais de sexualidade, ela se estabeleceu como protagonista de suas histórias, mesmo em detrimento dos conflitos, confrontos, perseguições e/ou provações.

No discurso de alguns entrevistados, Joana ficou estigmatizada como Joana Preta, “ex-mulher da vida,” e todas as pessoas entrevistadas, sem exceção, a conhecem por este nome, que é representativo. Joana Preta, imagem dada pelo social, Joana Francelino de Lima é o nome oficial encontrado em seu documento de identidade, que não é anunciado por nenhum entrevistado. Outra imagem atribuída a Joana Preta é a de mãe e comerciante.

2.2 A Joana mãe e comerciante

A identidade de mãe, porém não só a de progenitora, aquela que gera, mas a que cria filhos de outras progenitoras ou que acolhe moças e mulheres em seu estabelecimento lhes dando estadia foi incorporada a Joana. Muitas dessas moças iam ao Farol para se encontrarem

com seus namorados e paqueras longe dos olhos dos pais e mães que não permitiam a aproximação física das filhas com seus namorados. Até meados da década de 1970, em Olivedos, a aproximação física entre namorados só era permitida pelos pais após o casamento.

Ao ser nomeada como mãe, essa imagem lhe é atribuída através da fala de sua filha, Selma.⁵⁰ No momento de proximidade da desativação do Farol, estava com sete anos de idade. Selma é filha de Joana Preta com um de seus amores momentâneos. Em entrevista sobre o Farol e mesmo sobre sua mãe, Selma atribui inúmeras adjetivações que constroem Joana Preta enquanto mãe, mulher, comerciante:

Ela era alcóolatra, me maltratava muito quando bebia! Quando tava boa ela era carinhosa, era sofrida. Minha vida foi tumultuada, muito home, gente de todo tipo. (...) Havia um quarto que só entrava eu e ela, tinha muito cuidado comigo. Ela bebia muito, mas só quando acabava o expediente do Farol. Um dia eu acordei, quando abri a porta do quarto, ela havia dormindo na cozinha. Mulher grossa, era viciada. Quando fechava, ela bebia todas. Ela fazia cachinhos nos meus cabelos e eu gostava de cheirar um paninho.⁵¹

Selma fala de Joana Preta enquanto mãe e aponta, no seu discurso, falhas na forma como a mãe lhe tratava, lhe atribuindo maus tratos, como se o álcool fosse um refúgio para o sofrimento e a vida difícil que Joana Preta vivenciou, pois, segundo Selma, quando ela estava sóbria seu comportamento mudava e ela se tornava carinhosa, inclusive apresentando cuidados com a filha. Quando no Farol já se encontravam alguns homens, logo Joana Preta recolhia Selma para seu quarto para preservá-la das relações que naquele espaço aconteciam. Selma enfatiza, por duas vezes, a forma grosseira como Joana Preta se comportava, sempre sugerindo que era uma consequência da vida, ao mesmo tempo que enfatiza os mimos que sua mãe fazia em seus momentos juntas.

A entrevistada atribui especificidades variadas a Joana Preta enquanto mãe. Ao que Selma relata, Joana Preta foi viciada em álcool por um bom tempo, demonstrando que se envolvia com seu ambiente comercial, pois no Farol havia também a venda de bebidas alcoólicas. Além disso, a entrevistada, ao ser questionada sobre a denominação do espaço de “Cabaré,” faz menção a um grande tumulto de homens frequentando o estabelecimento comercial, inclusive este poderia ter sido um dos motivos pelos quais Joana Preta passou a ser considerada “mulher da vida” e o Farol a ser chamado de “Cabaré.” O fato de existir um quarto reservado, onde só mãe e filha poderiam entrar e que, no momento de tumulto no

⁵⁰ Maria Selma de Lima Santos. Entrevista à autora em 01/08/2009.

⁵¹ Maria Selma de Lima Santos. Entrevista à autora em 01/08/2009.

Farol, Selma era levada a dormir por sua mãe, demonstra que o encontro destes homens no Farol poderia ser apenas para beber, mas também para realização de práticas sexuais.

Ainda sobre as identidades atreladas à imagem de Joana Preta como mãe, segundo a senhora Iracema Borges, Joana criou alguns irmãos, dentre os quais ela cita “Celestina e Juvenal.”⁵² Porém, a própria Joana Preta faz menção a filhos de outras famílias da sociedade que, quando queriam viajar, deixavam para que ela cuidasse. “Mas, eu criava fio dos outro, criei um fio de José Carlos. Criava fio e dava de comer a todo mundo. (...) Sim, minha fia, criei dois fio de Zé Tomaz e Ivonete, criei Maria de Assis, Suraima, de Zé Catolé.”⁵³

Na verdade havia um sentimento de solidariedade de Joana Preta para com parte da sociedade olivedense, uma vez que, segundo Maria do Socorro (citada por Joana Preta como Maria de Assis): “eu passei bem uns oito meses lá, quando mataram meu pai, eu vim prá lá pra Joana Preta, aí quando cheguei lá fui ajudar, fazer os doces, eu tinha dezenove anos na época (...), criava as sobrinhas, filhas de Alzira.”⁵⁴

Ao que parece, Joana Preta era a pessoa, dentre as irmãs, que dispunha de um meio de sobrevivência, o Farol, e, por isso, se disponibilizava a ajudar a família e outras pessoas amigas, visto que, conforme Maria do Socorro, “era boa vontade dela, mas ninguém dava nada a ela. Agora que ela ia para as Aroeiras (...) ela trazia de saco, de milho, feijão, queijo (...), tudo nas Aroeiras davam a ela, ela ia só buscar, (...) também quem chegasse se inconstasse lá, lá ficava, via o agrado dela.”⁵⁵

Maria do Socorro narra o relacionamento amistoso de Joana Preta com moradores que lhe forneciam alimentos, relatando que, por essa relação, quem quisesse, por ventura, se hospedar no Farol, conseguia. Sendo assim, pode-se considerar que a moeda de troca não fosse o dinheiro, mas os alimentos ou os favores. Embora não se pudesse desconsiderar a questão de que Joana Preta era, segundo a entrevistada, uma pessoa agradável, volta aqui a discussão sobre a questão da “solidariedade.”

Na França, o médico francês Parent-Duchâtelet afirmava encontrar nas meretrizes “A solidariedade que elas estabeleciam entre si mesmas como forma de autodefesa e proteção, o instinto materno muito vivo, ou ainda o sentimento de pudor” (RAGO, 1991, p. 161). Talvez fosse uma forma de defesa, de blindagem ou de troca de favores, mas o fato é que esse tipo de solidariedade, se assim posso chamar, estava presente no cotidiano do “Farol de Joana Preta,” em contextos históricos diferentes.

⁵² Iracema Borges. Entrevista à autora em 14/08/2009.

⁵³ Joana Francelino de Lima. Entrevista à autora em 01/08/2009.

⁵⁴ Maria do Socorro Vasconcelos Moraes. Entrevista à autora em 10/02/2015.

⁵⁵ Idem.

Doutor Lulu relatou conhecer um pouco do cotidiano do Farol e disse que Joana Preta oferecia “um cafezinho e um pão doce,”⁵⁶ que era uma de suas especialidades. Ele percebe o Farol como ponto comercial, o que traz à tona uma das imagens atribuídas a Joana Preta, já citada por Selma, a imagem de comerciante. Nessa imagem, ela é vista com atributos de uma vendedora de lanches e dona de um ponto comercial, no qual Doutor Lulu frequentara.

A imagem de Joana Preta como comerciante é confirmada por todas as pessoas entrevistadas que chegaram a frequentar o Farol e mesmo a se alimentar das comidas preparadas por ela naquele espaço.

Doutor Lulu não reconhece nenhuma outra imagem atribuída a Joana Preta ou mesmo outra função do Farol, pois, considerando o “espaço como lugar praticado,” (CERTEAU, 1994, p. 59) tem o Farol enquanto unicamente ponto comercial. Ao ser questionado sobre o fato do estabelecimento ser conhecido também como “Cabaré” e Joana Preta como “mulher da vida,” Doutor Lulu narra:

Não! Esta parte sexual que estão querendo dar eu acho que não, não conheci o Farol com esta finalidade. Quando eu conheci o Farol, Joana morando no Farol, eu conheci o Farol com a finalidade comercial, aliás, sobrevivência de Joana. Eu não conheci o Farol com esta finalidade. Realmente você tá lembrando uma coisa que eu me lembre que alguém tenha dado um toque que fosse um pequeno cabaré, coisa assim, mas eu não tenho dados concretos sobre esse, pelo menos eu não tenho dados concretos sobre isso, o que eu conheço é que ele era realmente uma espécie de buteco de Joana, vendia pão, vendia café, acho que cachaça, fui muito lá tomar café, conversar com Joana, esta era a única finalidade, eu não tenho conhecimento, via falar, mas muito pouco sobre essa finalidade, sobre esta extensão.⁵⁷

Percebe-se que o advogado tenta conservar sua posição, até pelo fato de que ele frequentava o estabelecimento. Entretanto, é perceptível que, em sua fala de início, deixa espaços para pensar que ele não conheceu o Farol com a finalidade do exercício de práticas sexuais, embora admita que alguém o avisou que o estabelecimento era também um “pequeno Cabaré.” Foi a imagem do “Cabaré” que Doutor Lulu preferiu soterrar, para anunciar a imagem mais propícia para ele: único advogado do lugar no momento de auge do Farol, visto pelas pessoas com “bons olhos,” como autoridade e que, por isso, deveria ser respeitado.

Ainda sobre seu conhecimento em relação ao cotidiano do Farol, o entrevistado é questionado sobre a presença de mulheres colegas de Joana Preta no Farol ou mesmo um companheiro, ao que ele responde: “Mas, não sei dessa história de companheiro de Joana

⁵⁶ Luiz José de Albuquerque Melo. Entrevista à autora em 22/06/2009.

⁵⁷ Luiz José de Albuquerque Melo. Entrevista à autora em 22/06/2009.

Preta ou de algumas pessoas morando lá com a finalidade de fazer daquilo um bordel. Eu não tenho conhecimento, pode ter acontecido, mas eu não tenho conhecimento.”⁵⁸

O entrevistado não descarta totalmente que o Farol possa ter assumido outras funções, porém, ele legitima apenas uma, embora ele pareça preocupado em defender Joana Preta quando a sua imagem é atrelada a práticas sexuais, quando afirma, com tom voraz, que a parte sexual “é algo que estão querendo atribuir ao Farol,”⁵⁹ diante de sua imagem, e que não há nada de concreto sobre o boato.

Entre a mãe e a comerciante, eis que surge outra identidade que levará Joana Preta a embates com poderes instituídos de forma direta, uma vez que publiciza sua opção político-partidária e, nesse caso, passa a ser visibilizada pelo poder público de forma a ser rechaçada. Se em relação a “visibilidade da mulher na esfera pública, o preço que pagava era o de enorme vigilância sobre os seus mínimos gestos” (RAGO, 1991, p. 63), a partir de então Joana Preta sofrerá as consequências daquilo que era considerado transgressão política.

2.3 A Joana eleitora, transgressora política

Outra identidade atribuída a Joana Preta é a de eleitora, que só vem à tona devido a conflitos políticos, uma vez que Joana Preta trava um embate contra o partido político da situação, na época, Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Levando em consideração aqui suas subjetividades enquanto sujeito político, compreendendo a definição de político a partir não só de sua etimologia, mas das contribuições de Foucault, quando da definição de relações de poder. Não do poder alocado em instituição, porém, entendendo que “onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo), esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 2010, p. 106). Ou seja, a resistência de Joana Preta é um aspecto da luta dentro do poder, nesse caso, emblemático por seu confronto com a Arena.

Joana Preta relata ter sofrido perseguição de políticos pelo fato de declarar sua prioridade nas eleições de 1976, quando se candidataram para a Prefeitura do Município de Olivedos o senhor Genézio Gonçalves de Albuquerque Costa e o senhor Deusdedit de Sousa Lima. O senhor Genézio, candidato pela primeira vez, representava a situação, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA); o senhor Deusdedit, candidato da oposição, portanto, membro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Joana Preta declara ter votado no

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Luiz José de Albuquerque Melo. Entrevista à autora em 22/06/2009.

candidato que já havia sido prefeito do município, de 1966 a 1969, o senhor Deusdedit. Porém, quem ganhou as eleições daquele ano foi o senhor Genézio.

A dona do Farol diz que o fato de ter votado no candidato da oposição deixou o senhor Genézio com raiva, como narra: “Ele tava com raiva porque eu num tinha votado nele, tinha votado em Deusdedit.”⁶⁰ É perceptível aqui que Joana Preta se reconhece enquanto eleitora e, como tal, com o direito de exercer uma das formas de cidadania: o direito à escolha política. Apesar de Joana Preta não ser obrigada a divulgar seu voto, pois já era secreto em 1976, ela faz questão de declarar em quem votou, sem medo de represálias. Na sua “produção de memória,” Joana se escreve e faz pensar “como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo, que decorre por sucessão” (GOMES, 2004, p. 13 e 19). O percurso de Joana Preta se altera a partir do momento em que ela subverte o seu direito de voto, declarando publicamente sua escolha, passando não mais a ser só a Joana Preta, “mãe,” “comerciante,” “prostituta,” mas, também, eleitora. Como alguém que transgride o lugar de silêncio da mulher, proferindo sua palavra pública, através de seus direitos políticos de cidadã, que pode escolher um candidato de sua preferência.

A invenção de si não é só produzida por Joana Preta, mas pelos outros também, que atualizam num desfecho em que vemos em cena “vários papéis sociais” (GOMES, 2004, p. 17), já que são múltiplas e fluídas as identidades de Joana Preta que se metamorfoseiam de acordo com o espaço e as situações que lhes são apresentadas na vida.

O que tivemos aqui foi um entrecruzamento de vários discursos, que possibilitaram várias imagens sobre Joana Preta, produzidas através de escritas de um corpo que era desejado, de uma vida que era tida como devassa, de uma comerciante, de uma mãe. Isto não se deu de forma aleatória, mas passando “por uma seletividade de palavras, de imagens, que ocupam um lugar” (GOMES, 2004, p. 13) e estabelecem memórias sobre Joana Preta, que possibilitam histórias sobre esse sujeito histórico.

Sobre Joana Preta, as táticas usadas para as práticas da sexualidade sugerem astúcias, sagacidade e encontros com parceiros sexuais com ou sem configuração espacial, mas com a arte de brincar com o desejo, com o corpo, sem se submeter às amarras e à territorialização de um lar, histórias outras que relatarei no próximo tópico.

⁶⁰ Joana Francelino de Lima. Entrevista à autora em 01/08/2009.

2.4 As táticas de Joana para burlar convenções em encontros com parceiros sexuais

As mulheres (...) com todos os seus novos signos comportamentais e costumes, assumindo assim a sua descendência, mulheres, estas, que transitam entre as normas e os desejos pulsantes da época (...) anunciaram um novo tempo quando desconstruíram a imagem de feminilidade condicionada ao papel de salvaguarda do matrimônio e do seu lar. Portanto do bem jurídico família, movidas culturalmente pela intensidade das pulsações dos desejos dos seus corpos vibráteis negadores da ordem social, assegurando, assim, o bem jurídico liberdade e o lugar de desejantes. (SILVA, 2000, p. 138)

O presente tópico discute algumas das práticas sexuais vivenciadas por Joana Preta e suas táticas,⁶¹ diante de seus encontros com parceiros sexuais, dentro e fora do Farol, elencando que Joana Preta anunciou um novo tempo para o feminino em Olivedos, movido pela liberdade, principalmente da insurgência do corpo.

As práticas da sexualidade que envolvem Joana Preta são narradas por ela mesma, e pelos demais entrevistados, num discurso entrelaçado entre lembranças e esquecimentos. É através das narrativas que vão se produzindo os fragmentos desta memória, onde vão se configurando a produção de significados para as práticas de Joana Preta, que, em vários momentos, são associadas ao espaço do Farol. Seu estabelecimento comercial não limitou suas práticas da sexualidade, como também não dispunha apenas de práticas atreladas à sexualidade.

O primeiro relacionamento retratado por Joana Preta foi com o senhor João Borges, que era membro da elite de Olivedos, solteiro e bastante conhecido na cidade, com um sobrenome que, para o lugar, é sinônimo de *status*. Joana Preta teve um relacionamento com João por dez anos de sua vida, com quem teve um romance que resultou na gestação de uma filha de nome Joana D'arc, que morreu pouco tempo após nascer. Ela fala de João de forma conflituosa, às vezes com saudosismo, outras vezes com pesar: “Eu vivi com ele dez anos, a primeira menina que eu tive era dele, nunca neguei a ninguém. Mas, quando eu tive logo ela, eu num disse a ninguém de quem era. Aí, Araújo olhou o pé da menina e descobriu: “essa é de João Borges.”⁶²

Manoel Araújo de Souto e sua esposa Luzia eram amigos de Joana Preta, inclusive eram pessoas influentes do lugar, já que chegaram a ser prefeito e primeira dama do

⁶¹ Para maiores esclarecimentos, ver Michel de Certeau onde táticas são as operações que criam os lugares. Para Certeau, as táticas não contam com um próprio, trata-se da arte do fraco, um não-lugar que força um movimento. CERTEAU, M. D., L. GIARD, *et al.* **A invenção do cotidiano 2**: morar, cozinhar. Paris: Gallimard-Folio, 1994. 416 p.

⁶² Joana Francelino de Lima. Entrevista à autora em 01/08/2009.

município, entre 1970 a 1972, e tinham boas condições financeiras. Joana Preta havia convidado Araújo para ser padrinho de sua filha e também para levar a criança à igreja para que fosse batizada, uma vez que era proibida de entrar na igreja. Assim, Joana Preta demonstra que as supostas bênçãos cristãs lhe eram importantes. Através de seus amigos influentes, ela conseguiu fazer com que esse sacramento da Igreja Católica fosse cumprido.

Essa concepção cristã também é proclamada pelas pessoas da elite no século XX, em Olivedos, assim como foi o modelo apregoado no Brasil, quando, diante das transformações, se construía um “modelo de família nuclear (...)” com “rígidos padrões de comportamento familiar” (RAGO, 1991, p. 173). Por tudo isso, Joana Preta foi expurgada dos espaços sociais, os quais eram direcionados para as ditas famílias nucleares.

Eis que o relacionamento amoroso de Joana Preta com João tem seu fim anunciado quando ele decide casar-se. Depois de dez anos de convivência, ele acaba por intensificar um estereótipo que Joana Preta já carregava, mas que agora se ampliava, pois ela acabou sendo enquadrada no plano de mulher “avessa à mulher normal,” já que não servia para o casamento, pois é considerada desfrutável e, dessa forma, estigmatizada como prostituta. Há aqui uma concepção de que a prostituta seria digna de um relacionamento passageiro. Mas, há de aferir que:

Afinal de contas, a prostituta (...) jamais pertence ao homem. Ela pertence a todos os homens. (...) Mesmo que seu coração pertença ao amante e seu sexo aos clientes, a prostituta só pertence a si mesma (...), ela continua guardando para si sua força e seu mistério. (...) A prostituta está acima (...) do pudor e da intimidade. Ela intriga as mulheres com sua astúcia e com o distanciamento (...) que demonstra das coisas do sexo. (ADLER, 1991 p. 195)

Em alguns momentos, percebi Joana pertencendo só a si mesma. No entanto, ela contraria essa percepção de distanciamento quando trata-se de sua relação com João Borges. Compreendo que, pela resposta de João Borges, ele tenha se mostrado decepcionado, talvez não esperasse essa atitude de Joana Preta: “Joana Preta nun faz um negócio desse comigo não. Eu disse: eu já fiz, você noivou, é casado, não quero saber de você nem prá ir pro céu.” Segundo Joana Preta, a vontade de João era que, mesmo se casando, continuassem a se encontrar. Contudo, Joana é quem não se interessa pela hipótese de continuar o romance. Logo após o anúncio do noivado, Joana Preta o dispensou, demonstrando-se magoada com a decisão dele em casar-se com outra. Mas, há outra questão a se aferir, independente do desejo ou não de Joana Preta se casar com João, havia um risco a que mulheres estavam expostas, que era o de serem despachadas por seus amantes em detrimento de outras, consideradas dignas de casar.

Percebemos que o relacionamento entre prostitutas e seus amantes, além do risco que elas corriam de serem trocadas por outras mais jovens e/ou mais bonitas, tinha que conviver com o “fantasma das moças de família” com as quais não tinham como competir no braço ou na pancada, embora utilizassem “outras coisitas mas”. Só que isso não garantia que seus amantes fossem casar com elas, já que suas vidas estavam destinadas, enquanto vivessem da prostituição, ser sempre a “outra”, na vida deles. (NASCIMENTO, 2008, p. 184)

Foi o que aconteceu com Joana Preta, que foi trocada pela “moça de família”, não que isso lhe representasse um fantasma, mas pela fala magoada e ferida com que Joana Preta se refere ao episódio, isso pode ter significado uma decepção ou talvez a quebra de uma expectativa de casamento dela em relação a João. Não se sabe se havia esse desejo, pode ser também que ela não tivesse o desejo pela realização do casamento. O que também é uma possibilidade. Mas, situações como essa fizeram com que Joana Preta fosse enquadrada numa sexualidade que a configura de forma maniqueísta como “mulher da vida,” em oposição à “mulher direita,” “rainha do lar,” denominações forjadas a partir de estigmas, estereótipos e preconceitos. Foi construída uma fronteira entre o “bem” e o mal,” o “bom” e o “ruim.”

Iracema, falando sobre outro relacionamento de Joana Preta, esse com o senhor José Borges, diz que eles “xamegavam,” usando uma expressão utilizada popularmente para identificar que se trata de um caso passageiro e que a mulher envolvida é uma prostituta, uma mulher qualquer, que não oferece nada mais que momentos transitórios de prazer. Que [na fala da entrevistada] não deve ser levada em conta, porque logo terá fim, assim, se deve desconsiderar, em detrimento de um casamento abençoado por Deus, e que deve ser (e será) preservado. Diz Iracema:

(...) que até ela tinha começo dum xamego com pai, mas aí ninguém nunca brigou, nem nunca falou com nada, nunca brigou com nada, (...) quem vivia morano com ela era Maria de Bate Asa, vivia com ela quem levava doce prá pai, levava doce pá pai, carregava coisa prá ela. Ela era a chefe Maria e ela que carregava muita coisa prá ele, ia buscar, ia levar, mas isso num valia nada não, num tem nada não.⁶³

Iracema descreve a relação amorosa de seu pai com Joana Preta, enfatizando que não houve briga entre sua família e Joana Preta por causa dessa situação. Ou seja, as aparências foram mantidas em prol da permanência de um casamento. Segundo a entrevistada, havia “dengos” feitos por Joana Preta e levados por uma das mulheres do Farol para agradar José Borges. Percebo que a relação era evidenciada publicamente, já que havia uma mensageira

⁶³ Iracema Borges. Entrevista à autora em 14/08/2009.

para ir até a casa de José Borges. Ou seja, as relações entre Joana Preta e José Borges foram além do Farol.

O comportamento censurado marcou Joana Preta como prostituta, mas também marcou a mulher tida como “direita,” que, por vezes, passou a conviver por muito tempo com o adultério do marido, no intuito da manutenção do casamento e dos laços familiares.

Para fugir do olhar disciplinador da sociedade, Joana narra algumas das táticas para se encontrar com João, pois não o encontrava dentro do Farol, mas num lugar perto de um rio, conhecido como “Rio de Maria Pibite,”⁶⁴ que fica bem próximo a uma das entradas do município. Joana Preta fala intensamente da integridade de seu estabelecimento, afirmando, com voracidade, com um tom de autodefesa, e sem falar sobre o cotidiano do Farol: “Eu tinha um quarto que entrava senhora e saía senhora e nunca acontecia nada, porque eu tinha vergonha pá dá e vender, tinha vergonha pá dá e vender e as coisas sempre é assim. Aí pronto!”⁶⁵

É perceptível que, neste momento, ela seleciona a imagem que quer passar do Farol: estabelecimento apenas comercial, local onde qualquer mulher pudesse entrar sem o risco do preconceito, pois não havia, segundo Joana Preta, relações sexuais dentro do estabelecimento. Assim, construindo o Farol como espaço separado de sua vida particular.

Joana Preta descreve o Farol como espaço habitado por pessoas de condições financeiras diferenciadas: “Rico, pobre, todo mundo ia no Cabaré.”⁶⁶ No entanto, ela, ao chamar o Farol de “Cabaré,” legitima o espaço enquanto um estabelecimento comercial, mas não se referindo ao comércio do sexo, pois não se refere ao “Cabaré” como espaço dessas relações, mas um espaço tido como desorganizado. Isso porque está fora da ordem social de Olivedos, habita a desordem pela definição e por sua protagonista.

Esse discurso que coloca prostituta e prostituição num lugar de desorganizado chega ao Brasil por volta do século XIX, num “esforço de ‘civilizar’ e ‘levar progresso’ para a cidade, as prostitutas aparecem nos discursos médico-jurídicos como ‘desordeiras, incivilizadas e perigosas’” (NASCIMENTO, 2008, p. 220). Nessa mesma perspectiva, caminham os políticos e uma parte dos conservadores de Olivedos, na década de 1970, quando vão justificar a denominação do espaço de vivência de Joana Preta enquanto Cabaré, como desorganizado. Esse mesmo discurso sobre a prostituição já se fazia presente na justiça campinense entre as décadas de 1930 e 1940, quando advogados descreviam que “A zona de

⁶⁴ Joana Francelino de Lima. Entrevista à autora em 01/08/2009.

⁶⁵ Joana Francelino de Lima. Entrevista à autora em 01/08/2009.

⁶⁶ Idem.

meretrício é um mundo desregrado e degenerado” (NASCIMENTO, 2008, p. 25). Isso por não seguir regras e convenções sociais.

No entanto, o senhor “José” diz ter ocorrido relações sexuais dentro do Farol e, de forma muito tranquila, ele narra os acontecimentos, expondo quem eram as mulheres que tinham essas relações: “era Joana, Alzira.”⁶⁷ Segundo ele, não havia locais específicos dentro do estabelecimento para os encontros amorosos: “a gente entrava na porta da cozinha, era fogão, era cama, era mesa, era tudo, lá a gente bagunçava de todo jeito, era pelos pés de parede.”⁶⁸ Ao ser questionado sobre o momento, se era mais comum de dia ou de noite, ele responde que: “era direto, era só a gente querer.”⁶⁹ Ele conta também que não havia escolha entre homens casados ou solteiros, isso não era importante, e se enaltece para dizer que foi um dos supostos parceiros de Joana Preta: “Tomei banho mais ela duas vezes.” Ao ser questionado se só havia tomado o banho, ele diz que também “se trabaizou.”⁷⁰ Nesse momento, com risadas e um tom de felicidade, acrescenta que foi muito bom. A sagacidade de “José” faz parte daquilo que é construído enquanto mito da masculinidade e que os homens engendram tanto pelos atos, quando pelo discurso, pois “as histórias masculinas são narrativas por vezes fantasiosas que buscam reconhecimento, aceitação e afirmação de quem as conta” (NOLASCO, 1993, p.43). O entrevistado busca afirmação do seu lugar de virilidade, de conquistador e também de dominador, resguardando seu lugar diante do modelo masculino que lhe foi exigido socialmente.

O senhor “José” narra, com detalhes, as relações amorosas que presenciou ou que viveu e vivenciou no Farol. Evidentemente que em uma sociedade machista, como a de Olivedos, aos homens não são atribuídos estigmas, é exigido desempenho sexual ou, por vezes, percebe-se “a prostituição como algo necessário para preservar a virgindade das “moças de família” e garantir a satisfação dos desejos “insaciáveis” dos homens casados” (FARIA et al, 2013, p. 05). Ou seja, era encarado como normal e necessária a participação dos homens nos “Cabarés.” Ao contrário das mulheres, que fizeram questão de se preservarem, os homens não dispõem dessa preocupação. Inclusive, o senhor “José” fez questão de ser entrevistado com sua esposa do lado, seus filhos e até netos, cenário no qual, por vezes, a esposa fala, na entrevista, criticando-o pelo que ele narrava e que parece por vezes constrangê-la, como também a uma das filhas, que questiona se o pai vai dizer aquilo para ser gravado, ao que ele responde afirmativamente.

⁶⁷ “José”. Entrevista à autora em 10/02/2015.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ “José”. Entrevista à autora em 10/02/2015.

⁷⁰ Idem.

O fato do entrevistado fazer questão de narrar os fatos na presença da família nos lembra Nolasco (1993, 69), sobre o mito da masculinidade, quando diz que os homens escolhem “um grupo de mulheres com as quais (...) viverão aventuras. Estas, de contrato casual, serão as personagens das histórias por eles contadas, troféus exibidos aos demais e que tem por função polir a imagem de virilidade.” Essa é uma das intenções de “José” exibir sua virilidade inclusive para ser exemplo entre os familiares que presenciam como se fosse um triunfo, além de representar também sua honra e seu papel de dominador.

Lembro Priore (2006, p. 64/308): “A virilidade era atributo fundamental de honra de um homem (...), era medida pelo número e desempenho.” Aqui, “José” representa esse ideal de masculinidade que, por muito tempo, foi sinônimo de honra para o homem, assim como o seu desempenho sexual, pois o entrevistado faz questão de representar sua virilidade para a esposa que escuta a entrevista.

O comportamento de “José” está relacionado com a construção da identidade masculina “que está associada ao fato de possuir, tomar, penetrar, dominar e se afirmar” (BADINTER, 1993, p.99), é isso que faz o entrevistado, se afirma para sua família apresentando seu lugar de homem. Segundo Badinter (1993, p.4) ao homem é exigido que prove o tempo todo sua masculinidade, está com o sexo oposto seria uma das provas aceitáveis, pois significaria sua superioridade.

O entrevistado “José” ainda fala sobre outro fato que talvez possa aqui ser considerado uma descontinuidade dos relatos. Ele diz que os homens em Olivedos tinham o hábito de ter relações sexuais com animais, ou seja, a zoofilia, e que Joana Preta “ensinou os homens a usarem muler, que eles só usava jumenta.” Isso me leva a questionar sobre o fato de Joana Preta ter sido tolerada por um certo tempo com seu Farol, no centro da cidade, porque estava resolvendo um problema, uma vez que a zoofilia é considerada, pela tradição judaico-cristã, demoníaca, inclusive porque compreendem que não há o consentimento do animal e, principalmente, por ser uma relação sem procriação.

Nesse sentido, Joana Preta acabou resguardando e garantindo a sexualidade masculina para a procriação, quando, supostamente, teria ensinado, aos homens do lugar, terem relações sexuais com mulheres. Lembremos que era muito comum nos bordéis do Brasil: “Para alívio de pais preocupados com a sexualidade dos adolescentes, as meretrizes eram absolvidas por exercerem a tarefa de iniciação dos rapazes no campo sexual, garantindo-se ao mesmo tempo a castidade das futuras famílias” (RAGO, 1991, p. 173). Não só a castidade, mas a preservação dessas famílias, pois as prostitutas podiam satisfazer os anseios

sexuais desses homens, aqueles considerados mais mundanos e proibidos para o território do lar.

Joana Preta não se mostra orgulhosa por suas práticas atreladas à sexualidade ou à vida como prostituta, inclusive negando qualquer envolvimento com homem casado e afirmando que saiu daquela “vida do mundo.” Ela demonstra que a prostituição foi um estado provisório e faz parte da sua vida, percepção compreensível diante de todos os preconceitos e sanções que passou em sua vida, além de que hoje a vida de Joana Preta responde a outras necessidades. No caso em questão, a dona do Farol se casa com a religião, se confessando ao catolicismo. Demonstra, ao enfatizar que saiu da “vida do mundo,” que não há orgulho do que passou no Farol. No entanto, é interessante salientar que se trata da Joana Francelino de Lima, de hoje, com 89 anos de idade, e não a Joana Preta, da década de 1970. Para Adler, percebe-se que a prostituição é apenas um estado que é instável e que raramente faz parte da vida para sempre:

A prostituição é um estado transitório. A beleza, a juventude, o brilho são armas, é evidente, mas não bastam para explicar todas as mudanças de rumo. Excepcionalmente acontece de algumas moças se casarem. Ainda mais raro, casam-se com Deus. (ADLER, 1991, 13)

Corroborando com essa concepção, dentre outras possíveis, boa parte das mulheres tidas como prostitutas procuram, quando não é mais viável se prostituir, uma forma de reinserção na sociedade, através da religião ou de práticas sociais.

Há outro encontro de Joana Preta com um homem conhecido por Beto de Zé Casado,⁷¹ o qual não consegui maiores detalhes, pois não reside mais no município, há informações de que encontra-se atualmente em São Paulo. O relacionamento com Beto aconteceu de maneira peculiar e Joana Preta relata, com um tom de astúcia e prazer, a maneira divertida como aconteceu, e parece se orgulhar do caso, justamente porque foi desta relação que nasceu, para ela, “a abençoada por Deus,” ou seja, nasceu sua filha Maria Selma de Lima Santos:

Selma num foi fabricada aqui não, Selma foi fabricada lá. Eu vou li dizer tudo (risos). Selma foi fabricada no rio de Maria Pibiti e com Beto de Zé Casado. Ele michia com agave, tinha uns motor lá, aí eu arrumei Selma. Eu ia apanhar feijão, apanhei a fava de manhã e fui apanhar o feijão de meio dia pá tade e foi nesse dia. Pronto! (risos). O povo manga muito d’eu. Seu tem um filho de Beto, eu vou dizer que dota pessoa, eu vou dizer que é de fulano? Não, minha fia, eu num posso fazer isso.⁷²

⁷¹ Sem maiores esclarecimentos, apenas que seu nome completo é José Roberto de Sousa Alves.

⁷² Joana Francelino de Lima. Entrevista à autora em 01/08/2009.

É interessante salientar que se elucida aqui mais um espaço, o do roçado, onde ela ia apanhar feijão e que ficava localizado no Rio de Maria Pibiti, como desfecho das táticas de Joana Preta para não ser discriminada. A proprietária do Farol foi um tanto hostilizada pela sociedade, justamente por escancarar a verdade sobre a paternidade de sua filha, o que é compreensível, porém, não justificável, uma vez que se trata de um caso com um homem de condição financeira razoável. É importante também avaliar que Joana Preta acaba por se contradizer em relação a outra fala: “O povo manga muito d’eu,”⁷³ quando afirma nunca ter sofrido discriminação: “eu nunca sofri discriminação [aqui ela se refere à discriminação por ser mãe solteira] eu era muito feliz.”⁷⁴ Apesar de Joana Preta, em alguns momentos, demonstrar que não se orgulhava de suas práticas e falar em confissão religiosa, como forma de relatar o que seria pecado, nessa fala ela diz que era feliz, mesmo as pessoas “mangando dela” ela se apresenta como “muito feliz.” O fato de as pessoas mangarem de Joana Preta demonstra preconceito em relação a suas práticas sexuais. Lembrando Perrot (1998, p. 10):

As mulheres circulam pelo espaço público, aonde chamam suas funções mundanas (...). Existem muitos meios, diretos ou não, de ser uma mulher pública, com condição de dar a essa expressão certa extensão. Ser reconhecida como tal revela-se mais difícil e sempre suspeito.

Joana Preta era uma mulher que circulava pelo espaço público à revelia de sanções e estereótipos, o meio encontrado por ela para essa circulação foi a sexualidade e suas táticas para encontros com parceiros, muitas vezes de forma indireta, quando ia apanhar feijão ou realizar qualquer outro trabalho. Assim, como nos afirma Perrot, sobre a dificuldade ou suspeição do reconhecimento, nessa mesma perspectiva Joana Preta sofreu a suspeição da sociedade que a estigmatizou, embora valha ressaltar que outro fator trazia Joana Preta ao espaço da discriminação, da estereotipação, pois seu Farol funcionava o dia todo, mas era à noite que se dava uma grande efervescência de homens para beber. Como sugere Perrot (1998, p. 29): “À noite, a cidade pertence aos homens e às profissionais dedicadas ao uso deles.” Qualquer mulher que tomasse a noite como companheira seria considerada como prostituta, “mulher da vida.”

Mulheres como Joana Preta, em diferentes e múltiplos espaços, em algum momento, a partir de comportamentos, pensamentos, ações voluntárias e involuntárias, conscientes ou não, estão usando maneiras próprias para construir suas vidas, para além dos poderes e estabelecendo condutas, direcionadas aos espaços que conseguem se sobressair, driblando os

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem.

micropoderes e as convenções que lhes foram impostas, rompem com os códigos culturais referentes ao lugar e papel da mulher.

Nesse sentido, há, no discurso de Joana Preta, a preocupação em anunciar questões socialmente valorizadas, que vai produzindo significados para os espaços por ela ocupados, ora elencando que no estabelecimento não ocorriam práticas sexuais, ora ressaltando a mudança de vida através da religião. Nesse contexto, há que se evidenciar que suas relações (não apenas as sexuais) estavam imbricadas pelas relações de poder, inclusive foi com autoridades instituídas que Joana Preta mais se encontrou. E, a partir desses embates com o poder, Joana Preta vai se inscrevendo e sendo inscrita de tantas outras formas, como discutirei a seguir.

2.5 Entre confluências e conflitos: a relação de Joana Preta com a Igreja Católica

Afinal, não será um dos traços fundamentais da nossa sociedade o fato de o destino tomar aqui a forma da relação com o poder, da luta com ou contra ele? (FOUCAULT, 2003, p. 99)

Joana Preta, estigmatizada como prostituta ou simplesmente “mulher da vida,” não tinha permissão para entrar na Igreja, pois era considerada impura e a Igreja, tida como “casa de pureza,” não aceitava uma mulher totalmente díspare do ideal de Maria, de pureza sexual, de castidade, de virgindade. Neste sentido, sua presença no santuário só seria possível se seguisse os passos de Maria Madalena, ou seja, se viesse a se confessar à fé cristã, abandonando toda sua vida passada, tida como de devassidão.

Vale salientar que, no município de Olivedos, naquele momento, só havia uma igreja católica. Não havia a presença de outras religiões e ainda o acesso aos religiosos era difícil, pois a Capela era Comarca da Paróquia de Soledade-PB,⁷⁵ fato que ainda persiste nos dias atuais.

A Igreja, de forma rigorosa, estabelece uma relação de poder para com seus supostos fiéis, logo, delimitando o lugar dos infiéis, demarcando, inclusive, os espaços que os mesmos podiam ocupar, como é o caso de Joana Preta que, a partir da “arte da trampolinagem” (CERTEAU, 1994, p. 79), se enquadrava aos rituais religiosos mesmo que através de outros, enfrentando, de forma astuciosa, os poderes religiosos para conseguir seus objetivos.

⁷⁵ Soledade localiza-se no Curimataú Ocidental da Paraíba, fazendo divisa com Olivedos e foi de onde Olivedos emancipou-se.

É então que, deparando-se com sua filha em péssimo estado de saúde, Joana Preta decide buscar ajuda nas práticas religiosas. No entanto, ela não vai diretamente à igreja, pois já sabia que não poderia entrar:

Aí, a bichinha adoeceu. Adoeceu, aí num tinha padre, o padre era em Soledade e a bichinha sofreno, sofreno, num tinha padre aqui nesse tempo. Só fazia mama, eu num dava nada de coisa errada. Eu fui e disse: vai morrer aí! Eu fui lá na casa de madrinha Luzia, chamei seu Araújo e madrinha Luzia pá batizar, eles era casado, aí seu Araújo disse: “eu já vou, Joana.”⁷⁶

Na citação acima, Joana Preta retrata o momento em que sua primeira filha, Joana D’arc, adoeceu. Ao constatar que ela iria morrer, a primeira preocupação de Joana Preta é com a benção religiosa de sua filha. Logo ela procura um casal de amigos seus, o senhor Manuel Araújo de Souto e sua esposa Luzia de Oliveira Souto, para que eles levassem sua filha para ser batizada, pois além de amigos eram também seus padrinhos. Assim, Sr. Araújo e Dona Luzia ajudaram Joana Preta a batizar a menina, evitando que ela morresse pagã, uma vez que existe toda uma simbologia na tradição judaico-cristã de que só após o batismo o indivíduo está tomado pelas forças do bem, do contrário estaria disponível para as forças demoníacas.⁷⁷ Assim, a morte de um ser humano que não seja batizado pode ser interpretada como algo que será condenado e, por isso, o receio de Joana Preta de que sua filha morresse sem ser batizada.

Sr. Araújo e Dona Luzia representavam, para a Igreja Católica, naquele momento, o modelo monogâmico de família, casados na Igreja, um casamento que deu preferência, entre outros objetivos, ao da procriação, e que se apresentava como o casal ideal para os moldes cristãos e sociais da época. Além disso, eram pessoas influentes no local, politicamente e economicamente. Houve outro momento, no qual Joana Preta se encontrou com o poder religioso, o momento do batizado de sua segunda filha, Maria Selma de Lima Santos:

A Selma foi batizada porque a madrinha levou. Eu não entrava na igreja. Quando eu saí da vida do mundo e mim confessei com Frei Damião, foi ! Foi quando eu saí, eu me entreguei, comecei a frequentar a igreja, Selma tava com 5 anos, porque a igreja, a igreja é a casa de respeito, né?⁷⁸

⁷⁶ Joana Francelino de Lima. Entrevista à autora em 01/08/2009.

⁷⁷ Na Bíblia, em Marcos 16:15-16 (JARUSSI, 2001): “E disse-lhes: Ide por todo o mundo, e pregai o evangelho a toda criatura. Quem crer e for batizado será salvo; mas quem não crer será condenado.”

⁷⁸ Joana Francelino de Lima. Entrevista à autora em 01/08/2009.

Por duas vezes não é permitido a Joana Preta o batismo para suas duas filhas. No entanto, é tácito que ela não discorda em nenhum momento da posição da Igreja e assume discurso desta como legítimo, correto, dar condição de autoridade a ele. Ao dizer que trata-se de um local de respeito, ela acaba por vezes legitimando não só o discurso da igreja como o discurso moralista da sociedade olivedense em relação a si mesma. Há, neste sentido, a associação entre sexo e pecado, “romper as leis do casamento ou procurar prazeres estranhos mereciam de qualquer modo, condenação.” (FOUCAULT, 1988, p. 38) A igreja condenou Joana Preta como pecadora, pois o sexo fora do matrimônio seria condenável, fato que não impede a busca de Joana Preta por ser outra através da confissão:

A confissão seria desde então a tecnologia fundamental para a construção de si mesmo, pela qual enunciar em palavras para o outro, de maneira contrita, as máculas da sua alma, isto é, as suas culpas e pecados, seria o caminho obrigatório para a ascese purificadora de individualidade em direção à transcendência divina. (BIRMAN, 2000, p. 83)

Foi necessário renunciar a essa suposta vida a partir da confissão, que ocorreu anos mais tarde, pois Joana Preta, em momentos de sofrimento, procurou a Igreja, como no caso do batismo de suas filhas e quando, segundo ela, decidiu “sair da vida do mundo,”⁷⁹ foi através dessa confissão, portanto, da Igreja Católica, instituição na qual Joana Preta legitimava, mas de onde vivia à margem e depois ela fez/faz uso dela.

Não houve uma renúncia de si mesma por parte de Joana Preta, do que viveu, de seus desejos, encontros com parceiros sexuais, mas houve uma tentativa de limpeza do Farol enquanto relacionado às relações sexuais e também de sua mudança em relação à confissão, que conheceremos no próximo capítulo. Nesse sentido, só resta agora desejar que sua leitura seja de “nenhum poder, um pouco de saber, e o máximo de sabor possível” (BARTHES, 1989, p. 26) sobre as multiplicidades e retalhos que fazem de Joana Preta um sujeito do conhecimento histórico.

⁷⁹ Idem.

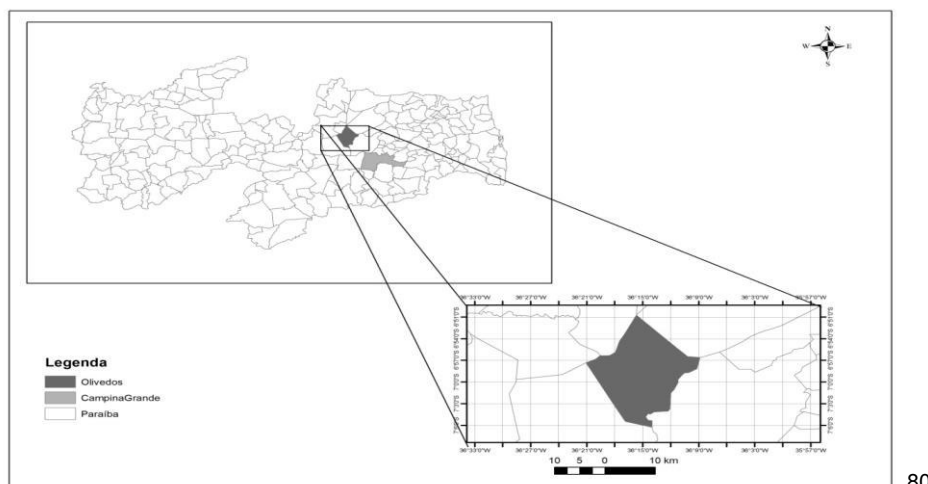
CAPÍTULO III

O FAROL DE JOANA PRETA: ESPAÇO DE HETEROTOPIAS E MEMÓRIAS

Os espaços como sendo criações humanas e não apenas receptáculos passivos ou cenários dos acontecimentos humanos (...) os seus recortes são construções culturais e históricas, comprometidas com determinadas relações de poder, sustentando dadas relações de dominação e exploração. (ALBUQUERQUE JR, 2008, p. 57-65)

Neste capítulo, o objetivo é problematizar o Farol enquanto *heterotopia* e, como tal, analisá-lo enquanto referência e estabelecimento comercial coordenado por Joana Francelino de Lima – conhecida por Joana Preta – no município de Olivedos-PB, elencando a discussão de espaço enquanto lugar praticado, como fio norteador da pesquisa.

O município fica localizado no Curimataú Ocidental da Paraíba, que fica a 60Km de Campina Grande, e conta com uma população de 3.880 pessoas e uma área 317.915 Km². Olivedos-PB apresenta um IDH de 0.603, sendo um lugar considerado pequeno, com poucos atrativos, religião católica predominando em 93% da população, sendo os outros 7% evangélicos. Apresenta um bom índice de alfabetização, com uma taxa de 76% de alfabetizados. A vegetação predominante na região é a caatinga, apresentando clima seco durante quase todo o ano (IBGE, 2010, 2012, 2015).



80

Fonte: Diagnóstico do Município de Olivedos, 2005.

⁸⁰ Mapa da localização geográfica do município de Olivedos-PB.

Assim, adentro a configuração do Farol enquanto *Heterotopia* e, desse modo, um lugar praticado, aquele que foi apropriado pela protagonista e por seus frequentadores a partir de seus usos. Quando, em alguns momentos, vamos perceber que tanto Joana Preta quanto os demais usuários do espaço Farol subvertem os significados oficiais associados ao Farol, por autoridades do município, eles criam seus signos de identificação com o espaço, fazendo com que ele se torne dinâmico e seja ultrapassado pela estrutura material. Ele se inicia enquanto espaço material, com localização e estrutura como o Farol, mas é tomado e dinamizado pelos usos e significações, se transformando num lugar praticado. Assim, cada frequentador do Farol dará sua versão, narrará seu discurso sobre o lugar. Vamos começar pela protagonista do Farol.

Segundo Joana Preta, tratava-se de um casario abandonado, sem utilidade nenhuma, que pertencia à senhora Marinheira Colaço. Esta que, na década de 1940, residia em Campina Grande: “com 18 anos Marinheira Colaço chamou, deu uma casa, o Farol, e mandou acabar com o quiosque no meio da rua.”⁸¹ Joana Preta já era comerciante, tinha um suposto ponto comercial no meio da rua e fazia vendas como os antigos caixeiros viajantes nos sítios do município, “e vendia de tudo nos sítios: vendia no Balanço, São José, Lídio Meira, meu apoio era lá em seu Matias e na casa de Nenê Nicasso.”⁸² Dessa forma, o Farol deu estabilidade material para as relações comerciais de Joana Preta, assim como passou a ser habitado, movimentando o centro da cidade. Não se sabe exatamente o ano de sua construção, uma vez que Joana Preta já se apossou dele pronto por volta de 1944. Localizava-se onde hoje é a Rua Largo Teodósio de Oliveira Ledo, exatamente no centro comercial de Olivedos.

Independente das práticas concernentes ao estabelecimento, o seu nome já chamava atenção: Por que Farol? Dos entrevistados, dois deles apresentaram hipóteses e supostas versões sobre a nomenclatura, uma vez que, ao se apossar do estabelecimento, o mesmo já possuía esse nome escrito na parede de frente, como identificação. Segundo Maria Selma de Lima Santos (Selma), filha de Joana Preta, “parece que era iluminado por um Farol, era, era iluminado por um Farol, só que eu não sei se era porque não tinha energia naquela época ou era porque ela não pagava a energia e a energia era cortada.”⁸³ Essa versão é pouco provável, levando-se em consideração que o nome não foi atribuído ao espaço por Joana Preta. Porém, é interessante lembrar que a ideia de Farol remete a outras possibilidades, quiçá mais viáveis,

⁸¹ Joana Francelino de Lima. Entrevista à autora em 14/08/2009.

⁸² Idem

⁸³ Maria Selma de Lima Santos. Entrevista à autora em 01/08/2009.

como a apontada por Adler (1991, p.61): “Nas cidades do interior [da França], o prostíbulo distingue-se por um farol vermelho.” Faço aqui uma observação para não ser anacrônica: Adler (1991) fala de “casa de prostituição” no modelo francês na década de 40 do século XIX. Não posso estabelecer aqui uma comparação sistemática com o modelo de sociedade disciplinar ocorrido na França. No entanto, se a questão da iluminação aqui no Brasil não tiver tido nada a ver com o fator de identificação para supostas autoridades, pode ter funcionado como sinal de identificação e/ou representação para o povo do lugar em relação à existência e funcionamento do Farol. Certamente que não quero aqui estabelecer a verdade sobre o Farol, mas cogitar possibilidades, uma vez que:

o passado está além do nosso alcance. (...) Dar nome ou pensar em coisas do passado parece inferir sua existência, mas, elas não existem (...). “O passado simplesmente como passado é totalmente incognoscível”, conclui Collingwood; “somente o passado residualmente preservado no presente é cognoscível”. (LOWENTHAL, 1998, p. 67)

Assim são as memórias do passado cognoscíveis no presente e que possibilitam uma construção possível das memórias do Farol, de forma conflitante, fato que não desfavorece a pesquisa, pois “o que importa são apenas as lembranças (...), sejam elas falsas ou verdadeiras” (LOWENTHAL, 1998, p. 67), pois só assim é possível anunciar um discurso sobre tal objeto histórico.

No entanto, há também a possibilidade de ter existido um Farol iluminando dentro do estabelecimento o que nos remete às narrativas de Selma, filha de Joana Preta quando fala sobre a precariedade da iluminação no espaço, mesmo não sabendo se tratava-se de falta de energia ou inexistência dela. Segundo Adler (1991, p. 46-47), “não é fácil encontrar uma casa de prostituição numa cidade. Na verdade, nada deve denunciá-la ao olhar; o interior da casa necessita, entretanto, ser iluminado,” talvez pudesse considerar que o Farol também encontrava-se nessa perspectiva.

Outras hipóteses são aventadas sobre a identificação do estabelecimento, pelo senhor Luiz José de Albuquerque Melo, conhecido no município por “Doutor Lulu,” advogado que chegou a frequentar o “Farol de Joana Preta” nos momentos de auge do estabelecimento. Ele diz o seguinte:

[...] não se sabe a origem desse Farol, mas se sabe pelo menos duas vertentes, dois caminhos dessa origem: ou o Farol teria um farol lá em cima, o prédio teria um farol lá em cima para orientar os caminhantes e de noite acendia e orientava os

caminhantes, ou então o Farol foi um nome de fantasia dado a um ponto comercial. Só se tem essas duas vertentes, ou ele teria um farol e não se tem esse referencial, não se sabe se tinha esse farol lá em cima e acho até isso meio difícil, porque esses faróis só existem nas beiras das praias prá orientar lá quem está em alto mar, não seria o caso daqui, ou esse farol ele teria essa função de ter um farol lá em cima aceso; coisa difícil porque nem eletricidade tinha naquele tempo ou então deram o nome de Farol como nome de fantasia a um ponto comercial [...].⁸⁴

Nesse caso, são apenas supostas deduções sobre o nome do estabelecimento, sem maiores esclarecimentos, embora todas as possibilidades sejam cognoscíveis no presente, trata-se apenas de possibilidades. Todavia, considero que “o passado é o que você lembra, imagina que lembra, convence a si mesmo que lembra, ou finge que lembra.” (HAROLD PINTER apud, LOWENTHAL, 1998, p. 75) então há o convencimento de algumas lembranças usadas pelos entrevistados para narrar o passado sobre o Farol, nesta pesquisa. Desse modo, não importa se o Farol tenha sido um nome de fantasia, ou que remeteria à forma como era iluminado, o fato é a sua existência enquanto um espaço heterotópico de representação nas tessituras das memórias para a população de Olivedos.

3.1 O Farol enquanto lugar praticado

Entendo espaço aqui numa concepção certauniana, que diferencia espaço de lugar: Certeau (1994, p.173) define o conceito de lugar como uma “configuração instantânea de posições,” o que acaba por exemplificar certa estabilidade, uma organização que aponta para uma suposta vitória sobre o tempo, já que os elementos que a compõem mantêm posições fixas e relativas umas às outras. Não há movimento. O estudioso chamou as operações que organizam o lugar de “estratégias,” operações que existem dentro de relações de poder específicas.

As estratégias seriam justamente a forma como ocorre a manipulação das relações de poder, o cálculo, em prol do controle e da disciplina. Assim, as estratégias, juntamente com as táticas, seriam as operações que criam os lugares. Numa relação de equilíbrio/conflito tanto as estratégias quanto as táticas vão organizando os espaços, coexistindo dentro de relações de poder específicas.

O Farol de Joana Preta se constituía enquanto espaço de relações extraconjugais, mas não apenas isso, pois era um lugar festivo, que oferecia também uma culinária por muitos desejada. Sendo assim, não era apenas espaço de realização do desejo sexual, mas um espaço

⁸⁴ Luiz José de Albuquerque Melo. Entrevista à autora em 22/06 /2009.

de lazer, onde muitas pessoas iam para conversar, acompanhados de uma boa comida ou simplesmente de um bom lanche. Segundo Adler (1991 p. 59) na França o cabaré era:

lugar de encontros, um centro de sociabilidade, o único estabelecimento que fica aberto até tarde da noite, isso porque o bordel no interior é também um café (...). O bordel tem com frequência múltiplas funções, (...) esses bordeis são na realidade casas particulares, identificadas (...) como casas públicas.

Nessa mesma perspectiva, encontrava-se o Farol, como lugar de encontros, aberto até tarde da noite, além de acumular uma multiplicidade de suas funcionalidades, como ocorreu em outros bordéis da Paraíba, como o “Cassino Eldorado” (NÓBREGA JÚNIOR, 2000). O fato dos bordéis ficarem abertos até tarde da noite é porque as relações sexuais e a prostituição aconteciam com maior frequência nesse turno do dia. Nascimento (2008, p. 117), se referindo à prostituição em Campina Grande, diz que muitas prostitutas eram “de dia Maria, de noite Madalena,” isso porque, durante o dia elas se dedicavam a outras atividades e trabalhos. As que tinham filhos também se dedicavam a sua criação, “as mulheres que exerciam o meretrício quase sempre tinham uma atividade paralela ao comércio do corpo, justamente para complementar os seus rendimentos” (NASCIMENTO, 2008, p. 118). De noite era no meretrício que elas viravam Madalenas, ou seja, que suas atividades se configuravam no interior dos cabarés. Mesmo dispondo de uma arquitetura bastante simples, esse espaço vai sendo apropriado pelos sujeitos das mais variadas maneiras, como sugere Doutor Lulu:

Ele tinha duas portas grandes ao estilo bodegas antigas. As bodegas antigas não tinham duas, três, portas, né? Então, o Farol tinha duas portas grandes, uma porta do lado direito, uma porta do lado esquerdo e no meio a parede. Era aí justamente onde Joana atendia, tinha um pequeno balcão, um balcão tosco onde Joana atendia, vendia bolacha, vendia café e tal.⁸⁵

Nessa fala, o Farol é aproximado a antigas “bodegas,” visto que o balcão possivelmente remontava ao antigo estabelecimento comercial que existia ali antes de Joana Preta chegar. As bodegas tiveram “uma participação significativa no processo de formação de inúmeras localidades urbanas” (DINIZ, 2007, p. 219). Historicamente, elas sempre estiveram presentes nos bairros dito populares e serviam para a socialização das pessoas, haja vista

⁸⁵ Luiz José de Albuquerque Melo. Entrevista à autora em 22/06/2009.

serem, geralmente, lugares frequentados por muitos e um dos poucos lugares para esse fim. No caso de Olivedos-PB, o Farol era um dos poucos espaços onde as pessoas podiam se encontrar para uma boa conversa ou algum tipo de divertimento, funcionando como ponto comercial de produção do espaço social e de sociabilidades. Considerando o Farol como espaço presente no centro do município de Olivedos, e apropriado por Joana Preta diante de sua necessidade de possuir um lugar para morar e para montar um comércio, pode-se então compreender o Farol como delineado na instituição dessa sociedade.

Ainda segundo Foucault, há outra propriedade da *Heterotopia* que é “o poder de justapor em um só lugar vários espaços, vários posicionamentos que são em si próprios incompatíveis” (FOUCAULT, 2001, p. 418), considerando que o Farol era tido como o espaço de relações sexuais, mas, também, de outras relações sociais, inclusive durante o dia, e que destoava das práticas decorridas durante a noite. A partir deste espaço heterotópico como um lugar praticado, os indivíduos constroem suas singularidades, mas, sobretudo, se descentram e se desterritorializam em oposição à norma e, por conseguinte, àquilo que é centrado, possibilitando rupturas, ressignificações, rizoma. Segundo Deleuze e Guattari (1995, p. 21):

o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. São os decalques que é preciso referir aos mapas e não o inverso. Contra os sistemas centrados (e mesmo policentrados), de comunicação hierárquica e ligações preestabelecidas, o rizoma é um sistema a-centrado não hierárquico e não significante, sem General, sem memória organizadora ou autômato central, unicamente definido por uma circulação de estados.

Ou seja, não há apenas uma definição para o Farol, mas várias definições, diante de suas linhas de fuga. As pessoas se apropriaram daquele espaço de forma a-centrada, sem definição fixa, sem enraizamento e sim com diversas atribuições, funcionalidades, justapondo tantos espaços e tantas vivências, transformando-o, pois, em “lugar praticado.” Deste modo, são construídas representações possíveis do Farol e das práticas concernentes a ele, que era tido como um ponto comercial. Mas, o que mais acontecia naquele espaço enquanto lugar praticado ou enquanto *Heterotopia*?

Segundo “Doutor Lulu”, que disse ter entrado muitas vezes no Farol, tratava-se de um espaço comercial com algumas especialidades: “muitas vezes eu entrei no buteco de Joana, ou

seja, no Farol.”⁸⁶ Ainda segundo o advogado, as pessoas que mais frequentavam o espaço era “mais gente pobre.”⁸⁷

Há outra entrevistada, a senhora Maria de Fátima Costa Gomes, que tanto ratifica como acrescenta outras funcionalidades do Farol, ao relatar que: “A gente ia comer cocada, bolo, eu ia mermo só pa, que eu era louca, eu ia namorar com Martim lá, aí eu ia prá lá. Eu gostava muito de ir lá, nesse tempo era as tia de lula,⁸⁸ Ana Rita.”⁸⁹ Fátima corrobora com Doutor Lulu ao apresentar a imagem de comércio atribuída ao estabelecimento, mas traz também um outro fator interessante que é o da socialização de moças e rapazes, inclusive para encontros amorosos, transformando esse espaço num lugar de múltiplas representações, tais como, entre eles, um refúgio para as moças se encontrarem com seus enamorados. A entrevistada cita nomes de outras amigas que frequentavam o Farol e que são oriundas dos mais diversos espaços sociais, o que confronta com aquilo que disse “Doutor Lulu” sobre uma maior efervescência de pessoas de condição financeira baixa.

Compreender a representação do Farol evocada nas memórias aqui recolhidas é ir além do dito, problematizar o não-dito, que está além do que foi manifestado pelos entrevistados, seu imaginário e a dimensão simbólica de seus relatos. Nesse sentido:

Representação histórica pressupõe a experiência histórica. Pois representações só podem existir uma vez que a experiência histórica já separou um eu anterior de um eu (historicamente) posterior, só então esta pode ser explicada por meio da representação histórica. (ANKERSMIT, 2012, p. 261)

O “Farol de Joana Preta,” nessa concepção, faz parte da experiência histórica, não na sua forma material, mas nas suas diversas representações, aqui apresentadas a partir das memórias evocadas pelos entrevistados, quando não interessa a coerência entre signo e significado, pois o signo (Cabaré) não existe mais e o significado pode ser apropriado a partir da experiência das pessoas, que se dá pela separação do eu anterior ao eu posterior, pois são pessoas no presente evocando memórias de um passado, não como resgate, mas como representação. Assim, o “Cabaré” passa a ser desenhado em sua ausência material entre a memória, o esquecimento e a contramemória:

⁸⁶ Luiz José de Albuquerque Melo. Entrevista à autora em 22/06/2009.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Lula é o apelido de Luiz Evilásio de Albuquerque Costa, filho de um ex-prefeito de Olivedos, o senhor Evilásio de Albuquerque Costa, e as tias as quais Maria de Fátima faz referência eram irmãs da mãe de Lula.

⁸⁹ Maria de Fátima Costa Gomes. Entrevista à autora em 29/07/2014.

De qualquer modo se trata de fazer da história um uso que a liberte para sempre do modelo, ao mesmo tempo metafísico e antropológico, da memória. Trata-se de fazer da história uma contramemória e de desdobrar consequentemente toda uma outra forma do tempo. (FOUCAULT, 1998, p. 33)

Dessa maneira, não estaria a serviço da memória, mas da contramemória, ou melhor seria dizer que a história estaria entre a memória e a contramemória. Mas o que isso significa? A crítica, a desconstrução, a expansão que Ricouer (2000, p. 247) também já propunha do tempo e do espaço, rompendo com o dito, duvidando do não dito, questionando o esquecido e percebendo o que está na contramão da memória e de suas tramas e relações, assim como dos lugares de memória, sejam eles simbólicos ou concretos, deslocando sua temporalidade, pois o esquecimento por vezes é usado interessadamente, o silêncio às vezes é a imposição de um discurso.

Em suma, as possíveis memórias do Farol se abrem às interpretações que são variadas e ilimitadas a respeito do que representa, do que evoca, mas também do seu contrário, ou seja, do que está silenciado, negligenciado ou simplesmente subentendido nas memórias dos entrevistados.

3.2 O Farol enquanto Cabaré

Em torno das práticas sexuais extraconjugais constitui-se um universo de atividades de lazer e cultura, antes inexistentes na cidade: (...) cabarés, bordéis (...), floresceram pelo centro comercial (...), como espaços de circulação dos fluxos desejantes e de manifestação de outras formas de expressão do desejo. (RAGO, 1991, p. 26)

Havia danças e sambas (...), dia de feira era um dia especial (...), pois lá eles encontravam uma boa conversa, uma boa bebida, podiam escutar os boêmios cantarem nostálgicas canções dos mais populares cantores brasileiros (...), mundo de festa e diversão. (NASCIMENTO, 2008, p. 104, 105, 106)

Nessa perspectiva de festas, sambas, lazer, anunciada nos cabarés franceses, por Adler (1991), e por Nascimento (2008), em Campina Grande, que apresentam o meretrício como lugar festivo, temos o Farol e suas denominações atreladas a suas práticas comerciais.

O Farol recebeu outra denominação, associada às práticas da sexualidade de Joana Preta, atrelando-as à imagem de “prostituta,” qual seja, “Cabaré.” Segundo Joana Preta, a denominação nada tem a ver com práticas sexuais e sim com a situação física do local: “É porque era muito dirmantelado, Lú butou de Farol de Joana Preta, meu irmão. E era véio,

caino os pedaço, o povo dizia aqui é um farol da mulesta.”⁹⁰ Joana Preta, ao tomar a palavra, inventaria o Farol a partir de outras verdades que não só a sua, mas a de seu irmão, ou seja, a partir de uma opinião masculina reconhecida por ela. Em nenhum momento ela de fato refere-se a “Cabaré,” enquanto espaço de práticas sexuais, apenas como o fora de ordem, preferindo sempre se referir ao local enquanto “Farol.”

Selma, sua filha, apresenta outra justificativa para a denominação de “Cabaré” ao estabelecimento: “Porque ia muito home lá, mais também ia família descente. Tinha também dona Mocinha, as filhas, Odete que recebia home lá. Tinha um local reservado e os home lá entrava.”⁹¹ Na fala de Selma, o “Cabaré” era local de efervescência de homens e, inclusive, havia a presença de outras mulheres, levando o estabelecimento a ser considerado um lugar próprio das práticas sexuais fora do matrimônio. Porém, “nem só de sexo vivem os cabarés. Esse ambiente também é um lugar para festa, alegria, exageros com a bebida, dança, novas amizades, aventuras e realizações de fantasias” (FARINHA e BRUNS, 2006, p. 40). Assim, trata-se de um espaço não só de efervescência sexual, mas de sociabilidades, de encontros e desencontros, portanto, de produção cultural.

Atribuir ao Farol apenas a existência das práticas sexuais seria uma economia de suas práticas, uma limitação das possibilidades de significação do espaço. Joana Preta, ao chamar o Farol de “Cabaré,” legitima, autoriza o espaço enquanto um estabelecimento comercial, pois não se refere ao “Cabaré” como espaço de relações sexuais, mas um espaço tido como desorganizado, o que não rompe com as definições a priori atreladas às relações sexuais, pois, entre as definições de Cabaré, temos lugar de venda “de bebidas, espetáculos artísticos (...), lugar de festa e alegria (...), vendia comida” (SILVA, 2004, p. 146). É nesse sentido que compreendo que era um lugar múltiplo.

O estabelecimento de Joana Preta não passou por nenhum processo de regulamentação, na esteira de alguns “cabarés [que] se tornaram casas de libertinagem não regulamentadas (...) um bar anexo ao estabelecimento” (ADLER, 1991, p. 127). O espaço dirigido por Joana Preta, que apresenta algumas colegas ou ajudantes, não sofreu vigilância sistemática. Em Olivedos, não foi a polícia ou os médicos, mas representantes do executivo (prefeito e primeira dama); não haviam as visitas sanitárias, mas havia o olhar atento e observador de pessoas do local que estavam sempre atentas aos comportamentos e acontecimentos diante do Farol.

⁹⁰ Joana Francelino de Lima. Entrevista à autora em 14/08/2009.

⁹¹ Maria Selma de Lima Santos. Entrevista à autora em 01/08/2009.

No caso em questão, o “Farol de Joana Preta,” em Olivedos, foi protagonizado também com alguns atrativos a mais, enquanto um espaço também de produção de laços de solidariedade. De acordo com Roberts (1998, p. 281), no século XX, os bordéis, pensões, hospedarias eram comandados por mulheres que abrigavam outras mulheres que não tinham moradia fixa:

Outra característica distintiva da cultura das prostitutas que os observadores relutantemente perceberam foi a solidariedade que exibiam em relação uma à outra. Os reformadores britânicos referiram-se à bondade e simpatia destas pobres meninas em relação umas às outras e sua ansiedade em se ajudar e confortar mutuamente quando havia qualquer tipo de problema. (ROBERTS, 1998, p. 283)

Guardadas as especificidades históricas Joana Preta também acolheu mulheres, se solidarizando com sua situação social, foi o caso de sua irmã Alzira, de Maria do Socorro Morais, dentre outras a quem a protagonista do Farol ofereceu moradia.

Outra entrevistada já citada, a senhora Iracema Borges, diz que Joana Preta “vivía de ajuntar namorado lá dentro.”⁹² Embora ela não negue a funcionalidade comercial do Farol, ela ratifica a efervescência do espaço em relação às práticas da sexualidade. No entanto, não se pode esquecer que Iracema teve a vida de seu pai e de sua mãe afetada pelas práticas associadas à sexualidade de Joana Preta, uma vez que seu pai possivelmente teria tido um relacionamento com a protagonista do Farol.

Ainda que para a sociedade olivedense acontecessem no estabelecimento de Joana Preta práticas associadas ao impuro, era com Joana Preta que os homens podiam viver suas fantasias “irrealizáveis,” fazendo acontecer os desejos proibidos no território do lar, levando-os aos locais lúdicos, públicos, o “Cabaré” e, segundo Joana Preta, o matagal, o roçado.

Assim sendo, tem-se uma quebra de disciplina, em detrimento dos relacionamentos que preservam o caráter hierarquizante das relações sexuais que têm o homem como protagonista. A prostituta proporciona um território de prazer ilegítimo na vida cotidiana, onde muitos podem exercer suas fantasias e suas identidades sexuais mesmo que temporariamente desestruturadas, sem que corram o risco de terem suas identidades sociais comprometidas, retornando íntegros ao lar, à família e ao trabalho. Segundo Rago (1991, 90-92), se referindo aos bordéis paulistas, havia uma “cultura erótica” que envolvia desde jogos, danças, formas de socialização e práticas da sexualidade com os mais diversos “equipamentos

⁹² Iracema Borges. Entrevista à autora em 14/08/2009.

do desejo: desde roupas íntimas” a “fetiches,” situações e desejos praticamente proibidos no território do lar, do casamento.

No entanto, diante das significações dadas pelos entrevistados para a palavra “Cabaré,” atribuída ao Farol de Joana Preta, gostaria primeiro de compreendê-las como possibilidades de representações para o espaço e, como tal, farei uma operação historiográfica a partir da etimologia do conceito de “Cabaré.” Recorro à etimologia para fazer uma arqueologia desse conceito, lembrando do que diz Koselleck (2006, p.116), sobre a importância do conceito:

Toda a historiografia se movimenta em dois níveis: ela analisa fatos já mencionados anteriormente ou, então, reconstrói fatos, ainda não manifestados na linguagem, com a ajuda de determinados métodos e indícios que, de algum modo, os haviam “preparado”. No primeiro caso, os conceitos herdados da tradição servem de elementos heurísticos para apreender a realidade do passado; no segundo, a história apóia-se em categorias acabadas e definidas ex post que não estão contidas nas fontes.

Nesse sentido, para não cair no equívoco de falar e utilizar uma operação historiográfica de conceitos ou usá-los como atemporais e infinitamente passíveis de qualquer interpretação e, portanto, não apenas se apropriar de conceitos acabados, definidos e, de tal modo, esvaziar a produção do conhecimento histórico, proponho, pois uma problematização. A intenção é problematizar a representação e/ou memória, pois compreendo que elas estabelecem uma multiplicidade de significações que não são apreendidas, quando, de acordo com Koselleck (2006, p.121), citando Nietzsche: “Todos os conceitos nos quais se resume o desenrolar de um processo semiótico escapam às definições. É definível apenas o que não tem história,” portanto, não se trata aqui de uma definição, mas uma arqueologia do conceito proposto.

Destarte, esse objeto de pesquisa, o “Farol de Joana Preta,” sendo visto como objeto do conhecimento histórico situado entre a memória e a contramemória e, como tal, configurado como um espaço heterotópico é desterritorializado da memória suplantada pela elite do município de Olivedos e por poderes instituídos que os via como “Cabaré,” apenas. Sendo, assim, percebido, no conceito mais tradicional e comum da palavra, como espaço de relações sexuais, o que também poderia ser uma possibilidade, entretanto alguns entrevistados rompem com essa memória, apresentando outras significações.

Analisando a etimologia da palavra “Cabaré”, percebo que existem controvérsias sobre o registro da palavra em português, mas que sua origem é “do francês cabaret. Casa de

diversões, que originalmente oferecia bebida, comida e espetáculos artísticos, principalmente música e variedades,” ou seja, sua origem não estava diretamente ligada às práticas das sexualidades (SILVA, 2004, p. 146). No entanto, para Almeida (1981, p. 55), em *Dicionário de Termos Eróticos e Afins*, o conceito de “Cabaré” é de “casa de diversões, onde afluem mulheres da vida fácil,” já tratando o espaço como o lugar das relações sexuais e de forma pejorativa, uma vez que usa o termo “mulher de vida fácil,” expressão associada às mulheres tidas como prostitutas.

Levando, pois, em consideração as representações atribuídas à palavra, compreendo que o mesmo aconteceu com o “Farol de Joana Preta,” que recebeu, dos entrevistados, um “dicionário” de codificações e imagens, desde espaço de relações sexuais (“Cabaré”), de diversões, encontros amorosos, lugar de comidas, bebidas, mas que foi tratado como o lugar do desvio, onde aconteciam as relações e situações tidas como “desvio” da suposta norma para as mulheres do município de Olivedos.

Isso é perceptível quando um cordelista, que era vizinho do estabelecimento, versa, num de seus cordéis, sobre a emancipação da mulher de Olivedos, a configurando como “devassa.” O cordel foi produzido num momento de suposto auge do Farol de Joana Preta, momento onde moças e rapazes passaram a frequentar com mais assiduidade o lugar, inclusive muitas vezes à revelia dos pais, que não admitiam, de bom grado, que suas filhas entrassem naquele espaço. A senhora Fátima, ao ser questionada sobre a permissão ou não dos pais para frequentar o local, adverte: “mãe era que dava braba.”⁹³ Ou seja, não era um espaço que tivesse o livre consentimento de pais para que as filhas frequentassem. No entanto, a entrevistada relata que: “nós brincava de roda,”⁹⁴ ou seja, poderia existir ali uma socialização dos jovens, uma vez que a entrevistada diz que tinha apenas doze anos de idade quando ia ao Farol para namorar e também brincar com as amigas.

Todavia, possivelmente por volta da década de 1970, essa situação começa a mudar no município, pois as mulheres passam a casar cada vez mais tarde, além também de transformar seus hábitos e costumes. Ao que parece, isso era visível nas mulheres que frequentavam não só o Farol de Joana Preta, mas um forró, aqui já problematizado, e que tinha o nome de “Baile dos Mateus,” que funcionava próximo ao local. Essas transformações foram versadas por Manoel Tomas de Assis, conhecido por “Manoel Limão,” cordelista que era vizinho do Farol de Joana Preta, em seu cordel *O Mundo está sem dono porém o dono aparece*:

⁹³ Maria de Fátima Costa Gomes. Entrevista à autora em 29/07/2014.

⁹⁴ Idem.



Fonte: ASSIS, Manoel Tomás de.

É possível perceber, através do título e da própria ilustração na capa do folheto, que se trata de um conteúdo imbuído de valores, que se referencia pelo lugar social do autor. Manoel era uma pessoa muito religiosa, praticante da doutrina católica. O folheto versa sobre as mudanças de comportamento na década de 1970, em especial das mulheres, o uso de roupas mais ousadas, a dança mais sensual, a mulher se permitindo beber:

[...] Eu estava escandalizado
com o maldito, banho da praia
porém desgrça maior
agora mesmo ensaia
da mulher andar na praça
trajada de mini-saia

A mulher vai a igreja
tratar de sua oração
leva um palmo de vestido
oh! Deus que devassidão
ninguém serve a dois senhores
servindo a Deus e o Cão

Se chega hoje num samba
se encontra um rio de cachaça
bebendo o homem e mulher
formando a dança devassa
pois onde tem a bebida
já está fruta a desgrça [...]⁹⁵

⁹⁵ ASSIS, Manoel Tomas de. **O mundo está sem dono porém o dono aparece**. Literatura de Cordel. p. 1, verso 3, p. 2 – verso 02, p. 7 – verso 01.

Acredito que Manoel Limão fala como um observador tenaz de hábitos e costumes que estão provavelmente associados ao “Farol de Joana Preta” como espaço de representação da emancipação da mulher de Olivedos. Mas, para o cordelista, costumes como os atrelados ao Farol, são tidos como devassos, quer seja pelas relações sociais do lugar ou pela prostituição que, segundo Rago (1991, p. 219), “é um espaço de liberação física e moral da mulher, linha de fuga por onde é possível constituir novos territórios afetivos e dar vazão aos seus instintos libidinais reprimidos na vida conjugal ou na ausência desta.” Embora existam outras definições, como a de quem defende: “A prostituição, ou seja, a venda de corpos, forçada ou não, é talvez a maior violência social cometida contra as mulheres” (SWAIN 2004, p. 24), não se admitindo, nessa concepção, os desejos e supostas fantasias sexuais também vividas pelas prostitutas, que nem sempre mantêm relações sexuais em troca de dinheiro.

Já na concepção de Adller (1991, p. 11): “A prostituta é uma pessoa que, por obrigação ou por inclinação, abandona as normas e se marginaliza social, afetiva e sexualmente. Abandona o lar paterno porque foi encorajada a isso ou porque acredita numa liberdade ilusória.” Não é uma liberdade ilusória, pois não é por liberdade de viver só sua sexualidade, mas suas relações afetivas, amorosas, sem amarras. Não é por isso que se marginalizam, mas que são marginalizadas.

Neste sentido, é interessante avaliar o contexto histórico de 1970, especialmente em relação às mulheres. A participação da mulher no mercado de trabalho, nas últimas décadas do século XX, afetou sensivelmente as relações no interior das famílias, provocando mudanças radicais em suas estruturas. Se antes o espaço doméstico era tido como naturalmente feminino, e a mulher era sustentada pelo homem, agora são as mulheres que detêm grande parte do controle sobre os recursos familiares e desempenham um papel fundamental na vida econômica da família. Elas não só trabalham fora do domicílio, como promovem o controle da manutenção da casa, principalmente depois que o trabalho doméstico passou a ser denunciado como uma alienação feminina e uma sujeição ao homem.

O tratamento dado ao trabalho fora de casa passou a ser, para a mulher, o sinal concreto de sua emancipação. Desse modo, a mulher tomou parte de uma luta que a conferia igualdade, dignidade e liberdade, procurando reduzir ao mínimo o seu papel doméstico/privado, e se tornou, portanto, uma engrenagem no processo produtivo, não exatamente como o homem.

Logo, havia, no seio da sociedade olivedense, a definição do espaço do público e do privado. “Aos homens, o público, cujo centro é a política. Às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e pela casa” (PERROT, 2005, p. 459). Assim, essa

naturalização da distribuição de espaço entre homens e mulheres proporcionou o preconceito para quem burlasse a regra da suposta naturalidade, como foi o caso de Joana Preta e de outras mulheres que frequentavam seu estabelecimento.

A mulher ganhou o controle da situação doméstica, passando aos poucos a ser dona de sua própria casa, de seus objetos e de sua própria vida. Durante gerações, o poder do imaginário social consistia em que as mulheres ficassem em casa cuidando dos filhos e acreditassem que o trabalho realizado por ela fora da unidade doméstica era desprezível e pobre. Essas transformações adentraram o universo olivedense e passaram a romper com os ideais patriarcais e de masculinidade ligados à virilidade e que colocam o homem não só como provedor, mas chefe da família e do espaço público.

Essas mulheres emancipadas são uma ameaça à masculinidade e fazem com que os “homens se preocupam em demonstrar, comprovar e reafirmar sua virilidade” (BORIS et al, 2012, p. 19), sob o medo de perder o seu lugar de dominante diante do espaço público olivedense. No entanto, diante desta situação, muitas mulheres se sobressaíram e são justamente a essas mulheres que “Manoel Limão” se refere, aquelas que transgrediram o lugar de silêncio que lhes fora relegado, sendo, por isso, tidas como devassas:

Logo na véspera do samba
chega um caminhão de cana
a negra da saia curta
grita logo: - Eu sou bacana
bote logo ali um porre
pra vê se a gente se dana⁹⁶

“Manoel Limão” faz menção à chegada de um caminhão de cana na véspera de um samba. Existia, próximo ao Farol, o forró, que era chamado pela população do local de “samba.” Às vésperas do forró, conhecido por “Baile dos Mateus,” o Farol contava com um grande movimento e grande venda de cachaça. Joana Preta ajudava a tomar conta desse Baile, que ficou conhecido por alguns como o “Forró da Segregação Racial,” pois, no município, havia esse, que era tido como um espaço próprio dos pretos, e outro forró, tido como “Forró dos brancos”:

Aí vem a Festa de São Sebastião, aí tinha os bale, forró dos branco, agora ali os nego os moreno entrava naquele, no forró dos branco, mais os branco num entrava no

⁹⁶ ASSIS, Manoel Tomas de. **O mundo está sem dono porém o dono aparece.** Literatura de Cordel (s/d), p. 7, verso 04.

forró dos nego e era mermo há há há há, ta uvino, apois é, num entrava não, aí o moreno saiu, ele disse: Dona Joana, a senhora fica aqui na porta.⁹⁷

Percebe-se a sagacidade de Joana Preta ao falar sobre o baile, pois, além do Farol, participava desse outro estabelecimento carregado de preconceito e estigmas, festividade que, segundo alguns entrevistados, apresentava-se como acolhedora para os negros. Levando em consideração que Joana Preta foi marginalizada por uma parte da sociedade, que a configurou junto com o Farol, como sujeito e espaço a serem expurgados do centro da cidade por não representarem cartão de visita (situação que discutiremos no quarto capítulo), o Baile era um refúgio para os negros estabelecerem seu espaço de convívio e a afirmação de sua negritude, que poderia começar com a afirmação em se dizer preto, situação que já problematizamos no primeiro capítulo.

3.3 Cabaré no centro da cidade? Não era cartão de visita

Que se tratasse de personagens tendo existido realmente; – que essas existências tivessem sido, ao mesmo tempo, obscuras e desventuradas – que fossem contadas em algumas páginas, ou melhor, algumas frases, tão breves quanto possível; – que esses relatos não constituíssem simplesmente historietas estranhas ou patéticas, mas que de uma maneira ou de outra (porque eram queixas, denúncias, ordens ou relações) tivessem feito parte realmente da história minúscula dessas existências, de sua desgraça, de sua raiva ou de sua incerta loucura [...]. (FOUCAULT, 2003, 205-206)

O Farol, como um espaço preenchido por sujeitos que existiram realmente, mas que tiveram essa existência obscurecida e também desventurada. No entanto, o Farol sobreviveu nas tessituras das memórias depois de um processo de esquecimento e de apagamento, que se iniciará no momento de urbanização de Olivados, ocorrida por volta de 1978, no mandato do prefeito Genézio Gonçalves de Albuquerque Costa, que se iniciou em 1976 e foi até 1982.

O “Cabaré” de Joana Preta vai começar a ser efetivamente questionado, observado, mais rigorosamente na década de 1970, porque é nesse momento que vai emergir o discurso para urbanização do município e, portanto, “Que cartão de visita seria esse centro apinhado de tudo que destoa com a modernidade?” (VERAS, 1988, p. 11). O “Cabaré” não condizia com o modelo de família monogâmica e burguesa que é representado pela elite vizinha ao estabelecimento. Logo, passa a ser tido, a partir de um discurso estratégico, como lugar de

⁹⁷ Joana Francelino de Lima. Entrevista à autora em 14/08/2009.

“devassidão”, que fere a moral, os bons costumes e a religião. Vejamos como o poeta “Manoel Limão” narra o que observa:

Com a grande vaidade
aumenta a devassidão
vejo gente em plena praça
condenar a religião
viciando quem é bom
aumentando a corrupção⁹⁸

É evidente a inquietação de Manoel Limão com a decência, para que esta não macule as condutas e também os comportamentos femininos que, supostamente, poderiam vir a desenhar modelos a serem seguidos. Nessa estrofe, o cordel anuncia o que denomina o aumento da devassidão e de gente que, em plena praça, condena a religião e que vicia outras pessoas a uma corrupção. Neste momento, é possível que o poeta esteja se referindo ao Farol, pois, para Manoel, a devassidão aqui está relacionada a atos sexuais externos ao casamento que ocorrem no centro da pequena cidade, vizinho à casa do poeta, pois o “Cabaré” de Joana Preta localizava-se exatamente no centro da cidade.

Ou ainda pode-se considerar (RAGO, 1991, p. 38) que “a mulher pública, era (...) como fantasma (...), a irromper das profundezas do desconhecido corpo feminino, como possibilidade de perigo que poderia habitar a sexualidade de todas as mulheres.” Provavelmente não havia apenas o medo, receio de que os homens procurassem o prazer sexual, extraconjugal, mas que as moças tomassem mulheres como Joana Preta como referência.

Mas não foi só o poeta que expressou preocupação com o centro da cidade, também o prefeito, as autoridades e elites locais estavam incomodados com a arquitetura rústica e a efervescência sexual que o Farol provocava. Os discursos vão ser portadores de um poder simbólico e expressivo com o objetivo de consolidação de uma nova ordem que daria ares de modernidade ao município de Olivedos.

Não podemos descartar que esses discursos foram produzidos em grande parte por homens, portanto, há uma representação da masculinidade desses homens, que querem preservar aquele discurso de progresso e modernização, contudo, a partir de sua virilidade e protagonização masculina. Já dizia Albuquerque Júnior (2003, p.62), sobre o Homem

⁹⁸ ASSIS, Manoel Tomas de. **O mundo está sem dono porém o dono aparece**. Literatura de Cordel. (s/d), p. 5, verso 1.

nordestino: “um homem de costumes conservadores, rústicos, ásperos, masculinos; um macho, capaz de resgatar aquele patriarcalismo em crise; um ser viril.”

O fato de termos mulheres sendo protagonistas de um espaço público como o Farol, onde moças de classes sociais distintas frequentavam e passavam a burlar convenções e ordens, se configurava como um ataque ao patriarcalismo e, por conseguinte, à hegemonia masculina e que foi temida, não só pelo poder executivo, mas pelo poeta Manoel Limão e por aqueles homens que viam naquele espaço um rompimento da ordem do pai, embora também tenhamos tido mulheres que corroboraram com esse discurso e foram coniventes com a ordem patriarcal quando ela poderia lhes favorecer, como no caso da primeira dama do município, em 1978.

Percebe-se um “discurso arquitetônico” (VERAS, 1988, p. 6), usado para a urbanização pelas elites e políticos no momento de modernização das cidades, como representado na fala da primeira dama do município nos idos de 1978, quando diz: “já era uma casa muito detiorada, ela tava morano lá porque era no centro da cidade mas aquela casa não prestava mais.”⁹⁹ Ou seja, o fato *a priori* de ser um espaço que arquitetonicamente estava em degradação emperrava o processo de urbanização do município de Olivedos, um entrave que precisava, nesse contexto, ser resolvido:

A “cidade” instaurada pelo discurso utópico e urbanístico é definida pela possibilidade de uma tríplice operação: a produção de um espaço próprio (...), estabelecer um não-tempo ou um sistema sincrônico, para substituir as resistências inapreensíveis e teimosas das tradições (...), enfim a criação de um *sujeito universal* e anônimo que é a própria cidade. (CERTEAU, 1994, p. 172-173)

A concepção de que a urbanização requer um espaço próprio, está ligada à ideia de limpeza, higienização, de “organização racional, que deve recalcar todas as poluições físicas” (CERTEAU, 1994, p.173), ou seja, aquilo que aos olhos não representava a modernidade: seja pela efervescência sexual e/ou social, como no caso do Farol, ou simplesmente por tratar-se de um estabelecimento comandado por uma negra. Joana Preta, uma mulher negra, tida como prostituta por alguns, mãe solteira, estigmas que precisavam ser expurgados do centro da cidade, junto com o espaço que a representava, que fora demolido para evitar talvez a resistência de uma tradição e se essa cidade é tida como universal, nada dela pode destoar.

Segundo Certeau (1994, p.173), essa cidade é formada por “operações ‘especulativas’ e classificatórias, combinam-se gestão e eliminação.” Operação fácil de ser percebida, no caso de Olivedos, onde o Farol foi eliminado do centro e Joana Preta relegada à periferia do

⁹⁹ Marizete de Souto Oliveira Albuquerque. Entrevista à autora em 16/08/2009.

município, a partir de conceitos e classificações do que deveria representar o centro do lugar. Aquele espaço que não apresentava arquitetura moderna, seus frequentadores eram aquilo que Foucault chama de infames. Logo, foi expurgado diante de estratégias discursivas que apresentavam o espaço como um entrave para a formação de uma rua e seus traços, pois, segundo Doutor Lulu, “o Farol era um prédio que estava avançado do alinhamento da cidade.”¹⁰⁰ Mas compreendo que não é só o fato relacionado ao alinhamento da cidade, pois outras opções de alinhamento poderiam ser vistas, entretanto, o Farol incomodava. Ainda de acordo com Certeau, (1994, p.173-174):

A organização funcionalista, privilegiando o progresso (tempo), faz esquecer a sua condição de possibilidade, o próprio espaço, que passa a ser o não-pensado de uma tecnologia científica e política. Assim funciona a cidade-conceito, lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade.

Essa maquinaria descarta o que poderia também embelezar o centro da cidade, levando em conta o “Farol de Joana Preta” enquanto patrimônio histórico. Restaurar teria sido provavelmente uma possibilidade de aproveitamento daquele espaço, mesmo que fosse em detrimento da suposta “moral e bons costumes,” mesmo que tivessem expurgado Joana Preta dele, levando em consideração que tratava-se de um dos prédios mais antigos do município. No entanto, não posso exigir o impossível, ou mesmo querer que os políticos e demais sujeitos que participaram desse processo de demolição tivessem, na década de 1970, a consciência histórica de preservação do Patrimônio Histórico do município de Olivedos.

Segundo Doutor Lulu: “e se Olivedos preservasse a história dele devia ficar aí prá ser reconstruído, nas condições que estava, tava muito estragado, reconstruído para servir como referencial da cidade.”¹⁰¹ Referencial ou não, é um lugar de memórias importantes, que representa um pouco da cultura e costumes do lugar. Mesmo que no local hoje encontrem-se casas de comércio que não pertencem a qualquer pessoa, mas a sujeitos de condição financeira alta e/ou oriundos de famílias tidas como importantes e atreladas a determinados grupos políticos. Esse fato não impediu a produção de memórias em relação ao Farol e a Joana Preta.

Não era só o Farol e sua configuração que incomodava a elite e o poder público instituído, mas “as astúcias e combinações de poderes, sem identidade legível, sem tomadas

¹⁰⁰ Luiz José de Albuquerque Melo. Entrevista à autora em 22/06/2009.

¹⁰¹ Idem.

apreensíveis, sem transparência racional, impossível de gerir” (CERTEAU, 1994, p. 174). Apesar de ser um espaço badalado, incomodava pelo que se cogitava em torno das relações sexuais que ocorriam com os sujeitos frequentadores, desde políticos e advogados, moças e rapazes da chamada alta sociedade, que faziam questão de dizer que nunca viram ou ouviram falar sobre questões sexuais ali dentro. Ou seja, não confirmaram aquilo que as autoridades instituídas gostariam de ouvir para legitimar sua posição frente à desativação do Farol. Segundo o entrevistado Doutor Lulu:

Não tenho conhecimento de que Joana tivesse algum companheiro nem que morasse com outras mulheres que não fosse o pessoal dela, é me lembro se não me engano da menina dela que era bem pequena, mas não sei dessa história de companheiro de Joana ou de algumas pessoas morando lá com a finalidade de fazer daquilo um bordel, eu não tenho conhecimento, pode ter acontecido mas eu não tenho conhecimento.¹⁰²

Esse é um discurso muito comum em alguns frequentadores do estabelecimento que apresentam uma boa condição financeira. Ou seja, as astúcias e a não identidade com a concepção daquele espaço enquanto “Cabaré” e de Joana Preta como prostituta, dificultaram, pelo que se percebe, a configuração do local pelos representantes do poder executivo na sua estratégia discursiva frente ao processo de urbanização. Do mesmo modo, percebe-se que Joana Preta também burla esse discurso, ao ser questionada se, no seu Farol, aconteciam relações sexuais: “era a casa de mais respeito do mundo, porque eu num dava liberdade.”¹⁰³ Ela o isenta desse estigma, restando apenas o discurso estratégico oferecido por políticos e amigos de Joana Preta: “porque era desalinhado, ficava mesmo no início da rua,”¹⁰⁴ identificando esse como o motivo da desativação do Farol, na década de 1970.

Sendo assim, o Farol teve sua existência obscurecida em alguns momentos pelo choque com os poderes instituídos, a partir de discursos estratégicos de construção de uma memória que o representa enquanto espaço de desvio, de infâmia e, portanto, que destoava do modelo de cidade moderna, construído em Olivedos a partir da década de 1970. No entanto, nem o preconceito nem a desativação do Farol o fizeram ser esquecido, pois povoa a memória e o imaginário de pessoas em Olivedos, ao ponto de virar um bordão para se referir aos afazeres domésticos (situação já narrada na introdução), em pleno século XXI.

Nesse sentido, conheceremos, no próximo capítulo, como se deu a desativação do Farol em detrimento do processo de urbanização de Olivedos-PB e suas tramas políticas

¹⁰² Luiz José de Albuquerque Melo. Entrevista à autora em 22/06/2009.

¹⁰³ Joana Francelino de Lima. Entrevista à autora em 14/08/2009.

¹⁰⁴ Geraldo Borges. Entrevista à autora em 14/08/2009.

utilizadas como estratégia para produzir um discurso que pudesse ser eficaz na justificativa de marginalização do Farol e do deslocamento de Joana Preta para a periferia da cidade.

CAPÍTULO IV

AS TESSITURAS DE UM FIM: A DESATIVAÇÃO DO FAROL

Todas essas coisas que compõem o comum, o detalhe sem importância, a obscuridade, os dias sem glória, a vida comum, podem e devem ser ditas, ou melhor, escritas. Elas se tornaram descritíveis e passíveis de transcrição, na própria medida em que foram atravessadas pelos mecanismos de um poder político. (FOUCAULT, 1977, p. 216)

Neste capítulo, discutirei a desativação do Farol de “Joana Preta,” a partir de seus embates com o prefeito de Olivedos e a intermediação de um advogado que possivelmente negociou com ambas as partes na desativação do espaço, no momento de urbanização do município. As histórias que se seguem e compõem a tessitura do fim do Farol só foram possíveis através do momento que o espaço foi atravessado pelo poder político emblemático pelo prefeito da cidade, entre os anos de 1978 e 1979.

Faz-se necessário uma rápida historicização do município de Olivedos que, de acordo com registros históricos, teve sua origem em 1722, quando foi implantada a fazenda São Francisco, por Antonio Francisco da Costa. Duas casas existiam na propriedade, sendo uma na sede e outra no local chamado Curralinho. No mesmo ano foi demarcada a fazenda São Francisco, pelo bandeirante Teodósio de Oliveira Lêdo, que residiu por alguns anos disseminando a colonização do território São Francisco, requerido da sesmaria do padre Sebastião da Costa. Teodósio foi capitão mor e bandeirante português a serviço da Casa da Torre, na Bahia. O patrimônio para construção da capela, em honra a São Francisco, foi doado por Antonio Francisco da Costa, em 1763, quando foi iniciada a construção do cemitério local, considerado por alguns moradores e historiadores como um dos cemitérios mais antigos do Cariri. Em volta do simples templo foram construídas novas residências por pessoas que chegaram ao local, atraídas pela fertilidade do solo, nascendo, nesse momento, o povoado que originou Olivedos.

O primeiro nome atribuído ao lugar foi São Francisco, quando ainda era distrito de Soledade, mais tarde recebeu o nome de Olivedos, em 1948, através do Decreto-Lei de nº 520, de 31-12-1943, em homenagem ao sertanista Teodósio de Oliveira Ledo (DINIZ, 2007, p. 2). Parte da população não dispõe de conhecimento histórico a respeito do sertanista, assim como os políticos que, por ventura, aprovaram o decreto. Só muito recentemente, jovens estudiosos do local têm problematizado e questionado tal homenagem, historicizando e tentando apresentar para a sociedade as possíveis versões sobre Teodósio.

O distrito de São Francisco pertencia à Soledade-PB e só conseguiu emancipação política em dezembro de 1961, durante o governo estadual de Pedro Moreno Gondim. Depois da emancipação já se sucederam 13 mandatos políticos. No entanto, é o quinto governo do município que nos interessa em especial. Porque é nesse governo que se inicia o processo de urbanização de Olivedos. O prefeito, senhor Genézio Gonçalves de Albuquerque Costa, eleito pela ARENA, governa pela primeira vez o município, tendo ganho as eleições de 1976, esse governo segue até 1982. Opta por marcar seu mandato pelas grandes obras urbanas, que daria contorno e sensação de progresso ao município, no segundo ano do seu mandato, o ano de 1978.

4.1 A urbanização de Olivedos-PB e suas tramas políticas

Para dar ares de modernidade a Olivedos, eram os símbolos que interessavam àqueles que representavam um modelo de urbanização que veio da Europa e foi reproduzido, guardadas as devidas proporções, no Rio de Janeiro, por Pereira Passos, e em Campina Grande, por Vergniaud Wanderley. Em Olivedos, tratando-se de um município de pequeno porte, não era mesmo o “ritmo social” (ARANHA, 2001, p. 254) que iria lhe trazer os indícios dessa modernidade, mas alguns signos.

Segundo Aranha (2001, p. 260), não se pode comparar cidades europeias com a Paraíba no processo de urbanização e suposta modernização no século XX, pois nessa região alguns “equipamentos urbanos” é que vão se configurar enquanto uma experiência urbana moderna. Aranha estava a falar da chegada do trem e outros signos da modernidade na Paraíba no início do século XX, mas eu falo aqui do processo de urbanização de Olivedos já na segunda metade do século XX. Compreendo que a modernidade em Olivedos apesar de não seguir nem de longe os passos das grandes metrópoles europeias passou pelo choque versado por Baudelaire (ARANHA, 2001, p. 251), em relação às transformações ocorridas nas cidades e o estranhamento das pessoas em relação a essas transformações que afetaram diretamente suas práticas cotidianas segregando indivíduos e estabelecimentos que não foram tolerados no centro do Município de Olivedos.

A arquitetura do lugar em grande parte era neoclássica, especialmente dos casarões onde se cogita ter morado Teodósio de Oliveira Ledo ou a capela de São Sebastião e alguns pequenos casarios que foram desregradamente destruídos para, no lugar, serem construídas casas e/ou comércios sem o menor cuidado com a questão arquitetônica e/ou histórica. Não houve sequer a opinião de engenheiros, arquitetos ou restauradores, tudo foi feito da forma

mais arbitrária possível. Fato que ainda hoje continua ocorrendo no lugar, pois o referido casarão onde teria morado Teodósio está hoje em estado de deterioração, entre contradições de discursos por parte das pessoas que fazem o poder público e de alguns moradores que dizem ter outro problema que é a pertença do lugar a inúmeros herdeiros. O fato é que o casarão está caindo com a ação do vento, das chuvas e demais intempéries naturais. Outras casas que existiam no município, as pessoas estão reformando sem o menor cuidado ou conhecimento de o quanto poderiam representar histórias do lugar a partir do patrimônio cultural que estava ali configurado.

É interessante salientar que, nas cidades de pequeno porte, o que acaba sendo legitimado é um direito que eu comparo aqui ao *direito consuetudinário*,¹⁰⁵ advindo da Idade Média. Não é por escrito, às vezes nem o judiciário quer se envolver, é apenas a palavra que conta, mas não aquela dita por todos, mas por alguém que detém autoridade para isso, que ocupa um lugar de *status*, seja pelo sobrenome familiar, pela posição político-partidária ou pela formação acadêmica aliada ao *status* financeiro. A esses sujeitos são conferidos foros de legitimidade e autoridade ao que dizem.

Sendo assim, a urbanização de Olivedos aconteceu envolvida em tramas políticas e relações de poder que se expressou através de uma multiplicidade de discursos e estratégias utilizadas por determinados grupos, no intuito de produzir uma verdade sobre o urbano e assim garantir eficácia e legitimidade. Um exemplo disso é a troca dos nomes das ruas, como forma de controle sobre o espaço, onde os sujeitos ordinários já haviam nomeado, no intuito de, simbolicamente, serem representados, porém o poder público, no intuito de apagar, de soterrar essa memória, coloca, nesses logradouros, nomes de supostos heróis que lhes representem ou que representem uma memória supostamente oficial, uma vez que a rua em que se localizava o Farol recebeu o nome de Rua Largo Teodósio de Oliveira Ledo.

É, então, com Genézio Gonçalves de Albuquerque Costa, filho de agricultores de Olivedos, nascido em 1936, estando com pouco mais de 42 anos de idade, que, ao assumir seu primeiro mandato, se iniciou o processo de urbanização de Olivedos, trazendo-lhe os primeiros ares da chamada modernidade, através da introspecção dos principais símbolos na organização do espaço e de seus ocupantes, imbuindo ainda o lugar de absorção desses símbolos que representam a modernidade. Longe de ser um Pereira Passos, com suas singularidades, Genézio, que tem apenas o fundamental incompleto, não tinha uma visão intelectual ou estruturada sobre o progresso, mas adentrou a mentalidade que já havia chegado

¹⁰⁵ Fundado nos costumes. Do latim *Consuetudinarius*. (CUNHA, 1994, p. 210)

à Paraíba, em especial com a urbanização de Campina Grande, que ocorreu por volta da década de 1930 e 1940. (SOUSA, 2006, p.187)

A concepção de modernidade aqui não está relacionada com a configuração das grandes metrópoles ou das multidões como assinalou Baudelaire e outros autores que problematizaram ou criaram algumas definições de modernidade, (ARANHA, 2001, 250). Aranha (2001) ao operar com o conceito de modernidade o relaciona com o advento de novidades que transformaram o espaço urbano através de invenções técnicas que representam a modernidade na Paraíba. A modernidade em Olivedos também se configura na mesma perspectiva embora, não através do trem, mas do calçamento e outros signos que imprimiram outro ritmo a cidade de Olivedos. Segundo Aranha (2001, p.254) “trata-se de considerar que a ideia de modernidade, no espaço regional em apreço [nesse caso em Olivedos], se configura menos por cenários urbanos marcados pela agitação frenética no cotidiano das ruas em seu “rush” característico, e mais por uma outra novidade.” No caso de Olivedos não foi só o calçamento, mas o traço de alinhamento estabelecido para as ruas, a segregação de sujeitos históricos marginalizados como foi o caso de Joana Preta, bem como a configuração do centro e da periferia do Município.

O primeiro plano do prefeito foi trazer o calçamento, todavia, para calçar as ruas, era preciso adequar alguns moradores ao projeto de cidade planejada. Foram estabelecidos traços para a cidade e para organizar esses traços era preciso modificar a estrutura das ruas, retirando alguns moradores do seu espaço, foi o que aconteceu com o “Farol de Joana Preta.” Houve aqui uma produção discursiva sobre pretexto de alinhamento de rua, em detrimento da retirada do “Farol de Joana Preta” do centro da cidade. O que de fato estava engendrado aqui era “a preocupação com a moralidade pública” (RAGO, 1991, p. 19), uma vez que o Farol era considerado um “prostíbulo” por grande parte da população do local.

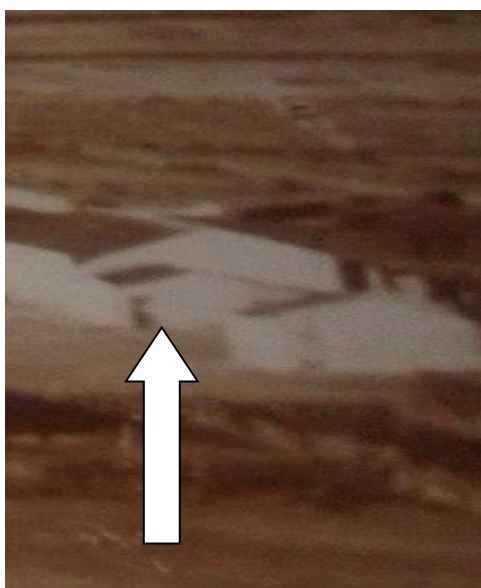
Foi então que Genézio e Marizete, para darem prosseguimento a seus planos de urbanização, entraram em contato com Joana Preta e, segundo Marizete, quando foi dado início ao plano, já começaram a construir uma casa para Joana Preta: “Já sim não podia deixar ela no meio da rua.”¹⁰⁶ De acordo com a primeira dama, eles podiam fazer isso, porém Joana Preta não compreendia que o prefeito tivesse esse poder e, portanto, não aceitava: “sim, ela não aceitava muito não, ela não aceitava muito como ela falou com Doutor Lulu, acho que Doutor Lulu aconselhou ela e ela depois de aconselhada saiu na boa.”¹⁰⁷ Conforme Marizete, o advogado Doutor Lulu conseguiu intermediar a situação, fazendo Joana Preta compreender

¹⁰⁶ Marizete de Souto Oliveira Albuquerque. Entrevista à autora em 16/08/2009.

¹⁰⁷ Idem.

que o prefeito podia realizar a tal desapropriação, pois se ela não aceitasse poderiam ocorrer trâmites por meio da justiça.

De acordo com Marizete, não existe nenhum registro dessa desapropriação, bem como, também, não há nenhum registro, na prefeitura, da existência do Farol, uma vez que, “na época ninguém pagava IPTU, quando veio o IPTU foi no meio da primeira gestão.”¹⁰⁸ As pessoas não se preocupavam e nem a prefeitura em fazer registros, ou pelo menos não era uma prática até aquele momento, nem a cobrança do IPTU, nem mesmo o fornecimento de Alvarás de funcionamento de estabelecimentos. Sendo assim, o que consegui foi uma fotografia, que foi transformada em quadro, e que está na casa do ex-prefeito Genézio. Essa fotografia é de uma vista panorâmica da cidade de Olivedos, mas é possível perceber num recanto, o Farol, identificação que só é feita por aqueles que conheceram Olivedos nos idos de 1970. Não é possível que qualquer pessoa, apenas pela visualização, encontre o Farol, mas é o penúltimo estabelecimento que se encontra do lado direito da foto. Na segunda foto, após um recorte, evidencia-se melhor onde se localizava o Farol.



109

¹⁰⁸ Idem

¹⁰⁹ Fonte: Quadro de Genézio Gonçalves de Albuquerque.

Essa foto foi tirada na década de 1950, por alguém que sobrevoava Olivedos, estando hoje exposta na sala de visita do ex-prefeito Genézio. Dessa forma, fica mais fácil perceber que Olivedos era apenas um aglomerado de casas deslocadas e que, deste modo, o alinhamento da cidade poderia ocorrer em qualquer espaço, não necessariamente onde se localizava o estabelecimento de Joana Preta. Não havia definições de ruas ainda, é a partir da urbanização que elas são desenhadas. As transformações urbanas vão ocorrer a partir de então, com o calçamento das ruas e a criação de novos bairros, como o caso do bairro periférico de Princesa Isabel, para onde Joana Preta foi deslocada, logo após a desativação do Farol.

É preciso salientar que houve eficácia na construção da memória histórica sobre a necessidade de desativação do Farol, pois todos os entrevistados disseram que o Farol foi desativado porque não estava acompanhando o alinhamento da rua. Mas, se está desalinhado é porque se estabeleceu um alinhamento estratégico, que poderia ser outro, mas que não foi. E mesmo que se mantivesse o alinhamento que destruísse o Farol, por que então não foi dada uma casa a Joana também no centro da cidade? É interessante salientar que:

toda e qualquer novidade acerca da aquisição de símbolos modernos que vinham do estrangeiro era considerado pela população das cidades (...) na Paraíba que fosse de pequeno ou médio porte, como uma conquista material e simbólica do “moderno”, ou seja, aquela cidade estaria na rota do mundo civilizado. (NASCIMENTO, 2008, p. 20)

Vai se desenrolando um jogo de poder envolvido em tramas de um discurso que funcionou, pautando-se na explicação geográfica, na organização do espaço físico. Como sugere Foucault, “o poder não é algo que hierarquiza, mas que se articula nos espaços” (FOUCAULT, 1997, p. 132). Assim, para além da justificativa geográfica, há o fascínio pela ideia do moderno que ganha corpo.

Nesse caso, é interessante ressaltar que a imagem elaborada de cidade harmoniosa e sem conflitos, diante de um suposto processo de urbanização, é extremamente desconstruída no caso de Olivedos, pois houve sim conflitos, em especial entre o prefeito Genézio e a dona do Farol, Joana Preta, que resistiu ao processo de calçamento das ruas, mas que não teve alternativas e foi forçada a deixar o local. Genézio de forma ditatorial interferiu no cotidiano das pessoas em Olivedos quando os forçou a abandonar suas práticas culturais e sua própria vivência, numa articulação do poder que envolveu a maior parte da população do local.

Assim, a urbanização acontece e casas ou comércios, no centro da cidade, como o Farol de Joana Preta, acabam sendo deslocados para locais afastados, já que era preciso fazer o alinhamento da rua e como o centro é considerado “cartão de visita” (VÉRAS, 1988, p. 11), não poderia este destoar do projeto de modernização urbana. É então que Joana Preta é obrigada a sair do Farol e morar numa casa obtida através de uma indenização paga pela prefeitura, mas não mais no centro da cidade, fora, escanteada para a periferia do município, onde ainda hoje reside, no bairro chamado de Princesa Isabel, mas que tem o apelido de Berra Bode. O nome do bairro foi criado por volta de 1978, através do pedido do vereador José Pereira da Costa, hoje Secretário Municipal de Educação. Parece um nome bastante sugestivo, se pensarmos na Princesa redentora, libertadora dos escravos, pois o bairro conta com uma população de predominância negra.

Para além dos diferentes estilos e usos, a prática do espaço pode provocar o desvio do literal, desvio do sistema. O planejamento urbanístico da cidade prevê para os pedestres um caminho a ser seguido, um obstáculo na calçada a ser desviado e outras marcas definidoras do caminhar. O pedestre pode, no entanto, desobedecer, andar por cima do obstáculo e fazer atalhos. A cidade impensada, assim, floresce. Essa cidade seguiu a domesticação das práticas sexuais, nem sempre de forma explícita, produções discursivas sutis (ou não) pretendiam “confinar as prostitutas dentro de espaços especiais (...), marginalizados (...), localizados em bairros distantes das escolas, das igrejas, dos internatos e dos bairros residenciais”, como ocorreu com Joana Preta. Porém, há, aqui, uma especificidade: Joana Preta teve sua casa desapropriada, e daí deu-se o fim do Farol, pois a casa doada pela prefeitura era bem pequena e sem possibilidades de se engendrar como estabelecimento comercial (CERTEAU, 2000, p. 59).

4.2 A desativação do Farol como ato de “moralidade pública”

A preocupação com o sexo está no universo cultural e moral de muitos, senão de todos. É uma moral imperativa, mas não no sentido de negatividade, de repressão, de interdito da sexualidade feminina. É imperativa por problematizar a sexualidade feminina, como sexualidade dominada. (ADORNO apud RAGO, 1991, p. 18)

A desativação do Farol aconteceu aliada a discursos que apresentavam o Farol como empecilho para a estruturação de um ponto estabelecido para a marcação de uma rua. No entanto, a década de 1970 é marcada, em Olivedos, por um momento de emancipação

feminina já discutida anteriormente, assim sendo, parte da população de Olivedos não admitia a possibilidade de que a sexualidade feminina não fosse dominada. Criou-se, assim, um discurso moralista de representação dessa emancipação que era vista por alguns como “devassidão.”

O exemplo mais representativo desse discurso encontra-se numa produção de cordel do, já citado aqui, poeta “Manoel Limão,” quando, de forma negativa, apresenta, com certo incômodo, as transformações em volta da concepção de virgindade e da emancipação feminina em Olivedos, representadas possivelmente por mulheres como Joana Preta, de quem Manoel era vizinho:

A perdição das donzelas
Rasgando o seu alvo véu
Nessa era de setenta
Choverá fogo do céu
Pois Deus não suporta mais
Tem que chorar quem for réu¹¹⁰

O poeta fala de virgindade, mais especificamente se refere ao fato de que as mulheres do local não estavam mais se “resguardando” para o casamento, que, no entendimento dele, deveria elencar a virgindade da mulher como algo sagrado, do contrário, tratava-se de obra do “diabo,” pois as mulheres eram praticamente obrigadas a ostentar e aspirar valores ligados especialmente à “castidade e pureza.” Nessa perspectiva, corroborando com Priore:

o amor conjugal era feito de procriação. Apenas. Nada de paixões infecundas, de amores romanescos, de sentimentos fora do controle. A prole legítima era o único projeto saudável. Seu cuidado, a única meta “(...) as moças naquele tempo, eram educadas para casar e ser dona-de-casa... educar os filhos muito bem era responsabilidade das mulheres”. (PRIORE, 2006, p. 252-253)

Nesse sentido, o desvinculamento das mulheres de uma moral cristã incomoda o poeta, que atribui, de forma maniqueísta, a suposta transgressão a “Satanás,” lembrando que, no cordel, há uma escrita que é “tecida por fios de medo (...), engendrado pela luta constante entre Deus e o Diabo” (CIPRIANO, 2008, p. 172), essa escrita apontada por Cipriano está muito presente no cordel de Manoel. É tácito que há intrínseco, ao poema, uma preocupação com a “família,” visto que a concepção de casamento está totalmente imbuída, diante da

¹¹⁰ ASSIS, Manoel Tomas de. **O mundo está sem dono porém o dono aparece.** Literatura de Cordel. (s/d), p. 8, verso 02.

sociedade em questão, nos laços familiares, que se legitimam ou não diante das práticas sexuais.

Passa cada mulher forte
só turca de saragoça
faz um vestido bem curto
mostrando a perna bem grossa
passa o malandro safado
grita: – A era agora é nossa¹¹¹

A mulher da saia curta
que quando roda fica nua
a desgraça pelo samba
em toda parte continua
já desgraçaram a terra
vão se mudar para lua¹¹²

Pois além da mini-saia
veio mais o cintura baixa
esse saiu do inferno
pois é lá onde se acha
a mulher de roupa curta
anda aí, como bolacha¹¹³

Essas mulheres, observadas por Manoel, transpõem a linha demarcatória da moralidade, visto que suas atitudes, de vestirem roupas mais curtas ou não objetivarem um casamento monogâmico e ainda a castidade para o matrimônio, parecem ferir a tradição e os “bons costumes” da população de Olivedos na década de 1970. Por estes motivos, o poeta investiu num discurso inscrito em valores conservadores ainda bem vivos, em defesa da suposta ordem e da decência, discurso que se une ao que é proferido diante do processo de urbanização de Olivedos:

As mudanças que o novo século e a “vida moderna” impunha causaram, por sua vez, reações. Uma sólida barreira feita de opiniões (...) reagia a tudo que pudesse ferir as instituições básicas da sociedade, sobretudo a imagem da família e do casamento. Não havia felicidade possível fora deles. (PRIORE, 2006, p. 266)

No entanto não se trata de uma disciplina exercida de fora para dentro, mas muitas vezes presente num olhar voltado sobre si mesmo, quando o indivíduo passa a se vigiar e se autopoliciar.

¹¹¹ ASSIS, Manoel Tomas de. **O mundo está sem dono porém o dono aparece**. Literatura de Cordel. (s/d), p. 2. Verso 04.

¹¹² Ibidem. p. 7. Verso 02.

¹¹³ Ibidem. p. 8. Verso 03.

Um dança lá na sala
 outro fora no escuro
 namora com cabra ruim
 sujeitinho sem futuro
 a devassidão é tanta
 que eu estou vendo não censura¹¹⁴

Essa estrofe faz menção ao namoro no escuro, metáfora para pensar que no estabelecimento, conhecido como “Cabaré ou Farol de Joana Preta,” o “namoro” era escondido, era no escurinho dos quartos reservados.

Não se pode negar que o poema representa “discursos masculinos e normativos (...), que designam o lugar da mulher na sociedade e constroem sua identidade” (RAGO, 1985, p. 75), tida de maneira essencialista, unívoca, pois a mulher que não se enquadrar nas normas do discurso masculino será estigmatizada enquanto anormal.

Nesse sentido, o discurso do poeta é moralista e ainda oficializado e divulgado num folheto de cordel, junto ao discurso religioso mais o do poder público, dão foros de verdade tenaz ao que se é dito, que, por vezes, é considerado natural, normal. Ora, o poeta se utiliza da doutrina cristã, do poder público e da literatura não de forma inocente, mas interessada em legitimar sua narrativa, não sei se posso exigir dele uma outra concepção de mundo, de cultura na década de 1970, quando ele fazia parte de uma sociedade também moralista e por isso reproduzia valores imbricados no seu tempo e no seu espaço de vivência.

A sociedade olivedense estava imbuída de valores patriarcais muito fortes em que, nesse momento, a mulher era símbolo de fragilidade e estava forjada, como diria Rago (1985, p. 62), “uma representação simbólica da mulher, a esposa – mãe – dona de casa, afetiva, mas assexuada”, o que acaba por tornar-se um modelo que seria normativo para as mulheres, já que transgredir esses valores é ferir uma moral.

Ao discurso de Manoel une-se o discurso da primeira dama, que vai configurar o Farol também como atraso, agora não só por suas práticas, mas, igualmente, por sua arquitetura. Vale salientar que a entrevistada fala em nome do prefeito, uma vez que, ao questionar o prefeito sobre os trâmites de desativação do Farol, sua esposa protagoniza a resposta, evitando que Genézio fale sobre tal situação:

¹¹⁴ ASSIS, Manoel Tomas de. **O mundo está sem dono porém o dono aparece.** Literatura de Cordel. (s/d), p. 7, verso 05

Porque ele tava tomando a rua, ele num era!!!!, ele num era no alinhamento, era fora do alinhamento e também já era uma casa muito detiorada, ela tava morando lá porque era no centro da cidade e mais aquela casa não prestava mais então a Prefeitura fez uma casa pra ela e a gente fez a transferência e derrubou pra butar a rua no alinhamento.¹¹⁵

No entanto, apesar desse argumento ser sustentado na maioria das vezes, é interessante perceber as contradições na fala de Marizete. Quando questionada sobre as práticas concernentes ao Farol, a referida entrevistada responde: “O Farol, ela vendia cocada, bolo e quando chegava uma pessoa que ela gostava, ela dormia com essa pessoa [risos].”¹¹⁶ Com um tom de ironia, percebe-se que havia, além ou além do alinhamento da rua, algo que poderia incomodar: a efervescência sexual no Farol ou, mais precisamente, na vida de Joana Preta, corroborando, pois, com o discurso de Manoel Limão. Joana Preta resistiu, não aceitou de imediato, e parece ainda não ter digerido aquele episódio. Ao ser avisada que deveria se retirar do local, ela procurou o prefeito para conversar, e nos narra o encontro:

Tú chegou do Oi d’água Genézio, aflagelado, eu vendia cocada, bolo e tudo, vendia troço, tu era pobe de esmola e hoje tu tais rico vai tim chegar. Ele disse que derrubava por cima de mim se eu não saísse. Marizete disse: tu é doido Genézio, tu qué deixar Joana no olho da rua? Num pode não.¹¹⁷

O prefeito estava interessado em colocar em prática seu projeto, não se preocupando com toda a questão econômica, cultural e histórica do Farol e muito menos com a questão humana, a vida de Joana Preta. Ela narra que lembrou ao prefeito suas origens humildes, mas que ele foi arredio e reiterou que, se ela não saísse, poderia derrubar o Farol com ela dentro. No entanto, Joana Preta diz que a primeira dama alertou o prefeito de que aquilo não poderia ser feito. Cabe aqui uma ressalva: o governo do prefeito Genézio foi marcado por uma especificidade: semianalfabeto que é, quem cuidava e entendia das questões burocráticas era a primeira dama. Numa segunda entrevista, Joana Preta narra que:

Genézio zangou-se e ele disse a eu quera pa desoculpá, sabe! Prefeito ficô rico! Eu disse: o senhor é home, se derrubar isso aqui. Daqui eu num sai, daqui ninguém me tira! Ele tava com raiva porque eu num tinha votado nele, tinha votado em Deusdedit.¹¹⁸

¹¹⁵ Marizete de Souto Oliveira Albuquerque. Entrevista à autora e em 16/08/2009.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Joana Francelino de Lima. Entrevista à autora em 14/08/2009.

¹¹⁸ Joana Francelino de Lima. Entrevista à autora em 14/08/2009.

Desse modo, é mencionado outro motivo que levaria o prefeito a desapropriar Joana Preta ainda com mais veemência: trata-se de uma perseguição política. É perceptível que, de início, Genézio estava bastante agressivo em relação a fazer com que Joana Preta cumprisse sua determinação, o que fará com que outras pessoas sejam envolvidas no caso, como cita Selma, filha de Joana Preta:

O prefeito era Genézio e ele queria botar a gente prá fora, no olho da rua no primeiro mandato. Doutor Lulu mandou um telegrama dizendo que tinha que dá de 60 a 90 dias. Ele queria fazer uma avenida e o Farol incomodava, ficava no meio da rua, uma avenida perfeita com calçamento e o Farol não podia ficar ali. A gente não perdeu de tudo por causa de Doutor Lulu. (...) Não era certo: o Farol era badalado, vendia cachaça. Genézio ainda mandou derrubar com a gente dentro, derrubar aquilo com a gente dentro. Minha mãe teve um passado muito triste, tu entende? (...) Minha mãe sofreu muito, teve que fazer de tudo para sobreviver quando fechou o Farol, limpar mato.¹¹⁹

A recusa de Joana Preta em sair do estabelecimento levou o prefeito a um ato um tanto mais violento: “mandou derrubar com a gente dentro.”¹²⁰ Ao mesmo tempo em que é destacada a autoridade da qual o prefeito se constitui, na fala de Selma ela também faz questão de destacar o quanto sua mãe sofreu e teve que trabalhar, depois que foi retirada do Farol.

Doutor Lulu, segundo Selma, interferiu, impedindo que Joana Preta perdesse de tudo. Na sua narrativa, o advogado diz que se envolveu na situação por questão de humanidade:

Não houve nada escrito, até porque Genézio temia muito que eu tomasse uma posição que viesse honerar mais o município, então o que ocorre, o que ocorreu foi o seguinte: o Farol era um prédio que estava avançado do alinhamento da cidade (...), o Farol era justamente ali entre a casa de Claudiana e o armazém que Vilá fez na esquina. Sendo que, ele era avançado do alinhamento da cidade, ele avançava do alinhamento da cidade cerca de 2 ou 3 metros e lá morava Joana (...). Então Genézio quando veio com o calçamento, ele disse a Joana que ia tirar Joana de lá, ia derrubar o prédio pra poder fazer o alinhamento da rua. Daí começou uma querela. Joana, coitada, sem condição nenhuma, aí recorreu a mim. Daí eu fui e disse a Genézio: Genézio você prá tirar Joana dali, você tem que arrumar uma casa idêntica, pelo menos condigna prá Joana morar, porque é evidente que Joana não tem nada de documento do prédio, mas ela é a posseira, ela está na posse do imóvel, se ela está na posse do imóvel presume-se que esse imóvel é dela, então até por uma questão de humanidade você não pode derrubar esse prédio. Isso eu acho que disse a Marizete não foi bem a Genézio. Não pode derrubar esse prédio e deixar Joana na rua, até porque esse próprio prédio se não fosse esse alinhamento e se Olivedos preservasse a história dele devia ficar prá ser reconstruído (...), reconstruído para servir como referencial da cidade.¹²¹

¹¹⁹ Maria Selma de Lima Santos. Entrevista à autora em 01/08/2009.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Luiz José de Albuquerque Melo. Entrevista à autora em 22/06/2009.

Na fala de Doutor Lulu, aparece uma preocupação latente com a questão histórica do local, o que seria uma preocupação um tanto recente, mas não presente para aquele momento, já que ele interferiu, indiretamente, para que, segundo as normas jurídicas, tudo fosse resolvido em acordo. Dessa forma, ele acabou por legitimar o processo de urbanização do município, mesmo que tenha lutado para que Joana Preta não fosse totalmente injustiçada.

O advogado acaba funcionando como facilitador para o processo de urbanização, favorecendo, nesse momento a prefeitura. Mesmo assim, acaba ajudando Joana Preta a não ficar totalmente desamparada, solicitando, da prefeitura, um acordo que beneficiasse Joana Preta, evitando o encontro dela com o poder judiciário de forma mais direta.

Embora em nenhum momento ele questione que o alinhamento da cidade pudesse elencar outro ponto e não aquele o qual se localizava o Farol, o advogado evoca autoridade pela posição, inclusive para intimidar a prefeitura. Ele até faz menção de que o prédio deveria ser conservado, pois era parte da história do município. No entanto, é uma fala de Doutor Lulu hoje, que não representa a mesma percepção no passado.

Joana Preta se retirou do Farol, segundo alguns, por envolvimento de Doutor Lulu enquanto advogado, foi então que ela comprou uma casa: “A sorte foi Doutor Lulu, a gente não perdeu de tudo e ele deu uma indenização e ela comprou uma casinha de talpa (taipa).”¹²² Contudo, nesse momento, não havia a preocupação com documentos escritos e, por isso, não houve processo legal, tudo foi resolvido através da conversa. Como afirma Doutor Lulu:

Eles aceitaram de imediato, eles aceitaram até porque eles sabiam que eu ia buscar na justiça isso, embora nós fôssemos correligionários, eles conhecem muito bem o meu fundo humanitário e sabiam que eu ia na justiça buscar o direito de Joana, então eles não titubiam e nem conversaram muito, simplesmente pegaram, deram a casa a Joana. A conversa foi muito pouca, eu não me lembro se conversei muito ou apenas dei um toque a eles e eles imediatamente tomaram essa posição e concertaram essa parte de deixar Joana abrigada.¹²³

Segundo o advogado, nem prefeito nem primeira dama se negaram a abrigar Joana Preta, por medo de uma posição do advogado na época. Joana Preta, questionada sobre o envolvimento do advogado no caso, nega ter havido qualquer ajuda por parte de quem quer que seja: “nunca teve nada com Doutor Lulu, eu fui lá e enfrentei.”¹²⁴ No entanto, Marizete, primeira dama do momento, diz o seguinte:

¹²² Maria Selma de Lima Santos. Entrevista à autora em 01/08/2009.

¹²³ Luiz José de Albuquerque Melo. Entrevista à autora em 22/06/2009.

¹²⁴ Joana Francelino de Lima. Entrevista à autora em 14/08/2009.

Não, não, não, porque desde o momento que a gente queria tirar ela, sabia que ela não podia ficar na rua e a gente foi logo pra construir a casa dela, foi como uma desapropriação, mas ela não estava entendendo, ela achava que o prefeito não podia fazer isso. Em conversa com Doutor Lulu esclareceu a ela, e nessa época Doutor Lulu era um advogado muito respeitado aqui em Olivedos. O povo achava, nesse tempo não tinha advogado, muito advogado por aqui, só tinha ele mesmo, o povo respeitava muito e achava que o que ele dizia tava certo. Não foi bem a intermédio da prefeitura, foi cidade pequena que todo mundo sabe de conversa, então ele soube que ela não tava querendo e ele foi conversar com ela, pra prefeitura não entrar na justiça, ela fizesse um acordo e deu tudo certo.¹²⁵

A primeira dama nega que tenham, em algum momento, tentado desapropriá-la sem alojá-la num outro espaço. Quanto à presença do advogado, Marizete fala com ironia e retrata que não houve o envolvimento do advogado com a prefeitura, mas sim com Joana Preta, que favoreceu a prefeitura. O envolvimento de Doutor Lulu teria se dado para convencer Joana Preta de que o que o prefeito Genézio queria fazer não só era possível, como independia de sua vontade, por isso ela precisava firmar um acordo.

Na fala de Marizete há um tom de superioridade em função de uma posição exercida (primeira dama), ou seja, pessoas que acreditam estar num lugar de poder considerado superior e, por isso, sentem-se no direito de autorizar, considerando que o lugar de Joana Preta resistente ou passiva não era visto com autoridade.

Assim, é preciso compreender que Joana Preta, que era tida como prostituta, não era considerada enquanto criminosa, mas pecadora e ainda era vista como pessoa de nível social inferior, vivendo à margem da sociedade. Como aconteceu em vários lugares do mundo (ROBERTS, 1998), as prostitutas foram levadas à periferia e, com Joana Preta, não foi diferente, mesmo que ela não tenha prolongado em sua nova casa as atribuições do Farol. Daí, percebo que prostituição, em Olivedos, apareceu associada a algo que simboliza o impuro, visão legitimada, no município, pela Igreja Católica, pelo poder público, que estabeleceram um discurso de autoridade sobre o assunto. Seria uma tentativa de esconder o que não sabemos ou não queremos compreender: as práticas da sexualidade, a relação homem/mulher para além do matrimônio.

Joana Preta é tratada como transgressora de uma moral ou dos bons costumes, embora em Olivedos esse discurso não esteja aberto, mas é ratificado com a posição religiosa em proibir que pessoas consideradas impuras entrassem na igreja, ou exigisse que passassem por um processo de confissão, ou seja, arrependimento de suas práticas, para ser absorvida de algo que é tido como pecaminoso.

¹²⁵ Marizete de Souto Oliveira Albuquerque. Entrevista à autora e em 16/08/2009.

4.3 O que restou? Retalhos e fissuras nas memórias do Farol

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. (...) A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. (BOSI, 1983, p. 17)

Pensando como Bosi, vamos tecer os fios do que restou do Farol. Quais os retalhos do Farol e de Joana Preta, a partir de tudo o que foi discutido? Como se encontra hoje o local onde se localizava o Farol, quais as subjetividades assumidas por Joana Preta hoje?

Parte do espaço onde se localizava o Farol é ocupado atualmente por uma loja de material de construção, sofisticada para os padrões do município, e ainda tem o nome da rua fixado na loja: Rua Largo Teodósio de Oliveira Ledo.



126

Fonte: DINIZ, Rozeane Porto, 2015.

O nome da rua foi colocado no intuito de fazer uma homenagem a Teodósio, pois, segundo a maioria da população do local, ele foi o grande fundador do município e, portanto, merece as honrarias. Olivedos é considerada como terra, propriedade, dos Oliveira Lêdo. Há, embora, quem discorde dessa posição diante da figura de Teodósio. Um exemplo de alguém

¹²⁶ Foto atual do estabelecimento comercial que encontra-se em parte do local onde se localizava o Farol

que discorda é o Doutor Lulu, pois ele sugere que o primeiro nome dado ao lugar – São Francisco –, quando ainda era distrito, volte a nominá-lo:

Não me conformo de que o lugar tenha este nome, não simpatizava com este nome, historicamente não tem nada a ver com o lugar, preferia o antigo nome que era São Francisco. O nome de Olivedos foi dado em homenagem a Teodósio de Oliveira Ledo, uma vez que a maior parte da população do local o considera como um desbravador, fundador importante do lugar.¹²⁷

Percebendo de que forma se deu a construção moderna da cidade de Olivedos, se torna inquietante um fator: Joana Preta, tanto quanto Teodósio, participaram da história do município, porém esta só é lembrada enquanto ex-dona de “Cabaré,” “ex-mulher da vida” ou como Joana Preta confessa da vida tida como devassa. Considerada dessa forma, não se percebe ou não se admite sua contribuição para a construção histórica não só da rua onde se localizava o Farol, como também do próprio município de Olivedos.

Pelo contrário, parece se querer suplantar (por parte de autoridades político/partidárias quando da configuração dos nomes das ruas), os signos que associam a rua ao Farol e à prostituição e, portanto, à própria Joana Preta. O mais emblemático é o fato de ter sido dado, à rua, o nome de um suposto fundador do local (Teodósio de Oliveira Ledo) e, através de um projeto municipal. E hoje se encontra no local uma loja requintada de materiais de construção e, mesmo assim, a memória da cidade associada a Joana Preta e, muito mais que isso, ao Farol, parece se reconstruir nas memórias dos entrevistados.

Muito mais do que um mecanismo negativo de exclusão ou de rejeição, trata-se da colocação em funcionamento de uma rede sutil de discursos, saberes, prazeres e poderes; não se trata de um movimento obstinado em afastar o sexo selvagem para alguma região obscura e inacessível, mas, pelo contrário, de processos que o disseminam na superfície das coisas e dos corpos, que o excitam, manifestam-no, fazem-no falar, implantam-no no real e lhe “ordenam dizer a verdade:” todo um cintilar visível do sexual refletido na multiplicidade dos discursos, na obstinação dos poderes e na conjugação do saber com o prazer (FOUCAULT, 1988, p. 70-71).

E Joana Preta, hoje, onde está e como está? Com 89 anos de idade, já se encontra com indícios de esclerose e sem muita lucidez, embora ande normalmente pelas ruas da cidade, inclusive catando latinhas, atividade que realiza não por necessidade financeira, mas por limpeza do meio ambiente e diversão. No entanto, ela está aposentada, sobrevive de sua aposentadoria e, apesar de possuir uma casa, a mesma que comprou, com o dinheiro da

¹²⁷ Luiz José de Albuquerque Melo. Entrevista à autora em 22/06/2009.

indenização do Farol, em 1978, ela mora com a filha Maria Selma, que cuida e controla a alimentação da mãe, uma vez que Joana Preta tem um aparelho de marca-passo no coração e precisa de cuidados médicos, bem como de cuidados na alimentação, em função do controle de algumas taxas, como a de diabetes, dentre outras questões relacionadas a sua saúde.



Fonte: DINIZ, Rozeane Porto, 2015.

Joana Preta e sua filha Selma

Hoje, a imagem que marca Joana Preta, na linguagem e/ou na narrativa das pessoas, é da confessa, religiosa. Um ou outro sujeito que se atreve a brincar com Joana Preta, e falar em tempos de diversão no Farol, é logo repreendido por ela que diz: “me respeite, hoje eu sou uma mulher de respeito,”¹²⁸ logo atualizando o discurso moralista daqueles que falam de uma Joana Preta após sua confissão religiosa.

Questiono-me: Que relação estabelece-se entre a verdade (se é que ela existe) e Joana Preta? Talvez uma relação de libertação, aquela que estabelece na fala uma Joana Preta antes e uma depois da passagem de Frei Damião, em Olivedos, ou seja, uma Joana Preta tida como

¹²⁸ Joana Francelino de Lima. Entrevista à autora em 14/08/2009.

mulher da vida e uma outra como confessa, arrependida, é a imagem de Maria Madalena que se apregoa?

Foi o que aconteceu com Joana Preta, após sua confissão, e, provavelmente, um exame de consciência, quando a mesma anuncia seu discurso de confissão, que advém depois de uma experiência com a sexualidade. Essa suposta verdade sobre si mesma não é anunciada sem controvérsias, não é negada pelos entrevistados, chega praticamente a ser unânime entre eles, pois se trata de um discurso culturalmente reconhecido, como assinala Foucault (1984, p. 6).

Sendo assim, o que Joana Preta faz é anunciar discursos de verdades sobre si, que foram construídos ao longo de sua vida, enquanto “Joana Preta,” “mulher da vida,” “eleitora,” mas que transitaram pelos mais diversos espaços, o Farol, enquanto uma *Heterotopia do desvio*, a rua, e que terminam na Igreja, com a Joana Preta após sua confissão.

Joana Preta, a partir de uma colcha de retalhos, tece suas identidades e não “põe todas as maçãs na cesta” (ARTIÈRES, 1998, p. 21-22), são retalhos produzidos artesanalmente pelas memórias que decide anunciar:

Pois, por que arquivamos nossas vidas? Para responder a uma injunção social. Temos assim que manter nossas vidas bem organizadas, pôr o preto no branco, sem mentir, sem pular páginas nem deixar lacunas. O *anormal é o sem-papéis*. (...) Mas não arquivamos nossas vidas, não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens. (ARTIÈRES, 1998, p. 21-22)

Da tessitura dos fios de memória dos entrevistados, foi possível não arquivar uma vida, mas representar histórias de uma vida, não como biografia ou escrita de si, mas como memórias recolhidas no campo do “sem-papéis” (ARTIÈRES, 1998, p. 21-22), ou seja, no campo da anormalidade, onde os registros escritos são escassos e onde os embates com os poderes instituídos trazem alguns reflexos de histórias.

Mas foi através das tramas do poder que Joana Preta se inscreveu enquanto confessa à fé católica, evidente que se trata de manipulação da existência de Joana Preta, não exatamente por um desejo particular dela e sim por uma trama de poderes, “o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 1988, p. 89).

A situação estratégica aqui foi a urbanização de Olivedos, o alinhamento da cidade supostamente moderna e urbanizada. Nessa situação os discursos proliferaram e estabeleceram uma verdade sobre a desativação do Farol e sobre a “nova Joana Preta”

confessa à religião católica, até porque seu espaço heterotópico passa a não mais existir. O apagamento se dá não só no campo da memória, mas nas identidades que permeiam a existência de Joana Preta e seus lugares de memória.

Joana Preta foi estigmatizada por parte da sociedade olivedense que, diante de sua lógica moralizante, na união de discursos de populares, do “poder simbólico”¹²⁹ do prefeito, bem como do discurso religioso cristão católico, souberam o que fazer com Joana Preta, a expurgando daquele lugar – o centro da cidade – que foi construído para ser cartão de visita e que, como tal, não comportava tantas marcas de anormalidade. Joana Preta, nem mesmo com tantas táticas e astúcias ao longo de sua vivência no Farol, não conseguiu continuar com sua trajetória de rupturas com a moral instituída, se confessando e se inscrevendo como religiosa, o que também é uma possibilidade, é mais uma identidade de Joana Preta, dentre tantas outras aqui narradas e que sobrevivem nos retalhos de memória que compõem as tessituras de suas histórias.

Corroborando com Foucault (1972, p. 10): “Gostaria que [esta pesquisa] (...) nada fosse além das frases de que é feito (...). Gostaria que esse objeto-acontecimento, quase imperceptível entre tantos outros, se recopiasse, se desdobrasse” para que outras histórias possam ser narradas sobre o Farol e sobre Joana Preta, “enfim sem que aquele a quem aconteceu escrevê-lo pudesse alguma vez reivindicar o direito de ser seu senhor, de impor o que queria dizer, ou dizer o que [esta pesquisa] deveria ser. Gostaria que, ao ler as histórias aqui narradas, que não se recolha o objeto e os sujeitos históricos dessa pesquisa como unicidade, mas como multiplicidade de discursos que passaram por embates e operações no campo da história e da memória.

¹²⁹ Ver Bourdieu. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989, p. 107 - 127.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia seria uma maquinaria narrativa que usaria o passado, buscando dar forma à mecânica que aceitaria os processos que se desenrolam em dado tempo e espaço (...). O historiador me parece habitar mais um atelier do que um espaço fabril. Considero que a atividade historiadora tem maior proximidade com a paciente e meticulosa atividade manual exercida por tecelões, bordadeiras, rendeiras, tricoteiras, chuliadeiras. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 13, 15)

Pensando na operação historiográfica realizada nesta pesquisa como uma produção de fios que se construiu ao longo de toda a trajetória de forma meticulosa, minuciosa e, por vezes, difícil, diante de poucas fontes ou da escassez delas, consegui anunciar discursos possíveis sobre o “Farol de Joana Preta” e sua efervescência sexual e social diante da sociedade olivedense.

Configurei, nesta pesquisa, o Farol enquanto espaço heterotópico do desvio, “lugar praticado,” espaço de comércio, guarita de filhos alheios, entre outras configurações, imbuído de uma multiplicidade de atribuições e/ou representações, que, por vezes, o positivaram e visibilizaram socialmente para os poderes instituídos, outras vezes o espaço foi tido como marginal, incômodo, atraso e, por isso, negativo.

Houve dificuldades para a produção da pesquisa e foram múltiplas. Entrevistados que preferiram o silêncio, diante de determinadas perguntas, embora alguns pensem que “Quem cala consente... Como se o silêncio não fosse a imposição de um discurso” (MÍCCOLIS e DANIEL, 1983, p. 96); entrevistas tumultuadas, com a presença da família, e entrevistas isoladas, para facilitar o encontro com as fontes, à pedido dos próprios entrevistados; ocultação de documento, pois constata-se a existência de uma foto do Farol no momento do auge de seu funcionamento, porém a pessoa que tem a posse da iconografia não se dispôs a ceder, emprestando original ou cópia, nem sequer admitiu a existência de tal fonte.

Não se tem aqui uma conclusão, mas apenas uma reformulação de alguns pontos envolvidos nos capítulos que moveram a pesquisa e seus argumentos, mas que podem ser dobrados, redobrados, desditos e ditos de novo sob um novo prisma, uma nova acepção, uma nova configuração, uma nova linguagem.

Neste trabalho, procurei problematizar as identidades, as práticas da sexualidade e o poder diante do Farol de Joana Preta, tendo como recorte temporal o período que compreendeu entre o início da vida de Joana Preta no Farol e o seu fim, portanto, elencando o Farol em Olivedos como recorte espacial para esta pesquisa. Não foi interesse da pesquisa a

discussão acurada sobre a prostituição, ou mesmo uma escrita de si de Joana Preta, mas a operação historiográfica para anunciar as identidades que envolveram Joana Preta, as práticas da sexualidade concernentes ao Farol e os embates de Joana Preta e do Farol com os poderes instituídos no município de Olivados no momento de urbanização.

No primeiro capítulo me dediquei à escrita de Joana Preta como protagonista do Farol, pois ela vai ser inscrita e/ou se inscrever como Joana Preta a partir da configuração como negra. Problematizei o conceito de “Preta” diante da historicização de Joana enquanto mulher negra em Olivados, emblematizando seu envolvimento com o “Baile dos Mateus” e a vivência dos negros naquele espaço que Joana ajudava a cuidar, percebendo de que forma e a partir de quais configurações o “Preta” transformou-se no sobrenome da protagonista do Farol.

No segundo capítulo problematizei as inúmeras identidades atribuídas a Joana Preta, percebendo que algumas vezes essas identidades eram representadas de forma estereotipada: a Joana “mulher da vida” e seus inúmeros estigmas; a Joana mãe e comerciante, anunciada de formas variadas pelos entrevistados, mas unânime entre todos; a Joana eleitora, aquela que faz questão de manifestar suas opções e/ou opiniões políticas e que, por isso, afirma também ter sido perseguida pelo prefeito do município, nos idos de 1978. Apresento, ainda, algumas relações amorosas de Joana Preta e suas astúcias para se encontrar com parceiros sexuais, distante da disciplina e do olhar moralizante do povo do município. Por fim, problematizo os encontros e desencontros de Joana Preta com o poder religioso, representado pela Igreja Católica do momento, configurando as formas usadas por Joana Preta para burlar as estratégias cristãs de doutrinação que a proibiam de entrar na igreja.

No terceiro capítulo operacionalizei e tomei como conceito de referência, para a pesquisa, a *Heterotopia*, compreendendo que se trata do espaço do desvio da dita anormalidade. Outro conceito foi o de memória, fazendo uma discussão dos conceitos possíveis, porém elencando, com Catroga (2001), a consciência de si a partir da relação com o outro e as identidades, bem como reconhecendo, com Ricoeur (2007), que só a memória pode significar algo que passou. Utilizei também um folheto de literatura de cordel como fonte sobre a representação da emancipação feminina em Olivados. Dessa forma, com uma seletividade de discursos produzidos pelas memórias dos entrevistados, apresentei o Farol enquanto *heterotopia* e lugar praticado.

No quarto capítulo, fiz uma discussão sobre o processo de desativação do Farol diante da urbanização de Olivados, no ano de 1978, enfocando, a partir dos discursos, as tramas

políticas usadas como justificativa para a desativação do espaço. Analisei os retalhos, o que sobrou do Farol e de Joana Preta, demonstrando como ela vive hoje em Olivedos.

Concluo, finalmente, compreendendo que a pesquisa sobre o “Farol de Joana Preta” contribuiu para anunciar histórias possíveis sobre a sexualidade, a diversão, o poder, a urbanização do município de Olivedos e ainda conseguindo desmistificar verdades instituídas, a partir da quebra de alguns silêncios ou da representação de silêncios, de ironias, risadas e sagacidades por parte dos entrevistados.

Em suma, as narrativas encontradas aqui anunciam uma tessitura de fios que compõem uma história, com um espaço apresentado como objeto do conhecimento histórico, o Farol com suas relações sexuais/sociais, e com um sujeito histórico, Joana Preta, com suas identidades, que, através de tantas narrativas, compuseram, na descontinuidade das práticas humanas, nas fissuras da produção das memórias, nas escolhas que fiz para pensar na multiplicidade e no prazer que faz o métier da historiadora em narrar, através dos discursos anunciados nesta pesquisa, as contribuições de Joana Preta para a emancipação da mulher, enquanto representação para a história das mulheres e como acontecimento em Olivedos-PB, apresentado na expressão repetida tantas vezes na “boca do povo” e que motivou essa pesquisa, “Isto é um Cabaré de Joana Preta!”

FONTES

1 - Entrevistas:

- Joana Francelino de Lima, entrevistas realizadas no dia 01 de agosto de 2009 com duração de vinte e um minutos e quarenta segundos e a outra no dia 14 de agosto de 2009 com cinco minutos e trinta e dois segundos.

- Maria Selma de Lima Santos, entrevista realizada no dia 01 de agosto de 2009, com duração de seis minutos e dez segundos.

- Iracema Borges, entrevista realizada no dia 01 de agosto de 2009 e teve duração de cinco minutos e trinta e cinco segundos.

- Marizete de Souto Oliveira Albuquerque, entrevista realizada no dia 16 de agosto de 2009 e teve duração de oito minutos e vinte e três segundos.

- Luiz José de Albuquerque Melo, entrevista realizada no dia 22 de junho de 2009 e teve duração de nove minutos e dezoito segundos.

- Maria de Fátima Costa Gomes, entrevista realizada em 29 de julho de 2014 e teve a duração de quatorze minutos e vinte e cinco segundos.

- “Mariazinha,” entrevista realizada no dia 10 de fevereiro de 2015 e teve a duração de nove minutos e trinta e nove segundos.

- Maria do Socorro Vasconcelos Moraes, entrevista realizada no dia 10 de fevereiro de 2015 e teve a duração de quatorze minutos e cinquenta segundos.

- Maria de Lourdes Limeira Eufrazio, entrevista realizada no dia 27 de julho de 2014 e teve a duração de quatro minutos e cinquenta segundos.

- “José,” entrevista realizada no dia 10 de fevereiro de 2015 e teve a duração de nove minutos e trinta e quatro segundos.

- Geraldo Borges, entrevista realizada no dia 14 de agosto de 2009 com duração de três minutos e vinte segundos.

2 - Cordel

ASSIS, Manoel Tomas. **O mundo está sem dono porém o dono aparece**. Paraíba, s/d.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, Laure. **Os bordéis Franceses: 1830-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. (Série A vida Cotidiana)

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALBUQUERQUE JÚNIOR. Os “maus costumes” de Foucault. In: **Revista de Pós-Graduação em História**. v. 6. Universidade Estadual Paulista, 1998.

_____. **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008.

_____. **História, a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história**. Bauru SP: Edusc, 2007.

_____. O Tecelão dos Tempos: o historiador como artesão das temporalidades. In: Ligia Bellini, Antônio Luigi Negro e SOUZA, Everton Sales. (Orgs.). **Tecendo Histórias: espaço, política e identidade**. 1. ed. v. 1. Salvador: EDUFBA, 2009.

_____. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999.

ALMEIDA, Horácio de. **Dicionário de termos eróticos e afins**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

ANKERSMIT, Frank Rudolf. Experiência histórica: além da virada linguística In: **A Escrita da História: a natureza da representação histórica**. Londrina: EdUEL, 2012.

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicos e práticas culturais (1880-1925)**. Campinas: UNICAMP, 2001. (Tese de Doutorado em História)

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: **Revista de estudos históricos**. vol. 11, Nº 21: CPDOC/ FGV, 1998.

BADINTER, Elizabeth. **XY: sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BARTHES, R. **Aula**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1989.

BIRMAN, Joel. **Entre cuidado e saber de si**: sobre Foucault e a psicanálise. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2002, n.19. ISSN 1413-2478. < <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>> Acesso em 21 de novembro de 2014.

BORIS, Georges Daniel Janja et al. **Os rituais da construção da subjetividade masculina**: o público e o privado. nº 19. Revista do PPG, Universidade Estadual do Ceará, 2012.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 11 ed. São Paulo: T. A. Queirós, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, S.A, 1989.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. In: **Lei federal nº 8069**, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2005.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional De Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Parecer CNE/CP 003/2004.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. 1. ed. Coimbra: Editora Quarteto, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1**: artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 10. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **A invenção do cotidiano2**: morar, cozinhar. Tradução de Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endich Orth. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CIPRIANO, Maria do Socorro. História e literatura de cordel: narrativas sobre a riqueza encantada. In: ADAD, Shara Jane Holanda Costa et al. **Entre línguas**: movimento e mistura de saberes. Fortaleza: UFC, 2008.

COELHO, Kamilla Kristina Sousa França. A representação e o real em Michel Foucault. In: **Revista Virtual de Letras**, v. 03, nº 01. Universidade Federal de Goiás, 2011.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico nova fronteira da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. vol. I. Tradução de Aurélio Guerra Neto. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DINIZ, Lincoln da Silva. Pequeno comércio e crescimento urbano: as bodegas e a formação dos bairros populares campinenses. In: **Ariús: Revista de Ciências Humanas e Artes**. Campina Grande. v. 13, n. 2, 2007.

DINIZ, Rozeane Porto. **Encontros e desencontros de Joana Francelino de Lima: as identidades, as práticas da sexualidade e o poder em Olivedos-PB**. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, 2009. (Monografia de Graduação)

DUMA, Jean. Sobre as elites: abordagem historiográfica. Tradução de Flávio M. Heinz. In: **Revista História**. São Leopoldo: UNISINOS, v. 07, nº 08, 2003.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FARIA, Maria Cristina Brandão de. FERNANDES, Danubia de Andrade. Representação da identidade negra na telenovela brasileira. In: **VII Encontro de Núcleos de Pesquisa em Comunicação-NP**. Revista da Associação Nacional do Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2007.

FARIA, Nalu et al. Prostituição: uma abordagem feminista. In: **SOF – Sempre Viva Organização Feminista**. São Paulo, 2013.

FARINHA, Marciana Gonçalves. BRUNS, Maria Alves de Toledo. **Adolescentes profissionais do sexo**. Campinas, SP: Átomo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Volume I, 5. ed. São Paulo, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime de economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas, 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. Paris: Gallimard. 1972.

_____. Conversação com Michel Foucault. In: **Estratégia, poder/saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **História da Sexualidade II**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **História da Sexualidade III**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1997a.

_____. **Isto não é um cachimbo**. Tradução de Jorge Coli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b.

_____. “Nietzsche, a genealogia e a história”. Tradução de Marcelo Catan. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. Outros espaços. In: **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000a.

_____. Outros espaços. In: **Ditos e escritos**. vol. II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. **Os Anormais**. Curso no College de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martin Fontes, 2001a.

_____. **A Coragem da verdade**: o governo de si e dos outros II. Curso no College de France (1983-1984). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martin Fontes, 2001b.

_____. **Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. A vida dos homens infames. In: **Estratégia, poder/saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **Do governo dos vivos**. Curso no Cóllege de France, 1979-1980 (excertos). Tradução, transcrição, notas e apresentação de Nildo Avelino. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Trad. Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção tópicos)

GIACOMINI, Sonia Maria. Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação. In: **Estudos feministas**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e ciências humanas, centro de comunicação e expressão. v. 7, n. 1-2 – Florianópolis: UFSC, 2006.

GOMES, Angela de Castro Gomes. (Org.). **Escritas de si**: escrita da História. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GONZÁLES, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: **VIII Encontro Nacional da Latin American Studies Association**. Pittsburgh (USA), 1979.

GUATARRI, Felix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografia do desejo. Petrópolis: Vozes. 1986.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HASENBALG, Carlos. “Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil”. In: **Revista Dados: Ciências Sociais**, v. 38, n. 2. 1996.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo Aurélio séc. XXI: o dicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

JARUSSI, Gerardus. **Bíblia Sagrada**. Recife: Ave Maria, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LOWENTHAL, David. Como conhecer o passado. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduandos em História e do Departamento de História**. São Paulo: PUC, nº. 17, 1998.

MAKOWIECKY, Sandra. Representação: palavra, a ideia, a coisa. In: **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. Universidade Federal de Santa Catarina: PPGICH, 2003.

MASCARENHAS, João de Castro. Et al. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Olivedos, estado da Paraíba**. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE OLIVEDOS-PB. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística) 2010, 2012, 2015. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=251050>. Acesso em 20 de outubro de 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2002.

MÍCCOLIS, Leila; DANIEL, Herbert. **Jacarés e Lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade**. Rio de Janeiro: Achiamé LTDA, 1983.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **Combates pela história: história e memória**. Rio de Janeiro, v. 10, 2007.

NASCIMENTO, Uelba Alexandra do. **O doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930 – 1950)**. 1. ed. Campina Grande: EDUEFCG, 2008.

NIETZSCHE, F. W. **A gaia ciência**. Tradução de Paulo C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **A genealogia da moral.** Tradução de Paulo C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NOLASCO, Sócrates Álvares. **O mito da masculinidade.** Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduandos em História e do Departamento de História.** São Paulo: PUC, nº. 17, 1998.

NÓBREGA JÚNIOR, Cloves Fernandes. **Cassino Eldorado.** Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, 2000. (Monografia de Graduação)

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. **A reapropriação do corpo feminino:** da recusa do confinamento doméstico à invenção de novos espaços de cidadania. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1990. (Tese de Doutorado)

PALHA, Cássia Rita Louro. **Identidade nacional, ensino de História e as diretrizes para as relações étnico-raciais:** “O melhor do Brasil ‘ainda’ é o brasileiro?” MÉTIS: História & Cultura – v. 4, n. 7, 2005.

PAULO VI. Carta Encíclica: Sobre regulação da natalidade. In: **Humanae Vitae.** São Paulo: Paulinas, 1968.

PEREIRA NETO, A. F. et al. História Oral no Brasil: uma análise da produção recente (1998/2008). In: **Regional Oral History Office (ROHO) Office of The Bancroft Library.** Califórnia: Universidade de Berkeley, 2006.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____. **Mulheres públicas.** São Paulo: UNESP, 1998.

PESAVENTO, SANDRA J. Representações. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo: ANPUH, 1995.

PORTINARI, Denise, **O discurso da homossexualidade feminina.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

PRIORE. **História do amor no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2006.

_____. (Org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1998.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade.** Campinas, SP: Unicamp, 2013.

_____. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. In: **Perspec.** v. 15, n. 3 São Paulo, jul./set, 2001.

_____. Sexualidade e identidade na historiografia brasileira. In: **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura.** nº 7, 1997.

_____. **Os prazeres da noite:** prostituição e código da sexualidade feminina em São Paulo, 1890 – 1930. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1991.

_____. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar, 1890 – 1930. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1985.

RAMOS, Alberto Guerreiro. “O problema do negro na sociologia brasileira”. In: **Cadernos do Nosso Tempo**, v. 2, 1954.

RIBEIRO, René. **Religião e relações raciais.** Rio de Janeiro. Ministério da Educação e Cultura, 1956.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução de Alain François. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

_____. A escrita da história e da representação do passado. In: **Annales HSS**, n. 4, 2000.

_____. **Do texto à ação:** ensaios de hermenêutica II. Porto: Rés, 1986.

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história.** Rio de Janeiro: Record Rosa dos Tempos, 1998.

ROCHA, José Geraldo da. **De preto à afrodescendente:** implicações terminológicas. Almanaque CIFEFIL, v. XIV, 2010.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental:** transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SILVA, Deonísio. **De onde vêm as palavras:** origens e curiosidades da língua portuguesa. São Paulo: A girafa. 2004.

SILVA, Keila Queiroz. “Sem lenço e sem documento”: mulheres de 60, filhas de um novo tempo? In: GURJÃO, Eliete de Queiroz. (Org.). **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande.** Campina Grande: Secretaria da Educação, 2000.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra. **Territórios de Confrontos: Campina Grande – 1920-1945.** Campina Grande, EDUFPG, 2006.

SOUZAS, Raquel. **Relações, raça e gênero em jogo:** a questão reprodutiva de mulheres negras e brancas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. (Tese de Doutorado)

SWAIN, Tânia Navarro. **Banalizar e naturalizar a prostituição:** violência social e histórica. In: Revista Unimontes Científica. Montes Claros, v.6, n. 2, 2004.

_____. A construção imaginária da história e dos gêneros: o Brasil no século XVI. In: **Textos de História**, v. 4, n. 2, 1996.

VELOSO, Caetano. Fora de Ordem. In. **Álbum Circulado.** Gravadora Universal. Selo Philips. 1991.

VERAS, Cassandra Carmo de Lima. **O espelho de Narciso**: uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande (1935 – 1945). Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1988. (Trabalho de Monografia)

ANEXOS

1ª Entrevista com Joana Francelino de Lima (Joana Preta), realizada no dia 01 de agosto de 2009 com duração de vinte e um minutos e quarenta segundos:

Rozeane: Qual o seu nome completo?

Joana: Joana Francelino de Lima

Rozeane: Data de nascimento?

Joana: 24-06-1926

Com 13/14 anos vendia umbu em Campina Grande.

Com 15 anos tinha um kiosk em São Francisco, hoje Olivedos, vendia bolo e lanches.

Rozeane: A senhora estudou?

Joana: Eu ia bagunçar, eu não ia estudar e mãe dizia: ei tenha cuidado, tenha cuidado mode arenga. Aí quando eu fui prá escola era um tempo de sufoco pelo meio do mundo, pelo mundo todim eu vendia troço num balaio desse tamanho, fui levano, fui levno, nunca passei nicissidade, minha mãe nunca passou nicissidade, fiz por ela o que eu podia. Minha mãe nunca passou pricissão na casa dela, o que eu fiz com ela o que eu pude e aí ficava os povo todo dentro de casa, tinha quatro irmão, a gente comeu chique-chique, cuscuz de macambira.

Rozeane: Como a senhora chegou até o Farol?

Joana: Peraí minha fia vou conta tudo. Com 18 anos, Marinheira Colaço chamou, deu uma casa, o Farol, e mandou eu acabar com o Kiosk no meio da rua. Começa o bar. Mas eu criava fio dos outro, criei um fio de José Carlos, criava fio e dava de comer a todo mundo e vendia de tudo nos sítios, vendia no Balanço, São José, Lidio Meira, meu apoio era lá em seu Matias e na casa de Nêê Nicasso, era onde eu vendia, Nenê era onde eu ia almoçar. Sim, minha fia criei dois fio de Zé Tomaz e Ivonete, criei Maria de Assis, Suraima de Zé Catolé. Fui, fui bati, fui, fui bati comprava aqueles troço fiado e pagava no sábado, as pratileira tudo cheia. Ai lai vem Selma, lá vem Selma, a essa foi mandada por Jesus, foi o resultado maior desse esforço todim, foi presente que Deus mim deu, lai vem Selma, vou lutar com Selma, caquiar, ajeitar, o povo tomava de conta, eu ia vendê troço.

Rozeane: E no Farol, como era, a senhora tinha alguma coisa lá dentro?

Joana: Eu tinha um quarto que entrava senhora e saía senhora e nunca acontecia nada, porque eu tinha vergonha pá dá e vender, tinha vergonha pá dá e vender e as coisas sempre é assim aí

pronto. Aí vem a Festa de São Sebastião, aí tinha os bale, forró dos branco, agora ali os nego, os moreno entrava naquele, no forró dos branco, mas os branco num entrava no forró dos nego e era mermo há há há há, tá uvino, apois é, num entrava não, aí o moreno saiu, ele disse Dona Joana a senhora fica aqui na porta.

Rozeane: Ele era o que da senhora?

Joana: Era nadinha, era dos nego, ali come o nome era dos nego de Campo de Lagoa, era dos Mateus, era o bale dos Mateus, aí, minha fia, ele dizia num deixe ninguém entrar Dona Joana, eu dizia pode ir eu num deixo não, aí quando defé chegava uns galegão todo arrumado, todo cheroso, Dona a senhora deixa eu entrar, eu digo o senhor já comprou a ficha? apoi o senhor se aguarde aí que o moreno foi ali e disse que já vinha quele num mim tregou a ficha e o senhor espere aí um pouco quando defé tava uma fila, tudo galego pá entrar.

Rozeane: Que idade a senhora tinha?

Joana: Ah, que idade eu tinha, eu travaiva no mei do mundo, mais num tinha tempo ruim prá mim não, era nove noite de novena, era nove noite de festa e bom era no derradeiro dia, eu ia pa beira do fogo matá pirú, matá, aprontá lanche pú povo comê na pocissão de tarde.

Rozeane: Como era o seu contato com a Igreja?

Joana: A Selma foi batizada porque a madrinha levou. Eu não entrava na igreja, quando eu saí da vida do mundo e mim confessei com Frei Damião, foi !!!!!!!! foi quando eu saí eu me entreguei, comecei a frequentar a igreja, Selma tava com cinco anos, porque a igreja, a igreja é a casa de respeito, né?

Rozeane: Que idade a senhora tinha?

Joana: Ah, eu , eu era nova, minha fia, vai fazer 37 anos, foi desde que Selma nasceu, Selma nasceu, acabou, acabou tudo.

Rozeane: Como a senhora engravidou de Selma?

Joana: Selma num foi fabricada aqui não, Selma foi fabricada lá. Eu vou li dizer tudo há, há, há, há, Selma foi fabricada no rio de Maria Pibiti e com Beto de Zé casado, ele michia com agave, tinha uns motor lá, aí eu arrumei Selma.

Rozeane: O que a senhora ia fazer lá?

Joana: Eu ia apanhar feijão, apanhei a fava de manhã e fui apanhar o feijão de meio-dia pá tade e foi nesse dia, pronto há, há, há, há, há, há, o povo manga muito deu, seu tem um filho de Beto eu vou dizer qué dota pessoa, eu vou dizer que é de fulano, cicrano, não, minha fia, eu num posso fazer isso.

Rozeane: A senhora teve relação com homens casados?

Joana: Não, não, minha fia, só home solteiro.

Rozeane: Quem ia no Farol?

Joana: Rico, pobre, todo mundo ia no cabaré, eu vendi vinte e um ano de cachaça, nunca houve pega pá capá desse tamanho.

Rozeane: Algum homem solteiro soltava liberdade?

Joana: Soltava não. Era a casa de mais respeito do mundo, porque eu num dava liberdade. Eu já tinha o meu home, eu queria outro home pra quê?

Rozeane: Então a senhora vivia com Beto?

Joana: Não. Beto só foi mesmo Selma pá brincar, esse mandou-se, tá lá pá São Paulo sei donde diabo. Era João Borges, eu vivi com ele 10 anos, a primeira menina que eu tive era dele nunca neguei a ninguém, mas quando eu tive logo ela eu num disse a ninguém de quem era aí Araújo olhou o pé da menina e descobriu: essa é de João Borges.

Rozeane: Como se chamava a menina?

Joana: Joana D'arc.

Rozeane: João Borges era solteiro?

Joana: Era. Ele noivou com Divone e disse: Joana Preta, eu vou noivar. Eu disse graças a Deus, você é muito feliz se você casar com Divone você é muito feliz, muito pessoa boa, Divone é muito minha amiga e vai dá numa família muito maravilhosa de você num esperar, foi o que eu disse prá ele, aí ele disse mais Joana Preta pelo amor de Deus, num faz um negócio desse comigo não. Eu disse eu já fiz, você noivou é casado, num quero saber de você nem pra ir pro céu, você noivou é casado e meu prazer, minha alegria é vê você acompanhado com minino, boa companheira pá você, nunca pequei não, graças a Deus, home casado tem o que dá a ninguém? Deus mi livre. Eu sei que Madrinha Iracema ah!!!! minha fia só quem

sabia era eu e madrinha Iracema, Iracema Borges, era eu e madrinha Iracema. Madrinha Iracema era casada e nova oxem quando a minina nasceu que eu cheguei de tia nega, que eu cheguei em casa aí todo mundo queria vê essa minina, vixe que minina alva, que minina alva, eu sou preta tem que ser alva, aí mãe disse mai Joana Preta tu num vale nada não, aí a bichinha adoeceu, adoeceu aí num tinha padre, o padre era em Soledade e a bichinha sofreno, sofreno, num tinha padre aqui nesse tempo, só fazia mamá, eu num dava nada de coisa errada eu fui e disse vai morrer, aí eu fui lá na casa de madrinha Luzia, chamei seu Araújo e madrinha Luzia pá batizar, eles era casado, aí seu Araújo disse eu já vou, Joana.

2ª Entrevista com Joana Francelino de Lima (Joana Preta), realizada no dia 14 de agosto de 2009 e com duração de cinco minutos e trinta e dois segundos:

Rozeane: Por que o local ficou conhecido como Farol ou Cabaré?

Joana: É porque era muito dirmantelado. Lú butou de Farol de Joana Preta, meu irmão, era veio caíno os pedaço, o povo dizia aqui é um Farol da mulesta, aí um dia eu fui em Campina, lá em Marinheira Colaço, eu disse eu vim saber se a senhora que me vende o Farol. Joana eu não lhe vendo eu lhe dou, aí um dia Genézio zangou-se e ele disse e eu quera pa desoculpá. Sabe, prefeito ficou rico, eu disse o senhor é home, se derrubar isso aqui, daqui eu num sai daqui ninguém me tira, ele tava com raiva porque eu num tinha votado nele, tinha votado em Deusdedit.

Rozeane: A senhora tinha um quarto separado dentro do Farol, para namorar? A senhora cobrava dinheiro desses homens?

Joana: Não, eu xamegava fora, meu xamego até com João Borges era fora, a gente marcava no rio, num pé de pau, minha casa era de respeito, só bibia depois do expediente, eu fechava, butava um tira-gosto, o cachorro embaixo da mesa e uma garrafa.

Rozeane: Odete e mocinha moraram com a senhora, levavam namorados para lá?

Joana: Não, eu acolhi pa ajudá, mas elas xamegavam fora, era tudo fora.

Rozeane: A senhora sofreu discriminação?

Joana: Eu nunca sofri discriminação, eu era muito feliz, num tinha prigiça de nada.

Rozeane: Por que a senhora não morava com sua mãe?

Joana: Porque era muita gente, meus irmãos, Juvenal, Lú, Alzira e eu tinha que ajudar, então fui ganhar a vida no mei do mundo.

Rozeane: Doutor Lulu conversou com a senhora e com Genézio no momento de desativação do Farol?

Joana: Nunca teve nada com Doutor Lulu, eu fui e enfrentei. Tú chegou do Oi D'água Genézio, aflagelado, eu vendia cocada, bolo e tudo, vendia troço, tú era pobe de esmola e hoje tais rico, vai ti inchegar. Ele disse que derrubava por cima de mim se eu não saísse. Marizete disse, tú é doido Genézio, tú qué deixar Joana no olho da rua, num pode não.

Rozeane: Eles lhe deram uma casa?

Joana: Nunca chegou essa casa, eu vendi o Farol e comprei a casa de talpa, quem me ajudou na minha casa foi Lídio Meira, ainda hoje devo este favor.

Rozeane: A senhora se converteu com Frei Damião ou Frei Pascoal?

Joana: Pá saí da vida do mundo, me confessei com Frei Damião, acabou festa, durante esse tempo que eu era da vida do mundo eu nunca entrei na igreja, porque a igreja é a casa de respeito!!!